

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC

HERBERT LUIS SANTOS DA SILVA

SER FAVELA:
EDUCAÇÃO E CULTURA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR
PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO
SUBÚRBIO – SALVADOR - BAHIA

Salvador – BA
2014

HERBERT LUIS SANTOS DA SILVA

SER FAVELA:
EDUCAÇÃO E CULTURA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR
PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO
SUBÚRBIO – SALVADOR - BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

Salvador - BA
2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

SER FAVELA:

“EDUCAÇÃO E CULTURA NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR
PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO SUBÚRBIO –
SALVADOR - BAHIA “

HERBERT LUIS SANTOS DA SILVA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade, Área de Concentração: Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Eduardo José Fernandes Nunes
Doutor em Análise Geográfica Regional,
Universidade de Barcelona, ES. Professor da
Universidade do Estado da Bahia, Departamento de
Educação.

Antônio Dias Nascimento
Doutor em Sociologia com ênfase em Educação
Popular pela - The University of Liverpool, UK.
Professor da Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Ciências Humanas

Pedro Rodolpho Jungers Abib
Pós-Doutor em Ciências Sociais, Universidade de
Lisboa, PT. Professor da Universidade Federal da
Bahia, Departamento de Educação

SALVADOR, 2014

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

S586

Silva, Herbert Luis Santos da
Ser Favela: Educação e Cultura no Subúrbio
Ferroviário de Salvador Práticas Educativas do Movimento de
Cultura Popular do Subúrbio – Salvador - Bahia / Herbert Luis
Santos da Silva. 2014.

160f.:il

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Faculdade de Educação. Programa de Educação e
Contemporaneidade.

1.Educação 2.Práticas educativas 3.Cultura
4.Organizações Não-Governamentais

CDD 370

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa dissertação para fins
acadêmicos, desde que seja citada a fonte.

Dedico á Raimilton Carvalho por abrir as portas do MCPS, a Sandra Cerqueira por acompanhar as ultimas atividades desenvolvidas nas ações dessa pesquisa; à Railda, Mestre Bimbal, Vaneide, Dona Alba, Genilda, Alin, Vandson, Danilo, Cristiane, Juliana, Karol, Adriele, Danilo, Priscila, Neusineia, João Reis, Ana Vaneska e todas as pessoas que contribuíram para esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – PPGEduc/UNEB pela paciência, prontidão e confiabilidade. Também por argumentar, problematizar e questionar os destinos desta pesquisa dando elementos importantes para a minha sina acadêmica. Em especial agradeço a Eduardo Nunes, meu orientador, que sustentou esse trabalho, divergiu, acompanhou e me deu subsídios para tomar decisões difíceis e necessárias no andamento desta pesquisa-ação.

Agradeço às pessoas com quem me envolvi nesse trabalho e deram a sua contribuição cobrando a minha presença, disponibilidade e integridade no ato de agir. Essas são lideranças, agentes voluntários, crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade do entorno do Parque São Bartolomeu em contato com o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio Ferroviário de Salvador e que ocasionalmente me forneceram informações, um riso, um abraço, um esculacho, um sentimento, um olhar, um beijo, uma força e de algum modo tenho apreço. O preço, o endereço, o apelo, o zelo pela poética sentida e ardidada a cada momento desta pesquisa foi por mim vivida num contrato de duas vias. Por isso, desvio o apreço ao divino para o concreto objeto, mesmo que impalpável, pois subjetivo e complexo, faço rima de adereço e circulo entre acadêmicos para realizar invisível em discurso próspero em momento perplexo.

Por fim e início de tudo à minha mãe, Tânia Regina, pela labuta de criar de forma solitária e criativa minhas irmãs Júlia Esther e Ana Carolina. Mãe que traduz em vida a mulher na luta pela autonomia. Agradeço a Joana Almeida, companheira, pela vivência e reflexões diárias.

Tempo de Balé

Desejo reverter tudo o que foi dito
Um discurso puro, um pedido
Fazer um certo improviso
Prover o espaço do inaudito
Recompor cada parte dessa história
E não ameaçar a singela donde solvem os becos da viela
Um grito de cor
Uma mensagem com sabor
De guerra
Quero fazer valer
É sim! É sim!
Mente líquida da favela
Companheiros guerrilheiros da quebrada
É sim! É sim!
Luta armada
Impedido de ditar as ordens do dia
Fazer da rima poesia
Uma metralhadora que esquenta
Como sangue de gangue
Em nova guerra fria
É sim! É sim!
Vai liberdade errante
Caminha aos olhos da morte
Donde há vida cambiante
Curta, tombadilha da naus navegante
E na batida da melodia
Toque allegretto
é de cair em covardia Preto
Da bala produzida
Negro
É sim! É sim
Curta o noema, o soneto
De cada rajada ao vento
Uma alma encantada de um corpo estirado ao relento
Toca pro tempo
Clama aos raios
Um alento
Enterra os corpos
Serenos!

DA SILVA, Herbert Luis Santos. **Ser Favela**: Educação e Cultura, no subúrbio ferroviário de Salvador práticas educativas do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio - Salvador - Bahia. Em 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, em 2014.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo das práticas educativas da Organização Não-Governamental Movimento de Cultura Popular do Subúrbio – MCPS, uma associação situada no entorno do Parque São Bartolomeu, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. Teve como objetivo analisar as relações entre educação e cultura e formas de organização e cooperação em rede. Do ponto de vista teórico é uma abordagem sobre a Educação e Cultura como processos políticos pedagógicos potenciais para a transformação e emancipação social (ALBUQUERQUE, 2006; CANCLINI, 2000; FREIRE, 1987; GONH; 1995; SANTOS, 2000; SAVIANI, 2008). A pesquisa é realizada através da utilização da metodologia da pesquisa-ação buscando contribuir para o desenvolvimento humano comunitário (BARBIER, 2002; DIONNE, 2007). Como principais resultados finalizamos dois projetos de ações e confirmamos o potencial de execução de práticas educativas colaborativas entre Universidade e Comunidade para o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: práticas educativas; cultura; organizações não-governamentais

DA SILVA, Herbert Luis Santos. **Being Favela:** Education and culture in the suburb of rail Salvador educational practices of Movement of Popular Culture of Suburbia - Salvador - Bahia. In 2014. 160 f. Thesis (Master) - Department of Education, University of the State of Bahia, in 2014.

ABSTRACT

The present work is a study of educational practices of non-governmental organization Movement for Popular Culture of Suburbia - MCPS , an association located in the vicinity of St. Bartholomew Park in Suburban Rail Salvador , Bahia . Aimed to analyze the relationship between education and culture and forms of organization and cooperation network . From the theoretical point of view is an approach to education and culture as potential pedagogical processes to transform political and social emancipation (ALBUQUERQUE , 2006; Canclini , 2000; Freire , 1987; GONH , 1995 and Santos , 2000; SAVIANI , 2008) . The search is performed using the methodology of action research in order to contribute to the Community human development (Barbier , 2002; DIONNE , 2007) . As main results we completed two projects share and confirm the potential for the application of collaborative educational practices between University and Community for sustainable local development .

Keywords: educational practices, culture, non-governmental organizations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte do mapa 09 – PDDU, lei 7.400/2008 - RAXVII

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades de Produção CPAS para a 2ª TACCC TÁ São Bartolomeu

Tabela 2 – Oficinas nas Escolas e Instituições Parceiras - Tecendo a Rede de Cultura

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMPLA - Associação de Moradores de Plataforma
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAMA - Centro de Arte e Meio Ambiente
CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CLT - Consolidação de Leis do Trabalho
CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPAS - Coletivo de Produção e Arte do Subúrbio
CRAS – Centro de Referência em Atendimento à Saúde
FES – Fórum de Entidades do Subúrbio
FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia
FGM – Fundação Gregório de Matos
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSM – Fórum Social Mundial
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ISVA - Instituto Socioambiental de Valéria
MCPS – Movimento de Cultura Popular do Subúrbio
MEC - Ministério da Educação
MINC - Ministério da Cultura
MS - Movimentos Sociais
NUFAC - Núcleo de Formação de Agentes da Cultura da Juventude Negra
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG - Organização Não-Governamental
OS - Operadora Social
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Plano de Ações Articuladas
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PIDS COBRE - Plano Integrado de Desenvolvimento Social da Bacia do Cobre
PIS – Poligonal de Integração Social
PDC – Planejamento Designer em Permacultura
PPGEduc/UNEB - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia
RA - Região Administrativa
RREMAS - Rede Religiosa de Matriz Africana do Subúrbio Ferroviário
SECULT - Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SJDH - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
TACCC TÁ São Bartolomeu - Tendas de Arte Comunicação, Cultura e Cidadania do Parque São Bartolomeu
TEN - Teatro Experimental do Negro
UNIS - Unidades de Inclusão Socioprodutiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
1 ASPECTOS CIENTÍFICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
CAPÍTULO II	
2 DO GLOBAL AO LOCAL: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E A CULTURA NAS PERIFERIAS E O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL EM UM ESTADO DE AUSÊNCIAS	28
2.1 Escolarização no Estado Moderno e campo social aberto.....	36
2.2 Educação e cultura: elementos para a construção do humano.....	44
2.3 Construção de uma pedagogia crítica.....	50
CAPÍTULO III	
3 ONGS PROFISSIONAIS, INSTITUIÇÕES POPULARES E ESTADO: A DISPUTA DE PODER	56
3.1 Movimentos Sociais e novos contextos de luta.....	65
3.1.1 Estado de ausências: movimentos artísticos, ambientalistas, libertários e possibilidades de ação coletiva.....	68
3.2 Geopolítica, redes virtuais e redes de solidariedade.....	72
3.2.1 Comunidade	74
CAPÍTULO IV	
4 1º CICLO DE PESQUISA-AÇÃO – ENTENDENDO O MCPS E COOPERANDO NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DA ARTE	85
4.1 O Movimento de Cultura Popular do Subúrbio uma instituição de articulação política e de desenvolvimento social e cultural com ênfase na participação comunitária.....	87
4.2 Tendas de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu – TACCC Tá São Bartolomeu – primeiro ciclo de projeção.....	94
4.3 A primeira TACCC Tá São Bartolomeu	99
4.4 A segunda TACCC Tá São Bartolomeu.....	103
4.5 Avaliação das ações das TACCC TÁ São Bartolomeu.....	106
CAPÍTULO V	
5 2º CICLO DE PESQUISA-AÇÃO: PROJETO TECENDO A REDE DE CULTURA	109
5.1 Descrição das etapas iniciais realizadas do projeto.....	110
5.1.1 Curso de Mobilizadores Culturais.....	112
5.1.2 Seminários.....	118
5.1.3 Cortejos.....	120
5.1.4 Oficinas nas escolas e instituições.....	123
5.1.5 Outras atividades realizadas.....	124
5.2 Avaliação das ações do projeto tecendo a rede de cultura.....	126
CAPÍTULO VI	
6 ANÁLISE DOS CICLOS DE PESQUISA-AÇÃO E OS NOVOS DESAFIOS PARA O MCPS E REDE DE GRUPOS CULTURAIS DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO	130
CAPÍTULO VII	
7 CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE A – Carta denúncia agressão policial – dezembro/2013	157

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o estudo das práticas educativas realizadas pelo Movimento de Cultura Popular do Subúrbio - MCPS e a rede de grupos culturais que essa Organização Não-Governamental - ONG articula. A intencionalidade da pesquisa está na defesa de que o estudo de práticas educativas comunitárias vinculadas às ações coletivas e movimentos sociais¹ são potenciais para o entendimento dos arranjos sociais, de seus processos pedagógicos e formas de sustentabilidade.

As práticas educativas são ações que nascem de encontros diários, marcados pela realização de ações conjuntas de sobrevivência, de fortalecimento de laços de vizinhança e, sobretudo, pela ação política de pessoas para amenizar e transformar a violência social em oportunidade de paz, justiça e crescimento coletivo. São práticas que nascem também dos desvios, dos desencontros e conflitos gerados no contexto de vida em grupo, imerso em uma aparente “Naus Navegante” que circunscreve a realidade de *ser favela*².

As práticas educativas são relações de co-presença como salienta Giddens (p. 56, 1991) que entrelaçadas por “compromissos de rosto” e “compromissos sem rosto” são distintas das relações de “desatenção civil”, são relações intencionadas e tencionadas pela proximidade. Sant, Anna (2012), por sua vez, diz que:

Consideramos por prática educativa um “fazer algo”, relacionado a um determinado contexto social, formal ou informal, que desencadeia um processo de aprendizagem destinado a estimular a mente e o espírito dos educandos para a busca de

¹Para (MELUCCI, 1983, p.46) movimento social é uma forma de ação coletiva: “Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação.”

²Em “Sociedade do Medo”, Gey Espinheira ao fazer análise sobre a juventude e as dificuldades que ela encontra para enfrentamento social quando há falta de alternativas formais de renda, percebe que são gerados conflitos e frustrações, potencializando a adesão da juventude a práticas transgressoras. Gey traduz o sentimento de ser periferia, ser esquecido, invisível, fora das possibilidades de participação social. Este sentimento de ser periferia pegamos por empréstimo e dizemos ser favela. O sentimento de ser favela é para além do inferior sentimento de ser periferia. Ser favela é uma autoafirmação, tem diversos sentidos, mas é utilizado pelos jovens da periferia para dizer que não são o que o olhar estigmatizado pela mídia tenta lhes impor (marginais, violentos, infelizes). Para dizer que são fortes e resistentes. Que sabem da sua condição de periferia e que amam o seu lugar, os seus vínculos e desejam o melhor para os seus companheiros. Ser favela carrega o sentimento de comunidade.

novos conhecimentos e experiências, preparando-os para a vida (...) Por outro lado a vida também exerce uma influência sobre as práticas educativas e estas devem estar comprometidas com sua realidade social, provocando nas pessoas o ímpeto da libertação, autonomia, cooperação e autogestão...

(SANT'ANNA, 2012, p. 13.)

A memória e atualização do Quilombo dos Urubus são alguns dos traços das práticas educativas desenvolvidas pelo MCPS na atualidade, cumprindo com isso um papel sócio político de enfrentamento e resistência à lógica do individualismo e da desmobilização da hegemônica ordem neoliberal. A instituição é uma associação devidamente registrada, com certidões públicas fornecidas pelo Estado que reconhece a sua atividade social. O MCPS faz parte, portanto, da Sociedade Civil Organizada e suas práticas educativas se dão no campo social.

O MCPS surge no ano de 2002, com sede em São João do Cabrito, no entorno do Parque São Bartolomeu³. A instituição contribui para a formação de uma rede de 12 grupos culturais⁴ e apoio comunitário no Subúrbio Ferroviário de Salvador – área periférica da cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil. As ações de apoio à comunidade são a realização de oficinas, projetos, mediação de conflitos e encaminhamentos diversos às demandas de trabalho, saúde, educação. São práticas educativas no campo social (ZUCCEHI; MOURA, 2011, p.11) que amenizam a (in)visibilidade dada pelo Estado, e promovem a realização de políticas públicas para a cidadania e melhoria de qualidade de vida das populações que vivem nesses espaços.

Contextualizando o território, local em que o MCPS está inserido, a periferia⁵ de Salvador, mais especificamente o Subúrbio Ferroviário de

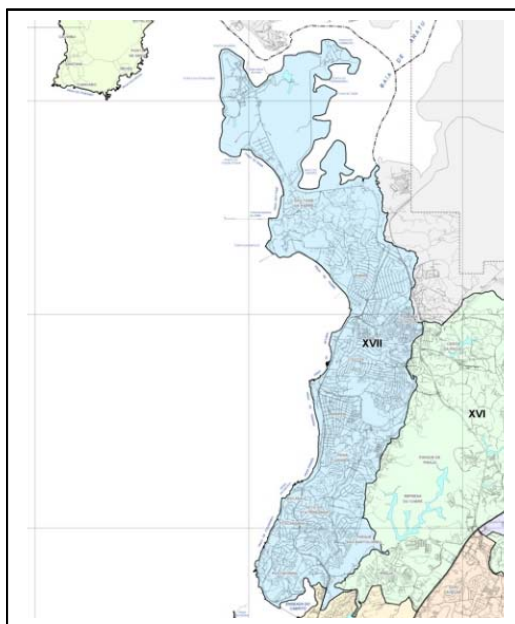
³ O Parque São Bartolomeu está localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, é uma área do Parque Metropolitano Pirajá que foi palco de fatos históricos relevantes para a constituição do Brasil, tais como: a presença de Jesuítas na colonização dos índios Tupis; abrigo de heróis quilombolas e atualmente registra a resistência religiosa na memória local tendo suas cachoeiras batizadas com nomes de Orixás, afirmando o culto ao Candomblé. Atualmente o Parque São Bartolomeu passa por um processo de recuperação, mapeamento de fauna e flora e elaboração do plano de manejo com recursos do Estado e participação ativa do MCPS

⁴ Durante a pesquisa diversos grupos culturais em contato com o MCPS foram identificados, entretanto, no mais recente projeto envolvendo capacitação apenas doze grupos participaram. Ver link disponível em: <http://movimentodeculturapopularsuburbio.wordpress.com/grupos-culturais-parceiros/>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

⁵ No texto “Como prever sem imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico” de Angelo Serpa (2008) a periferia é compreendida como espaço de possibilidades e potencialidades, apesar de ser constituída como invisível: “O sistema de espaços livres de edificação/urbanização nas periferias metropolitanas tem funcionamento similar e integrado à lógica do circuito inferior da economia nas áreas de urbanização popular das cidades. É a lógica da invisibilidade e do não reconhecimento pelos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano, que vai determinar, em

Salvador, abriga pessoas de níveis diferentes de escolaridade, rendas e práticas sociais. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PDDU, lei 7.400/2008, está situado na Região Administrativa XVII – RAXVII e é um dos mais extensos territórios da cidade, conforme observamos na figura abaixo:

Figura 1 – Recorte do mapa 09 – PDDU, lei 7.400/2008 - RAXVII



Há inúmeras associações, movimentos sociais e grupos culturais no local e sua população é estimada em 264.897 mil habitantes, segundo os dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010. Em 2012, Salvador atinge a população de 2.675.656, sendo o Subúrbio Ferroviário equivalente a cerca de 10% do total da população que compõe a cidade. Essa população está à margem dos reconhecidos espaços de representação midiática (grande mídia, teatros, cinemas, praças aparelhadas com requintados instrumentos de diversão); os espaços públicos do Subúrbio Ferroviário são construídos nas sedes das instituições locais, nas escolas, nas ruas e no recém recuperado Centro Cultural de Plataforma⁶.

última instância, a possibilidade de surgimento de centralidades lúdicas”.

⁶ O Centro Cultural Plataforma foi erguido nas décadas de 30 e 40 sob a manutenção do Círculo Operário da Bahia, ligado a Igreja Católica. Foi repassado para Irmã Dulce que não conseguiu manter e entregou ao Governo do Estado na década de 70. Passou quase vinte anos fechado, sem nenhuma manutenção, mas após diversas ações da comunidade, inclusive com forte participação do MCPS, foi reaberto em 8 de junho de 2007, munido de equipamentos e salas de ensaio. Sendo um teatro de médio porte em boas condições de uso para a comunidade local.

O MCPS participa ativamente da construção e (ré)construção deste território com práticas educativas que vão ao longo deste estudo sendo analisadas. Um relevante aspecto é o fato da instituição ter sede próximo à entrada principal do Parque São Bartolomeu, local sagrado, relíquia do passado onde viveram índios Tupinambás, marcado como lugar estratégico em que se reuniram negros guerreiros ao comando de Zeferina, heroína negra do Quilombo dos Urubus, morta por sua incessante busca pela liberdade. A História de Zeferina é contada quase diariamente por lideranças e educadores do MCPS, sendo reafirmada e reinventada nos cortejos e no batismo de ações (seminários, festas, oficinas), dessa forma, a tradição está em constante (ré)significação e atualização, participando das práticas de transformação social. Segundo Durval Muniz de Albuquerque (2007, p.16):

As tradições são sempre invenções feitas por grupos humanos numa determinada época. Não há algo tradicional desde sempre e nada do que é tradicional está isento de modificação, de transformação.

Giddens (1991) percebe a tradição como uma forma de repasse da herança cultural que se move com os processos de reflexividade da vida social, modo pelo qual, as práticas sociais são revisadas e reformadas através da atividade das próprias práticas:

(...) tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.

(GIDDENS, 1991, p.38)

Essa dissertação é composta de 7 capítulos. O capítulo 1 apresenta os aspectos científicos e a metodologia de pesquisa. Na parte teórica pensamos em dois momentos que pudessem convergir para a compreensão das práticas educativas no Subúrbio Ferroviário de Salvador. O primeiro momento, o capítulo 2, diz respeito ao movimento histórico de lutas sociais no Brasil, da injustiça social e desigualdades insustentáveis. Faz uma análise

da História do Brasil, dos processos de escolarização e de exclusão social do período pós-abolicionista até a atualidade, além de refletir sobre os processos hegemônicos do capitalismo e os enfrentamentos que diversos movimentos (ecológicos, urbanos, feministas, indígenas) realizam na contemporaneidade. Em contrapondo ao processo de escolarização forçada dos programas de desenvolvimento do país, defendemos uma pedagogia crítica enraizada na cultura, renovando os nossos vínculos com o pensamento de Paulo Freire e os pensamentos contemporâneos de Milton Santos, Boaventura de Souza Santos, Edgar Morin, entre outros. No segundo momento, capítulo 3, faz uma análise crítica das ONG's e seu papel para o desenvolvimento social.

No capítulo 4 demonstramos a execução do 1º ciclo de pesquisa-ação com a elaboração e execução do projeto Tendas de Arte Comunicação, Cultura e Cidadania - TACCC TÁ São Bartolomeu. Capítulo onde aparecem as primeiras ações da pesquisa, os desafios e o crescimento conjunto na produção de eventos culturais com baixo custo, mas com a participação de dezenas de grupos culturais.

O capítulo 5 é o desdobramento do 1º ciclo de pesquisa-ação num 2º ciclo, momento em que construímos e executamos o projeto Tecendo a Rede de Cultura do Subúrbio. Fase que contamos com recursos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia – FCBA na ordem de 230 mil para realizar uma série de ações planejadas no campo da cultura e da comunicação. Momento crucial da pesquisa, pois envolveu muitos atores e marcou a atuação do MCPS no território. Com o êxito do projeto Tecendo a Rede de Cultura do Subúrbio, nos certificamos da aplicação espiralada e evolutiva da metodologia de pesquisa-ação e afirmamos essa prática como tática de intervenção e construção conjunta de ações para o desenvolvimento comunitário.

O capítulo 6 faz uma reflexão sobre da relação Estado versus MCPS; analisa como a instituição contribui para o desenvolvimento comunitário e faz análise dos dois ciclos de pesquisa-ação buscando compreender os resultados e ainda apontar desafios para serem resolvidos no território e no campo da cultura. O capítulo 7 trata de uma avaliação de toda a pesquisa-

ação, uma conclusão da experiência que faz reflexões sobre as práticas educativas desenvolvidas com o MCPS e grupos culturais.

CAPITULO I - ASPECTOS CIENTÍFICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A imersão deste pesquisador neste trabalho é resultado primeiramente de uma trajetória de dez anos de atividades em Organizações Não Governamentais prestando serviços em projetos como assessor de comunicação e educador que aguçaram, pela experiência, o olhar crítico sobre as instituições do terceiro setor. Em 2008 tive contato com os projetos realizados pelo professor doutor Eduardo Nunes no território da Bacia do Cobre, mas especificamente no Instituto Socioambiental de Valéria – ISVA⁷, uma instituição fundada em processos de autogestão, situada no bairro de Valéria.

Como colaborador do ISVA realizei trabalhos no campo da educomunicação, conheci a realidade local e ingressei no Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico – TSPPP. Entre 2010 e 2011 fui aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - PPGEduc/UNEB, ingressando em 2012 como aluno regular para desenvolver o presente trabalho. Na análise teórica, fiz leitura de pesquisas realizadas na periferia de Salvador, entre elas as publicações “Odú, Egbé Dudu: Caminhos da Mata Escura”⁸, “Sociedade do Medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência”⁹ e a tese

⁷ O ISVA é a casa do imigrante cearense Antônio Fernandes Mendes, fundador da primeira horta ecológica em Salvador em 1971 quando passou a fornecer hortaliças para os restaurantes vegetarianos da cidade. Hoje uma agrofloresta, a Instituição continua realizando atividades ecopedagógicas, de agroagricultura, cineclubismo, entre outras práticas de desenvolvimento comunitário.

⁸ Livro de autoria de Alcides dos Santos Caldas, Eduardo José Fernandes Nunes e Walfran Santos apresenta “os principais resultados de duas experiências de desenvolvimento local sustentável em Salvador”, mais especificamente no bairro da Mata Escura, miolo da cidade. As experiências são: o projeto “AMATAQUEDÁ” realizado no Colégio Estadual Márcia Mércia e o projeto “Agenda 21 local” – práticas desenvolvidas pelo Drº Eduardo Nunes e pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - PPGEduc/UNEB e Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade de Salvador - PPDRU/UNIFACS, através do Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais – LTECS.

⁹ Uma produção organizada pelo sociólogo Gey Espinheira que faz análise do projeto “Convivência, Arte & Criação” realizado no Colégio Estadual Márcia Mércia que teve como objetivo o “desenvolvimento de técnicas sociais de prevenção à violência” além de dar continuidade a práticas realizadas em comunidades “populares” com o uso de uma “metodologia complexa extraída da própria experiência de convivência”.

desenvolvida pelo Dr^o José Eduardo Ferreira Santos: “Travessias: adolescência em Novos Alagados”¹⁰.

O que há de comum nesses trabalhos é o olhar dos pesquisadores sobre a periferia e a vulnerabilidade. As pesquisas são contextualizadas e nos informavam do mundo vivido nas favelas e os processos de marginalização e de violência impostos à população local. Destacam a necessidade de garantir a manutenção de atividades culturais e a organização comunitária, enfatizando a arte como forma de expressão, socialização, transformação social e redução da violência. Projetos e instituições que envolvam a juventude em práticas educativas que permitam o empoderamento, a criatividade e a cooperação são saídas para o estado de medo e reclusão a que às classes populares estão submetidas.

Também realizado em periferias, o trabalho de Igor Sant`Anna de título: “Educação, território e estratégias de desenvolvimento local sustentável: práticas socioeducativas no Parque São Bartolomeu, Salvador-Ba”¹¹ mapeou associações do entorno do Parque São Bartolomeu, demonstrando um perfil das atividades nelas desenvolvidas, o uso do território pela comunidade local, o contexto social e histórico. Nessa pesquisa, são feitas análises de quatro associações, dentre elas o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio - MCPS e a Sociedade 1^o de maio, ambas situadas na enseada do cabrito, próximo à entrada do Parque São Bartolomeu. Para Sant`Anna, a cultura aparece como vertente para o desenvolvimento social, apesar das dificuldades estruturais que as comunidades da periferia atravessam.

Em conversa com Igor Sant`Anna, busquei informações sobre as instituições que pesquisou e suas atividades. Uma das minhas indagações principais era saber quais instituições estudadas por ele tinham ações regulares, passíveis de um estudo continuado. Nesse primeiro momento, duas instituições apareceram: “1^o de Maio”, mais antiga, fundada na década

¹⁰Dissertação de mestrado, defendida em maio de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia que teve como objeto a adolescência no bairro de Novos Alagados e buscou “compreender os significados e as características da adolescência neste contexto social caracterizado pelo que se convencionou denominar “risco psicossocial”, levando em conta a experiência dos sujeitos da pesquisa, numa perspectiva culturalmente situada”.

¹¹Dissertação apresentada no PPGEduc/UNEB em 2011 apresenta pesquisa realizada no entorno da Bacia do Cobre, onde está localizado abrangendo o miolo da cidade e áreas do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

de 70, localizada no Lobato, com uma estrutura de escola autogerida pela comunidade e o MCPS, aglutinadora de diversos grupos culturais e mobilizadora de ações emblemáticas como os cortejos em datas comemorativas. Em função das atividades culturais realizadas e o formato colaborativo de gestão da organização decidi realizar a pesquisa no MCPS.

Em dezembro de 2011, através do professor Eduardo Nunes e Igor Sant`Anna marcamos uma visita ao MCPS e fui apresentado a Raimilton Carvalho¹², coordenador da instituição. Demonstrei o meu interesse em contribuir nas atividades do MCPS através de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido no PPGEduC/UNEB e dialogicamente trocamos as primeiras informações. Entreguei a Raimilton Carvalho o meu memorial para que ele tomasse ciência da minha trajetória de trabalho, da minha formação no campo da Comunicação Social e das Artes, assim como, me foi cedido documentos da Instituição (Histórico Institucional e cópia do ultimo projeto realizado com o apoio da PETROBRAS).

Fiz um prévio estudo das estruturas e pude verificar o funcionamento de um ponto de cultura na sede da instituição; sala de informática e espaços para desenvolver atividades. A falta de um cronograma de ações continuadas e a não utilização de ferramentas de comunicação que permitissem o rápido acesso a informação sobre a memória e as práticas desenvolvidas davam sinais da carência de recursos financeiros e técnicos.

Para o levantamento dos dados desta pesquisa foram realizadas visitas semanais nas comunidades do Subúrbio Ferroviário de Salvador e na sede do MCPS, com acompanhamento da agenda cultural desta e de outras instituições locais utilizando a observação, realização e participação em eventos, registros audiovisuais, além de entrevistas semi-estruturadas (BARBIER, 2002; DIONNE, 2007; OREFICE, 2007).

A pesquisa-ação é a metodologia utilizada neste estudo. Conforme nos recorda Guido Irinel Engel (2000)¹³ essa metodologia é cíclica e os resultados levam a busca de novos processos para a mudança de uma realidade. Tem

¹²Raimilton Carvalho coordenou o grupo cultural cabricultura que desenvolvia ações pedagógicas, de organização produtiva e cultural, sendo convidado a integrar a rede de grupos do MCPS e se tornou coordenador ONG. É pessoa chave para o desenvolvimento dessa pesquisa-ação, para ele devo a abertura das portas e a possibilidade de cooperação com a instituição.

¹³Publicado na página Educar em Revista, disponível em: <http://www.educarevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2014.

como ponto de partida a *Definição de um problema*, ou seja, a observação de possíveis entraves e conflitos que dificultem a ação de um grupo/instituição num contexto. Para tanto é preciso realizar uma *Pesquisa Preliminar* revisar teorias, observar as ações e levantar as necessidades. A terceira fase é a *Hipótese* que busca uma explicação para o problema e possíveis soluções, e aqui chamaremos essa fase de pré análise, pois acreditamos que essa terminologia se aplica melhor a nossa experiência tendo em vista que partimos da própria experiência, ou seja, da Pesquisa Preliminar para validar as nossas ações futuras. A quarta e quinta fases, são respectivamente o *Desenvolvimento de um plano de ação e Implementação do plano de ação*, momento de elaboração e execução de um grupo de ações para solucionar ou reduzir os problemas encontrados. A sexta fase – *Coleta de dados para avaliação dos efeitos da implementação do plano* e a sétima fase – *Avaliação do plano de intervenção* analisam os efeitos da intervenção, e por ultimo, a *Comunicação dos resultados*.

Segundo professor Paolo Orefice¹⁴, o pesquisador participante deve caminhar junto ao movimento da comunidade, trocar conhecimentos e arcar com os custos da mudança para empreender melhor a pesquisa. Seguindo esse pensamento, o pesquisador está diretamente envolvido na experiência da pesquisa e carrega consigo a intencionalidade, o recorte, a tradução, sendo inegável o caráter fenomenológico desta pesquisa:

(...) a fenomenologia tenta tornar explícita a consciência daquilo que está latente na vida cotidiana, mas que se encontra dissimulado. O entendimento da vida cotidiana não deve ser a mera aceitação do senso comum, mas a busca dos significados sociais dos fenômenos que servem para configurar os fatos cotidianos.

(GHON, 1997, p. 137).

Agindo em duas dimensões, teoria e prática, a pesquisa-ação é uma forma de produção científica de alta complexidade que requer do cientista contemporâneo uma postura de reflexão profunda, capaz de analisar as

¹⁴ “Ciclo de Formação: Desenvolvimento local, conhecimento e educação permanente”, 1º semestre de 2012, no PPGEduc/UNEB por Paolo Orefice: professor de Geral e Pedagogia Social e Diretor da UNESCO, Presidente de Desenvolvimento Humano e Cultura de Paz da Universidade de Florença, onde dirige o Doutorado Faculdade de Educação e Mestre de Desenvolvimento Humano da cultura local de paz e cooperação internacional.

múltiplas faces da educação. Na verdade, o processo de reflexão requer um desatar de forças de pensamento hierárquico, para um atar que tenha correspondência com a troca de conhecimentos baseada na ética do respeito ao outro e na dialética. Essa visão nos coloca como sujeito que vivencia processos de construção de si junto com o outro, e por isso, numa relação vivencial dialógica implicada na complexidade da convivência e da tolerância (FREIRE, 1967). A pesquisa-ação aproxima teoria e prática, como aborda Dionne (2007, p.29):

A pesquisa-ação conserva a distinção entre a abordagem científica e a abordagem da ação em si mesma. Ela tende a associar os dois processos, cada um deles guardando sua especificidade. Feito isso, a pesquisa-ação provoca uma redução da distância entre a teoria e a prática.

A metodologia da pesquisa-ação é vista como processo cíclico e espiralado de etapas bem definidas como já explicamos didaticamente com Engel (2000). Segue nesse sentido o pensamento de Dionne (2007, p.123):

É evidente que a pesquisa-ação, em virtude de sua própria dinâmica, não se deixa enquadrar em um processo linear. Em toda e qualquer intervenção, devemos ficar atentos aos elementos circunstanciais e conjunturais para que seus objetivos sejam alcançados. Nessa perspectiva, é melhor guardar como referências antes a imagem de um “espiral” ou da “boneca russa” que a de uma progressão contínua que segue um “caminho com linha reta”, para dar conta da complexidade da pesquisa-ação no campo considerado.

Como cíclica, não teremos, neste trabalho uma conclusão onde se encerram os testes de tubos de ensaio descrevendo com precisão todas as equações que forneceram a prova de determinado resultado, mas a tentativa de demonstrar novos desafios ou objetivos a serem perseguidos, uma abordagem relativa e aberta. Nessa perspectiva, partindo da análise das experiências que tivemos ao longo desses dois anos, enumeramos alguns pontos que devem ser analisados pelo MCPS e grupos culturais do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Em campo, metodologicamente, essa pesquisa está dividida em dois ciclos de ação com o desenvolvimento de dois projetos. No primeiro ciclo fizemos uma imersão no território com a realização de oficinas de produção

cultural e novas tecnologias com jovens e adultos em contato com o MCPS. Essas oficinas aconteceram entre março e outubro de 2012, com encontros semanais. A princípio iniciamos as atividades com 16 jovens e o número de presentes flutuou entre 10 e 6 participantes ao longo dos meses. A desistência, ausência e a renovação constante de jovens participantes do grupo dificultou a realização dos objetivos finais das oficinas que era a realização de eventos bimensais congregando os diversos grupos culturais do Subúrbio Ferroviário.

Ainda assim, realizamos dois eventos no Espaço Cultural Plataforma, com a presença de grupos culturais locais e extensas grades de apresentações. A experiência fortaleceu os laços da juventude com o MCPS e permitiu o uso de ferramentas de mobilização e produção cultural de baixo custo. Nomeamos este projeto de TACCC TÁ Parque São Bartolomeu - Tendas de Arte Comunicação Cultura e Cidadania do Parque São Bartolomeu cujo objetivo primordial não foi o de realizar os eventos, mas provocar jovens e adultos através de capacitação em comunicação, produção, cidadania e promoção da paz para formarem o Coletivo de Produção e Arte do Subúrbio – CPAS.

Aos poucos o CPAS foi assumindo independência e autonomia na organização das TACCC TÁ, sendo a última, produzida em 18 de agosto de 2012, ocupando a Praça São Braz e o Cine Teatro Plataforma com intervenções culturais.

Em maio de 2012, iniciamos o segundo ciclo de pesquisa-ação com a elaboração do projeto “Tecendo a rede de cultura” que contou com aprovação em edital do Fundo de Cultura do Estado da Bahia. Este projeto foi executado no ano de 2013 e início de 2014 com um recurso de 230 mil reais para 12 meses de atividades. Previmos a realização de 240 horas de curso de mobilizadores culturais para 35 integrantes da rede de grupos culturais do MCPS com oficinas de novas tecnologias da informação; produção cultural; planejamento em comunicação; assessoria de imprensa; elaboração de projetos; sensibilização para formação de cineclubes; dança; teatro; música; circo; performance. Também foram fornecidas 288 horas de oficinas em 16

escolas do território do Subúrbio; realizados dois cortejos; dois seminários e intercâmbios que viabilizaram o acesso a outros espaços públicos da cidade.

As ações dessa pesquisa passaram por constante reorganização visando contribuir para o desempenho e a transformação da realidade local, tendo em vista que, no espaço vivido houve uma série de negociações que se fizeram necessárias. Ter sensibilidade às práticas da comunidade foi um desafio, pois observamos o quanto é necessário fazer uso de metodologias participativas efetivas, alterar os percursos e atender aos desvios propostos pela própria comunidade nos processos de ação. Entre outras teorias de ação nos baseamos no pensamento de Xavier Escobar (2007, p.282-283):

Em primeiro lugar, devemos esclarecer que, mesmo se um curso, classe ou qualquer atividade cuidadosamente planejada, as relações entre pessoas, sejam elas estudantes ou professores, são interações. Portanto, o que é dito sobre eles é relevante para toda a educação, não apenas para reuniões fora das salas de aula, onde a contingência é evidente. Assim, embora nas práticas educativas, os objetivos se concentrem na seleção de técnicas pedagógicas adequadas, que resultam em uma classe ou oficina. Em eventos educadores, os objetivos e as regras são dialogicamente encenado antes do outro e sujeito a negociação. Isso requer o conhecimento educador além do projeto que está inscrita a sua atividade educacional, que é o conhecimento do comportamento do sistema e os valores de seus alunos, bem como as condições especiais (contextual, situacional) para negociar esses significados na ocorrência da troca que está a ter lugar. Na medida em que o educador consegue coordenar corretamente suas ações de educador e, com o conhecimento da contingência em que atua com seus alunos, está ficando muito envolvido em suas vidas. Isso está facilitando a sua entrada na vida social e a assimilação de inovações quando estas acontecem.

Com base nesses argumentos projetamos junto com a comunidade as ações dessa pesquisa e colhemos como frutos a geração de conhecimentos compartilhados. Nas atividades de campo participamos da elaboração e execução de projetos com vistas ao desenvolvimento comunitário e integração de jovens e adultos. Ações pontuais, mas de grande relevância que uniram pesquisa e ação numa perspectiva de empoderamento de ambas as partes; ora a Universidade com o apoio a pesquisa e contribuição para a educação, gestão e o desenvolvimento sustentável elementos que compõem a linha de pesquisa do presente trabalho. Ora a comunidade que forneceu apoio, subsídios e acreditou na possibilidade de troca, de interação e

crescimento solidário. Reafirmamos com o uso dessa metodologia as potencialidades de uma educação para a vida e transformação social e seguimos atentos às mudanças que o campo vem sofrendo, tal qual nos recorda Zuccethi e Moura (2011):

Atualmente, outros sujeitos também têm sido alvo de práticas de educação que se desenvolvem em espaços não escolares: idosos – com suas demandas por convivência e cuidado – trabalhadores desempregados e ou subempregados – que necessitam de (re)qualificação – além de adultos e jovens que se inserem em experiências de trabalho coletivo, demonstrando que a educação enquanto prática social não se reduz e se encerra ao ambiente escolar e, quando no ambiente extraescolar, extrapola a forma socioeducativa assumindo o que corresponde à educação no campo social. Assim, novos sujeitos, outros espaços de intervenção e metodologias diversas têm merecido atenção por parte de educadores, pesquisadores e gestores, quer no âmbito das políticas públicas, quer por parte das universidades e suas propostas de ensino, pesquisa e extensão.

(ZUCCETHI; MOURA, 2011, p.11)

O Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – PPGEduC/UNEB, ao longo da sua trajetória vem registrando importantes estudos no campo social, tais como, as dissertações de mestrado defendidas¹⁵ em 2004 por João Pereira Oliveira Júnior de título “*Processos educativos, força identitária e mobilização comunitária na luta pela moradia no Candeal*”; 2007 por Brenno Costa Barboza de título “*Vida coletiva: Reflexões sobre a relação entre comunidade e educação na contemporaneidade*”; 2008 por Márcia Souza da Purificação de título “*Educação e desenvolvimento humano: as práticas sócioeducativas e culturais nas escolas do beco da cultura, Nordeste de Amaralina*”; 2008 por Roberto Carlos Vieira de título “*O Ourives e a Jóia: O movimento de organização comunitária (MOC) e suas práticas de educação não-formal, no período 1970 a 1980*”; 2011 por Nilza da Silva Martins de título “*Universidade e movimentos sociais: espaços de educação e cidadania*”; 2012 por Igor Sant’Anna de título “*Educação, território e estratégias de desenvolvimento local sustentável: práticas sócio-educativas no Parque São Bartolomeu*”. Em

¹⁵ As dissertações de mestrado do PPGEduc/UNEB estão disponíveis através da página virtual do Centro de Documentação e Informação Luiz Henrique Dias Tavares e podem ser acessadas neste link: <<http://www.cdi.uneb.br/paginas/dissertacoes.html>>

especial o trabalho de Sant'Anna é precioso para essa dissertação, pois realizou o mapeamento de diversas associações no território lócus da pesquisa, dando apoio para a continuidade das ações do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico – TSPPP/CAPES que estou vinculado, sediado no PPGEduc/UNEB.

No processo de pesquisa-ação defendemos uma pedagogia crítica fincada nas relações de ação e reflexão. Sabemos que no território há uma série de práticas educativas desenvolvidas por lideranças locais e que tem base nas relações sociais e históricas vividas em comunidade. Os saberes tradicionais, os contos, a conversa corriqueira, as táticas de sobrevivência, as contribuições e mediações de conflitos são exercícios diários que envolvem pessoas e associações no desenvolvimento local. Dessa forma, o território é visto como espaço vivencial, lugar multidimensional construído cotidianamente pelas pessoas, contextos, objetos, ambientes. Uma visão ecológica do território que para além dos dados estatísticos percebe o meio e se envolve em práticas intencionais, ações da pesquisa, intervenção sociológica que permite ligação entre pesquisador e campo. Uma prática dialógica para análise crítica. O território é visto como lugar da cultura. (CLAVAL, 2008, p. 15-29).

Uma questão que nos assola é como tornar as práticas educativas no território de viés crítico e participativo mais evidentes, com maior repercussão, ou ainda como permitir que elas existiam ao ponto de superar a trama do individualismo e da competição num espaço de crescente disputa: ora a disputa com o narcotráfico, na tentativa de atrair os jovens para ações de convivência e de transformação através de atividades culturais e de formação política, ora a disputa com as necessidades de sobrevivência que levam muitos a entrarem cedo no mercado de trabalho, ocupando, em sua maioria, postos de subemprego.

CAPITULO II – DO GLOBAL AO LOCAL: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E A CULTURA NAS PERIFERIAS E O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL EM UM ESTADO DE AUSÊNCIAS

A História do Brasil é marcada por processos de dominação, exclusão e submissão de culturas, frutos da modernidade e das formas de imperialismo Ocidental que tentam dominar o globo. É um processo sanguinário e formador de imensas desigualdades sociais que tem raízes antes mesmo do século XV. A colonização brasileira foi e continua sendo, um processo de trocas simbólicas, de construção de identidades e de resistência, ou melhor, de sobrevivência. O índio exterminado, expropriado, retirado da terra e das condições materiais de vida, com seus milhares de dialetos suprimidos no projeto civilizatório. A tragédia continuou; o negro foi importado em navios, desvalidos, com mulheres violentadas e fetos abortados (ALBUQUERQUE, 2006; FERNANDES, 2008).

Traços dessa História eram esquecidos, os livros didáticos não abordavam a colonização e a abolição da escravidão no Brasil de maneira que os negros reconhecessem o passado de luta e resistência de seus ancestrais e muito menos os seus laços com a África e a história dos povos que nele vivem, ou seja, não tivemos História. Mas em “Uma história do negro no Brasil” de Albuquerque Filho (2006), podemos encontrar elementos da formação do nosso povo:

...antes de investir maciçamente no tráfico africano, os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas “guerras justas”, comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão.

É um processo intenso de luta que atravessa séculos e não tem prazo para acabar. As décadas 1930 e 1940 foram marcadas pela criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) e da Frente Negra Brasileira, organizações do

Movimento Negro fundamentais para pressionar o Estado no incremento de políticas públicas que ampliassem o acesso do negro ao sistema público de ensino. A sustentação da África como berço da humanidade, a criação de centros de estudos africanos na Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como os estudos de pós-graduação têm contribuído muito para a reelaboração da nossa história social¹⁶.

A real História brasileira vem sendo aos poucos contada, os movimentos indígenas e quilombolas desafiam a política conservacionista e lutam pelos seus direitos, pelas demarcações de terras. Há conquistas parciais, como por exemplo, a promulgação da Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003 que obriga a inclusão no currículo escolar da História da África e da cultura Afro-brasileira e mais tarde, em 10 de março de 2008, através da Lei 11.645 que inclui o ensino da cultura indígena.

Mas isso ainda é muito pouco para a reparação dos danos causados às gerações de afrodescendentes e indígenas. As periferias do Nordeste brasileiro, principalmente na Bahia registram a presença maciça de grupos étnicos, herdeiros de um passado cruel em que milhares foram jogados às ruas, sem direitos, sem recursos financeiros, sem terra, sem meios de sobrevivência, alforriados por decreto na abolição, frutos da resistência dos Quilombos:

A origem dos quilombos relaciona-se com o processo de resistência ao regime de escravidão negra que vigorou no Brasil por 300 anos. Tais grupos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos e estratégias de resistência: as fugas com ocupação de terras livres; o recebimento de terras por herança, doação ou como pagamento de serviços prestados ao Estado; a compra de terras; ou ainda, a permanência nas áreas que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades (...) A abolição da escravidão em 1888 não significou o fim de tais grupos sociais, que permaneceram e resistiram em suas terras, sendo por muitas décadas ignorados pelo Estado brasileiro e invisíveis à sociedade. Até hoje, tais comunidades constituem grupos étnicos que compartilham de uma identidade que os singulariza e que constitui a base para a sua organização, mobilização e ação política, especialmente no que se refere a seu relacionamento com os demais grupos e com o poder público.

(DUTRA, 2011, p.16)

¹⁶ O artigo “Lei 10.639/2003: desafios e possibilidades” do Caderno de Pensamento Crítico Latino-americano publicado na revista Fórum em abril de 2013, faz reflexões sobre a aplicação da lei 10639 de janeiro de 2003, além de mostrar a trajetória do Movimento Negro no Brasil do século passado a atualidade.

São negros herdeiros da lei da vadiagem que proibiu a prática da capoeira – brincadeira, ginga e dança utilizada para a proteção do corpo e manutenção do espírito – prendendo seus praticantes e confinando-os na ilha distante de Fernando de Noronha em Pernambuco:

A necessidade do controle social e político da capoeira implicou em sua criminalização legal, instituindo assim o crime de capoeiragem no Código Penal Brasileiro, enquadrado diretamente no Art. 402, mas indiretamente no conjunto de artigos que tratam das transgressões de vadiagem, de ofensa moral, bons costumes e perturbações da ordem pública.
(OLIVEIRA, 2009, p.178)

São herdeiros do decreto nº 1.331 de 1854¹⁷, que estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas, impedindo-os de ascensão social e econômica por via da intelectualidade:

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos (grifo nosso).

A periferia é formada por populações vítimas da segregação econômica e social gerada pelo capitalismo. Os quilombolas, os ribeirinhos, os trabalhadores do campo, os pescadores e indígenas são extratos da população que sofrem os maiores problemas estruturais da sociedade brasileira, pois vivenciam os conflitos de terra, de renda, de saúde, educação e habitação.

O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) de 2009 inclui os quilombolas entre os grupos que estão em situação mais vulnerável quando se trata do pleno exercício do direito de aprender, juntamente com as meninas e os meninos que vivem no campo, os indígenas e as crianças e os adolescentes com deficiência.

¹⁷ Texto extraído da Legislação Informatizada - Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854 - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>, Acesso em: 24 de julho de 2013.

(DUTRA, 2011, p.18)

Observamos que os moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador são pessoas que em sua diversidade¹⁸ buscaram novas posições sociais e foram atraídas pelo sonho de consumo, de acesso aos bens produzidos e mercados nos meios urbanos; são migrantes movidos pelos fortes períodos de seca, pela usurpação de suas terras por grandes empresários do agronegócio:

...os fluxos migratórios que se dirigiram para Salvador foram consequência, em sua grande maioria, da estagnação das forças produtivas baianas, originando-se principalmente nas áreas de concentração das lavouras de exportação (Micro-Região Cacaueira e Micro-Região do Recôncavo) e nas áreas de maior concentração de minifúndios, onde estavam também as maiores densidades demográficas da Bahia (Recôncavo Baiano, Litoral Norte, Feira de Santana entre outras).

(RAMOS, 2012, p.76)

São pessoas movidas pela esperança de viver em um lugar com saúde, lazer, educação e ter condições básicas de qualidade de vida para si e suas gerações; são negros, índios e outros (dês)possuídos e marginalizados no processo civilizatório que faz do Brasil o lugar de gente guerreira. Para pensar a cultura brasileira, necessariamente precisamos fazer uma reflexão contextualizada das dinâmicas históricas que vivemos ao longo do nosso processo de colonização e com isso retirar do pensamento as estruturas que engessam e tentam amarrar o conhecimento. Precisamos tal qual, Albuquerque (2007) pensar que não somos frutos de uma uniformidade:

Como a chamada cultura brasileira, se é que isto existe assim como unidade, o que duvido, pois cultura brasileira é um conceito que precisa ser sempre explicado e relatado novamente, que precisa sempre que se diga a que se refere e não cessa de se redefinir, se define pela mistura, ele se definiria pela indefinição. Diz-se com orgulho que somos uma terra que acolhe todos os estrangeiros, onde se fusionaram formas e matérias de expressão trazidas por desterrados de todos os quadrantes, por migrantes, por imigrantes, nomadismos culturais de todas as bandeiras, pelo desterro forçado de milhares de

¹⁸ Para Abulquerque (2007, p. 20), “diversidade pode ser pensada como a condição mesma da sociedade e das próprias atividades culturais humanas. É a potência do divergir, do desviar, é a equivocidade do próprio ser que se afirma. Tudo que existe diverge e por isso se diversifica. A natureza se formou por diversificação, ou seja, pela efetivação de sua potencialidade para se desdobrar, dobrar-se, inventar o novo a partir do pré-existente. Diversidade como a realização do devir que atravessa tudo aquilo feito pelos humanos”.

culturas africanas, pela destruição sistemática de várias formas culturais indígenas, também já produtos de migrações e trocas culturais seculares e, estranhamente, isto nos daria nossa identidade.

(ALBUQUERQUE, 2007, p.19)

De certo, uma construção cultural que rompe com a idéia de criação de uma única identidade e abre o olhar para uma visão polissêmica onde o território é habitado por infinitudes de singularidades que se manifestam com diversas expressões culturais, contrariando as tentativas de se criar uma identidade cultural brasileira, como lembra Albuquerque (2007, p.20-21):

Seria, por fim, necessário propor que pensássemos até que ponto precisamos ainda de uma categoria como a de identidade para pensar as manifestações culturais que ocorrem no território brasileiro e em suas várias regiões. Se realmente precisamos ainda falar de cultura no singular, quando vivemos afirmando que o que nos orgulha como brasileiros e como produtores culturais no Brasil – aliás quem não é produtor cultural? – é o fato de que somos diversos, múltiplos, temos uma enorme riqueza cultural, clichês dos clichês. Se somos ricos em manifestações culturais, por que ainda somos tão pobres quando se trata de renovar o vocabulário para apreender esta diversidade, para promover esta diversidade? Por que não pensarmos em fluxos culturais, ao invés de cultura, por que não pensarmos em construção de singularidades culturais ao invés de identidades culturais? O singular só existe na relação com aquilo do qual se singulariza, a singularidade é relacional, situacional e provisória. Para se afirmar singular é preciso ao mesmo tempo afirmar também aquilo em relação a que se singulariza.

As singularidades são afetadas por forças externas ao lugar em que se situam. Em verdade, o que ocorre é o (ré)ordenamento das forças hegemônicas no controle e manipulação das atividades cotidianas numa lógica global, de modo que a luta e a resistência dos movimentos sociais urbanos, de indígenas, dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar e sem terras no Brasil, tem suas dinâmicas afetadas. Decorre de uma potente indústria cultural e econômica que se consolida e altera as práticas e as relações simbólicas nos territórios, gerando processos intensos como analisa Canclini (2000):

...introduzir marcas e estilos de seu sistema simbólico e social (americano, japonês ou um país europeu), tem na verdade

como viés principal que imprimem suas práticas é reduzir a mercadoria o sentido polissêmico que tem os bens culturais.
(CANCLINI, 2000, p. 53)

O tempo e o espaço são hegemônicos através de elos, fortalecidos pela impressão do mundo real com o bombardeio publicitário da mídia, consolidando a sociedade de consumo, ou ainda, com o uso dos meios de comunicação de massa para promoção de discursos universalizantes fornecidos por falas autorizadas de organismos internacionais, assim como, pela inserção de diversos instrumentos tecnológicos de alta volatilidade nas prateleiras dos pequenos e grandes mercados (GIDDENS, 1991; HALL, 2002; HOBBSBAWN, 1995). Ao mesmo tempo em que as práticas sociais são intensamente modificadas pelos fluxos globais da modernidade, aumenta-se as possibilidades de guerras e catástrofes, permanecendo um sentimento de insegurança, conforme Giddens (1991, p.155-156):

As tendências globalizantes da modernidade são simultaneamente extensionais e intensionais — elas vinculam os indivíduos a sistemas de grande escala como parte da dialética complexa de mudança nos pólos local e global. Muitos dos fenômenos freqüentemente rotulados como pós-modernos na verdade dizem respeito à experiência de viver num mundo em que presença e ausência se combinam de maneiras historicamente novas. O progresso se torna esvaziado de conteúdo conforme a circularidade da modernidade se firma, e, num nível lateral, a quantidade de informação que flui diariamente para dentro, envolvida no fato de se viver em "um mundo", pode às vezes ser assoberbante. E no entanto isto não é primordialmente uma expressão de fragmentação cultural ou da dissolução do sujeito num "mundo de signos" sem centro. Trata-se de um processo simultâneo de transformação da subjetividade e da organização social global, contra um pano de fundo perturbador de riscos de alta-conseqüência.

Se na lógica global as transformações que pressionam os Estados partem de grupos de interesses econômicos desterritorializados, internamente às políticas de desenvolvimento industrial contribuem para a ampliação do fosso social da desigualdade nos diversos territórios brasileiros, polarizando relações entre centro e periferia. Há políticas públicas promovidas pelo Estado que fortalecem os grandes centros urbanos, locais de acomodação das classes mais abastadas, corporações de alta rentabilidade e àquelas políticas públicas de periferia (voltadas para

indígenas, quilombolas, periferias urbanas, populações rurais e extrativistas). Essas desigualdades polarizadas geram na macroeconomia diferenças entre estados federativos do eixo sul-sudeste e do eixo norte-nordeste. Dentro dos territórios essas diferenças se acentuam entre ricos e pobres.

Ao longo da História, o processo civilizatório brasileiro vai reiterando as desigualdades sociais. Contrária às expectativas de um governo efetivamente democrático, os privilégios da Administração Pública vão para grupos mais abastados que vivem nas áreas nobres das grandes cidades, com boa iluminação, pavimentação e serviços básicos (ESPINHEIRA, 2008). Os benefícios vão para empreendedores do agronegócio com as políticas econômicas de proteção aos grandes produtores, ou ainda, na implantação de pólos industriais com o fornecimento de isenções fiscais a multinacionais, a exemplo da redução de carga tributária fornecida ao complexo da montadora de automóveis da marca Ford, recém-implantado na Bahia na região metropolitana de Salvador em 2001¹⁹.

Essa política econômica brasileira se agrava com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC²⁰, que tem como objetivo ascender o país na produção energética, na implantação de pólos tecnológicos e efervescer a entrada de investimentos internacionais, fornecendo subsídios legais e linhas de financiamento para a exploração da natureza e consolidação de um ambiente competitivo, como visto nas economias dos países ditos do “1º mundo”. Na contramão deste programa são gerados enormes problemas socioambientais, aprofundando ainda o Racismo Ambiental no Brasil, visto por exemplo, no processo de implantação da hidrelétrica de Belo Monte, um dos maiores investimentos do governo brasileiro no PAC que coloca em risco a sobrevivência de várias populações indígenas residentes na Bacia do Rio Xingu:

¹⁹ Ler artigo de autoria de Angela Franco, Universidade Salvador – UNIFACS, Revista CRH/UFBA através do endereço <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=662&locale=pt>

²⁰ O discurso Governamental diz sobre o PAC: “Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras...” Fonte: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>, acesso em 10 de julho de 2013, mas há um contra discurso, que pode ser visto no documentário “Belo Monte, anúncio de uma guerra” disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>> que revela as contradições do PAC.

Belo Monte é uma usina hidrelétrica que o governo pretende instalar no coração da Amazônia, na Volta Grande do rio Xingu na cidade de Altamira, Pará. O documentário “Belo Monte, Anúncio De Uma Guerra” é um projeto independente e coletivo a respeito desta obra, que foi filmado durante 3 expedições à região do rio Xingu. Trata-se de material riquíssimo sobre os bastidores da mais polêmica obra planejada no Brasil, com imagens de alto impacto e entrevistas com os principais envolvidos na obra, incluindo lideranças indígenas (como o Cacique Raoni e Megaron), o Procurador da República (Dr. Felício Pontes), o Presidente da FUNAI (Márcio Meira) e políticos locais a favor da construção da Usina.²¹

Na contramão do PAC, conhecido como Movimento Xingu Vivo²², milhares de pessoas foram mobilizadas nos últimos anos em defesa das causas indígenas no país através das redes sociais, desaguando em passeatas e protestos em praticamente todos os estados federativos, inclusive com apoio internacional.

Como temos visto, as populações indígenas sofrem com o genocídio histórico de 500 anos de colonização; a concentração da terra em mãos de grandes fazendeiros monocultores impede a realização da reforma agrária, necessária para ampliar a participação da agricultura familiar na esfera produtiva e redução das migrações e inchaço dos bolsões de pobreza das grandes metrópoles; o genocídio à população negra na Bahia, que sofre com os mais elevados índices de violência por homicídios no Brasil são exemplos desses conflitos sociais que se arrastam no país por ausência de políticas efetivas de distribuição de renda, de políticas educacionais profundas que garantam a participação da população nas decisões e na condução da vida (ESPINHEIRA, 2008).

A real História do Brasil é a constituição de um Estado técnico-burocrático firmado em políticas de ausência que tentam (in)visibilizar e conter a maior parte da população, que é a população de baixa renda situada nas periferias dos centros urbanos. População a ser contida pela polícia, pela ausência de políticas públicas de transporte; a ser reduzida com péssimo atendimento nos postos de saúde e confinada nos presídios. População a ser reprimida pelo aparato legal do Estado através de legislações penais mais

²¹ Disponível em: <<http://www.belomontefilme.org/portal/br/o-filme>> acesso em 10 de julho de 2013.

²² Sobre Movimento Xingu Vivo que denuncia conflitos vividos pelos indígenas na Bacia do rio Xingu, consultar: <<http://www.xinguvivo.org.br>>

eficazes na retirada da juventude pobre e “violenta” das ruas, reduzindo cada vez mais a maioria penal (ESPINHEIRA, 2008).

Em contrapartida, é o Estado agenciador das riquezas do país, mediador de processos de exploração e implantação de arsenais tecnológicos de multinacionais, retirando das veias da terra minérios para o beneficiamento e aproveitamento nas usinas nucleares e indústrias automobilísticas e de componentes eletrônicos; explorando monoculturas de eucaliptos para a indústria do papel; dando subsídios na instalação de tanques para exploração da aquicultura, entre outros negócios que geram riquezas para poucos.

É com essa compreensão crítica do global e local que este capítulo foi pensado e tem como objetivo realizar uma abordagem sobre a Educação Popular e Sociedade Civil. Serão feitas considerações sobre o processo de escolarização e formação do Estado moderno, a constituição dos movimentos sociais através de Organizações Não-Governamentais – ONGs e de instituições populares. Além da defesa de uma educação crítica, voltada para a transformação e emancipação do sujeito haja vista o processo histórico de formação da sociedade brasileira gerador de desigualdades.

2.1 Escolarização no Estado Moderno e campo social aberto.

Atualmente as sociedades passam por uma série de transformações e é necessário um olhar atento e crítico às forças que determinam o movimento global. Os indícios da mudança econômica, social e política são vistos no século XVIII com a industrialização do Ocidente que reorganiza a lógica de produção, dando vazão à modernidade em constituição e modificando as formas de interação e acomodação social (SANTOS, 2000; GIDDENS, 1991).

Recém-saída da barbárie feudal, da quebra dos grandes impérios e da conquista colonial, a Europa transita do Iluminismo do século XVIII, enaltecendo a ciência como fonte de explicação do mundo e explorando ao máximo a força de trabalho, para o Humanismo do século XIX com o desenvolvimento dos Estados-Nação. Nesse processo a educação é

formalizada nas políticas de escolarização dos Estados, como nos recorda Saviani (2008, p.33):

Escolarizar todos os homens era condição para converter servos em cidadãos, era condição para que esses cidadãos participassem do processo político, e, participando do processo político, eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa, é óbvio, mas o papel político da escola esta aí muito claro. A escola era proposta como condição para a consolidação da ordem democrática.

A ampliação do conhecimento técnico abre portas para a modernidade. É tempo de promover a higienização, a liberdade, o consumo e a educação. Mas também é tempo de guerras, dos movimentos sindicais e de criação de campos de domínio da indústria no restante do globo. A sociedade Ocidental do século XX é construída fincada na indústria da guerra e no aumento dos níveis de consumo. É movida pelo fortalecimento bélico, produção de ogivas nucleares, corrida para a lua, aperfeiçoamento dos veículos de comunicação de massa, e pela transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro de alta volatilidade com o advento da internet. Agora, sem freios, o imperialismo não encontra limites e afeta todo o globo (HOBBSAWN, 1995).

Da ascensão à redução do Estado-Nação o trânsito se dá à medida que crescem os níveis de participação social, da politização da classe proletária e da necessidade de ampliação de direitos, incluindo a pobreza na repartição do bolo econômico e político. Cresce também a necessidade pelas grandes corporações de acúmulo de capitais e a tentativa de dissociação do Estado do controle econômico e financeiro. O Estado é visto como um grande elefante branco, improdutivo, pesado, atrasado. A essa altura, meados do século XX, o mercado internacional está interconectado pelas redes de comunicação, é preciso um Estado novo, urge desembestar o projeto neoliberalista (GIDDENS, 1991).

Essa é a crise contemporânea, os mercados internacionais se pulverizam e ditam os comandos nas sedes de grandes corporações; o Estado-Nação é esfacelado internamente com políticas de privatização, contenção de despesas e planos diversos, inclusive educacionais. Tudo aos olhos atentos dos organismos internacionais (CORAGGIO, 2000).

Não obstante, o local está em constante troca com o global, recebe informações em massa pelos meios de comunicação e é reinventado a cada instante com a inserção de novos produtos nas prateleiras dos minimercados; mercadorias produzidas em lugares bem distantes, rotuladas geralmente na China. O local se desenvolve a cabo de muitas influências dos mercados criados pelo advento da globalização. Entretanto, as temporalidades entre território e o global são diferentes:

O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o "zoneamento" tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos.

(GIDDENS, 1991, p.21)

Mas o que a educação tem haver com tudo isso?

De acordo com o pensamento de Milton Santos (2000), para cada período de transformação tecnológica existem condicionantes ideológicos que permeiam e alteram as relações políticas e educacionais na sociedade. A educação na modernidade aqui é vista também como ação política a ser útil na promoção de um sistema universal a que chamamos de globalização (TORRES, 2001).

A educação a ser promovida no período pós-guerra do século XX era aquela necessária à promoção do bem estar social, a pacificação do mundo em prol de uma estabilidade necessária para o desenvolvimento social. Era necessário cuidar das crianças, promover a higiene, garantir a força de trabalho jovem, a circulação de informação e a criação de uma sociedade de consumo. A educação para todos era a garantia de profissionais qualificados para operação de maquinários complexos, promoção da ciência e democratização da sociedade. Esse é o momento que o Estado-Nação se faz forte, é o protagonista das mudanças sociais, àquele que organiza a economia, da qualidade de vida, permite o usufruto dos direitos e preconiza a equidade social. Do mesmo modo que a modernidade descolou a ética da

condição humana, passou também a descolar a educação e substituí-la pela escolarização.

A educação, como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribui para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, aceitem-se mutuamente e repeitem-se na sua individualidade específica.

(SAVIANI, 2008, p.7)

Nas primeiras décadas do século XX, vários movimentos sociais aconteceram, houve greves, manifestações do operariado e uma série de inserções populares pela democracia, inclusive pelo acesso à escola. A burguesia se posicionava para a criação de uma sociedade mais democrática, participativa e de garantia de direitos. Os movimentos sociais viam na escola a possibilidade de participação política e transformação social.

Surge aí também, ainda de acordo com Demerval Saviani (2008), o “escolanovismo”, muito difundido nos países abastados economicamente, mas quando remodelado para os países em desenvolvimento acirra a desigualdade entre ricos e pobres. Os valores do “escolanovismo” influenciaram educadores do mundo inteiro, alterou a compreensão sobre educação, enfatizando o sentimento, o olhar para o aluno, a valorização da espontaneidade, entretanto, a ausência de investimentos para a concretização dessa escola na América Latina, terminou por acentuar as diferenças entre o ensino privado e público. A elite se beneficiou destes valores investindo em sistemas privados que se qualificaram e propiciaram estruturas para essa nova corrente, enquanto as escolas públicas, continuando no projeto tradicional de ensino promovido pelo estado, deixaram os educadores descontentes, as escolas desestruturadas, acentuando a desqualificação do ensino, o afrouxamento das matérias e o esfacelamento do ensino público.

Com o “escolanovismo” há um retrocesso, o que antes poderia ser objeto de participação e transformação passa a ser um espaço de mera discussão técnico-pedagógica. Isso porque a escola enquanto instrumento político emancipatório permitia para o proletariado possibilidades de escolha política, o que não necessariamente era o objetivo da burguesia que se instaurava no poder. A política pedagógica deveria ser redirecionada, ou melhor, a escola pública precisaria ser reformada, desenvolve-se a escola técnica marcada pela eficiência instrumental:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico.

(SAVIANI, 2008, p.10)

O contraponto será desenvolver uma educação crítica revolucionária e percebemos tanto no pensamento de Saviani (2008) quanto no pensamento de Paulo Freire (1987) a forte influência da corrente Marxista. A pedagogia crítica era pensada como possibilidade de superar a sociedade de classes, a opressão sofrida pelos pobres e (ré)estruturar a sociedade para uma sociedade sem classes.

A priori, mesmo observando-se a contradição na aplicação prática dos valores marxistas em sistemas comunistas, que se transformaram tão opressores e ditadores, restringindo direitos, promovendo a perseguição e o total controle do Estado em relação aos indivíduos como na Rússia, China e mais próximo em Cuba, tendo como base a complexidade das transformações socioeconômicas da contemporaneidade (GIDDENS, 1991; HOBBSAWN, 1995), a resistência ao sistema hegemônico carece de ações também complexas, que associem instituições, pessoas, coletivos em empoderamento consciente para a transformação política (SANTOS, 2006).

No século XXI, as mudanças políticas educacionais brasileiras não estão tão avançadas como gostaríamos. Há um cenário de luta, de disputa de interesses e de resistência da classe de professores, educadores e da sociedade civil contra as pressões hegemônicas neoliberais que tentam dominar o Estado. O exemplo disso, associado ao PAC - Programa de

Aceleração do Crescimento, o governo tomou uma série de medidas que garantissem metas de crescimento e adotou para a educação, através do MEC – Ministério da Educação, em 2007, o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. Nesse plano há uma plataforma de planejamento e projeção de ações, batizada como PAR – Plano de Ações Articuladas que deve ser aderida nacionalmente, servindo como ferramenta para o acompanhamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O objetivo é atingir parâmetros internacionalmente reconhecidos entre os 34 países membros da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Essa política de metas educacionais vem sendo alvo de estudos e publicação de diversos artigos, tais como: “O Plano de Ações Articuladas (PAR) em Municípios do Nordeste: Pretextos, Proposições e o Contexto da Prática Pedagógica e Currículo”²³, “O Plano de Ações Articuladas: percepções e expectativas na gestão da educação municipal”²⁴, “Implementação de planos de ações articuladas municipais: achados de uma pesquisa de avaliação”²⁵, “Relações entre esferas governamentais na educação e PDE: o que muda?”²⁶, “O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC”²⁷.

Partindo dessas leituras, perceberemos que os desdobramentos dessa nova política, revelam a pouca efetividade da gestão educacional no país; dificuldades de uma gestão participativa, além de problemas mais profundos, vinculados a formação e o reconhecimento dos profissionais que estão na ponta desse processo, os professores. Somando-se a esses problemas

²³ Da pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, Cibele Maria Lima Rodrigues apresentado na revista Espaço do Currículo, publicado no segundo quadrimestre de 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index/rec>> Acesso em: 06 de novembro de 2013.

²⁴ Publicado no Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCB - Série-Estudos, de autoria de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia: Dr^a Maria Couto Cunha e doutorandos Jean Mário Araújo Costa e Rosemeire Baraúna Meira de Araújo. Disponível em: <www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/63> Acesso em: 06 de novembro de 2013.

²⁵ Publicado na Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 38, p. 151-165, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/526/428> Acesso em 20 de novembro de 2013

²⁶ Autoria de Silke Weber, publicado no segundo quadrimestre de 2008, no Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

²⁷ Publicado na Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>> Acesso em: 06 de novembro de 2013.

temos que observar as condições de vida nas áreas periféricas dos centros urbanos e pensar as práticas educativas no campo formal, ou seja, torna-se necessário observar criticamente em que local a escola está hoje situada, principalmente aquelas escolas que atendem a maior parte da população pobre do país.

A aproximação da escola ao mundo cotidiano vem redefinindo um modo novo de troca de saberes, de desafios ao educador e ao educando, numa constante tentativa de reorganização e harmonização social. A violência nas escolas de comunidade de baixa renda aumenta com a presença do narcotráfico e se torna um dos grandes vetores para a (rê)significação institucional do ensino.

Entre as questões relacionadas à escola nestes locais, pensamos: como realizar processos pedagógicos com os menores envolvidos direta e indiretamente com o tráfico de drogas? E os maiores, como também socializar conhecimentos?²⁸

Somada a estas questões, os professores, em especial os das escolas públicas - instituições que são responsáveis pelo acolhimento da grande parcela da população de baixa renda do país, e tem no processo educativo a concorrência com a necessidade de fornecimento de alimentação básica, de manutenção da saúde do público atendido, além do envolvimento em problemas relacionados às questões da família, tais como, planejamento familiar, violência doméstica, e apoio psicológico – reclamam constantemente da vulnerabilidade em que se encontram.

São problemas relacionados à falta de equipamentos/instrumentos de trabalho (cadeiras, quadros, aparelhos de tv, retroprojetores, computadores, material didático atualizado); a permanência de estudantes armados em sala de aula sobre a influência do narcotráfico; a falta de qualificação profissional; sobretudo, baixos salários e aumento das jornadas de trabalho. Com a

²⁸ Gey Espinheira no artigo “Sociologia da delinquência: a iniciação do jovem” aborda a violência como tática de sobrevivência: “Não se pode entender as motivações para a violência sem entender que a violência é um recurso social de sobrevivência, ou de um modo de viver possível, entre outros, mas que se constitui para alguns como a orientação a ser seguida como a mais vantajosa. O transcurso da vida cotidiana é mediado pelo cálculo em relação às possibilidades, um jogo de “perde-ganha”, ou na linguagem contábil, de cálculo de custo/benefício. Nesse jogo de racionalização está também o não racional, sobretudo quando se leva em conta o uso de drogas que provoca a alteração do estado de consciência e produz comportamentos imprevisíveis, tanto para quem age, como para os que sofrem a ação do indivíduo sob o efeito de substâncias psicoativas”.

ampliação dos papéis assumidos pelo professor, esses profissionais jogados na teia cotidiana da educação formal, são peças fundamentais para a reorganização social e necessitam de instrumentos metodológicos científicos que subsidiem a sua presença em sala de aula.

Por outra via, na História da educação brasileira, Paulo Freire (1987) ao abordar a educação crítica como revolucionária e potencial para a transformação e mudança, fazendo parte da utopia da superação do estado hegemônico, capitalista, sustentado pela sociedade de classes compartilha da esperança do surgimento de um momento novo. A educação é vista como um ato político. O projeto de transformação é a superação do regime opressor.

Não cabe apenas à escola a mudança e a transformação da sociedade. Segundo Martín-Barbero (2000) é o uso da tecnologia, agregado aos discursos (construtos ideológicos) que modificaram e vem modificando o comportamento da sociedade de forma revolucionária. Há diversos sistemas educativos que concorrem com a escola e o sistema das comunicações e tecnologias, aparece como desafiador, paradigmático para se pensar ações no contexto da sociedade em rede:

A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. Essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional.

(MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 53)

Apesar de cumprir um relevante papel, espaço de aprendizagem e socialização, a escola está atravessada pela cultura, campo aberto e em mudança constante, haja vista as transformações tecnológicas, a velocidade da comunicação, a promoção de novas estéticas e novas formas de aprendizagem. Para TORRES (2001), a escola necessita acompanhar as mudanças e os desafios que a sociedade impõe e descobrir novas formas de fazer, agregar e contribuir para uma plena democracia:

Como parte da esfera pública democrática (e não apenas como parte integrante da ação legal do Estado) as escolas poderiam constituir arenas de discursos incorporando diversos interesses que guiam o conhecimento, inclusive o conhecimento empírico-analítico, histórico-hermenêutico e crítico-emancipativo.

Em relação à revolução promovida pelas tecnologias de informação e comunicação - TIC's que se materializa no acesso à linguagem virtual, nas múltiplas fontes de saber e nas formas de mobilização social²⁹ há uma problemática recorrente apontada pelos movimentos de democratização da comunicação que está relacionada com a reivindicação por acesso a produção e a difusão do saber, pela criação de um ecossistema de comunicação efetivamente democrático; um problema crucial para consolidação de uma sociedade mais justa e livre. Não é o simples acesso a banda larga na internet e muito menos a simples distribuição de equipamentos nas escolas que está em questão, tal como nos lembra (CASTELLS, 2006, p.19):

(...) difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para quem são usadas as tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de performance superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projectos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os estrangulamentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede.

A tomada de consciência desta nova estrutura social, da sociedade em rede, imprime a necessidade de promoção de ações coletivas dos movimentos sociais, ações libertárias da sociedade civil na reivindicação de acesso ao uso, transformação, produção, ampliação do conhecimento, crítica e criatividade na construção de bens simbólicos, linguagens e estéticas (MARTÍN-BARBERO, 2000). É necessária uma desescolarização – a revisão de todos os conceitos e metodologias de um processo de escolarização que não dá certo, pois não liberta o sujeito, para a construção e afirmação de outros espaços de conhecimentos onde a educação seja vista como cultura, como arte necessária para a vida e não para o mercado, metas e índices

²⁹ Atualmente uma série de movimentos surgem com o apoio das redes sociais, a organização das revoltas Árabes, das manifestações populares na Europa, ou ainda os “rolezinhos” dos jovens de periferia nos shoppings centers que reivindicam acessibilidade, livre trânsito e expressão nos mostram que profundas transformações e pressões sociais são potencializadas pela facilidade de circulação de informação.

governamentais. Nesse sentido o processo de participação e reflexão sobre o mundo corrente, cotidiano é o próprio desafio.

2.2 Educação e cultura: elementos para a construção do humano

Criar metodologias participativas de aprendizagem; o empoderamento das pessoas através das suas habilidades e conhecimentos surge como novo paradigma da contemporaneidade, mas somente os educadores não solícitos a reprodução de valores arcaicos e concepções forjadas de um mundo reacionário estarão dispostos a participar de processos de emancipação como nos lembra Paulo Freire (2000, p.12):

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em reciprocidade de consciências; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo.

Uma tonalidade de radicalismo que parece cara aos princípios da neutralidade científica e efetivamente o é. Por isso, temos como perspectiva realizar crítica direta aos processos educativos que correspondem às necessidades ideológicas e sistema de valores que desqualifiquem, ou ainda que, sejam colocados superiores à outros de natureza popular. Por equivalência, temos defendido a reinvenção democrática a partir do território, do lugar, das pessoas, do meio ambiente, ou seja, há uma alusão direta à produção de uma ecologia de saberes, como aborda Boa Ventura de Souza Santos (2007, p.32):

A ecologia dos saberes – O que vamos tentar fazer é o uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber do camponês.

Pensar a cultura como educação no âmbito da vida, na história da humanidade é participar da construção de um ser que leve em consideração o uso de metodologias de análise com espectro multidimensional capazes de

estabelecer relações sociais, culturais, políticas e econômicas, mas, sobretudo, em que o sujeito apareça/participe na sua singularidade, com as suas percepções espaço territoriais e suas subjetivações, trocas e construções de mundo. Do local para o global, necessitamos construir políticas culturais que sejam emancipadoras e não estejam ligadas ao poder hegemônico. Por exemplo, quando pensamos nas relações políticas internacionais entre países da América Latina, tomando como base os estudos de Canclini (2000), percebemos que os conteúdos das políticas de integração do Mercosul tratam basicamente de coordenar interesses empresariais ou dispositivos de segurança policial e militar, daí a importância de dar novos sentidos às políticas culturais transnacionais e gerar novas trocas entre territórios:

Não convêm deixar estes assuntos somente nas mãos de políticos e empresários, pois tem haver com os direitos humanos básicos e da comunicação e compreensão entre nações. Implicam na educação como uma visão sobre os diferentes, e a política cultural onde se selecionam patrimônios e se excluem outros, se transmitem discriminações ou se ajuda a apreciar o diverso. Se por vezes, quem se ocupa da cultura, e em particular os artistas, têm peculiar competência nestes temas é pela sua disposição a imaginar vidas possíveis. Os poetas, os dramaturgos, os atores são especialistas em encarnar outros corpos, mesmo que distantes, experimentar o tempo e o espaço mais adiante do que as ruínas da própria cultura consistem em fazê-lo. As vanguardas do século XX exaltaram esta capacidade dos artistas como transgressão e ruptura, e cultivaram a marginalização a que os conduzia. Frente à agenda homogeneizadora da globalização essa dissidência segue sendo uma tarefa valiosa da arte, e muitos grupos que, sem pretensões artísticas praticam. Mas ao mesmo tempo em que há tendências globalizadoras de confrontação com vidas imaginadas permitindo pensar pela diferença – outros costumes, outras medicinas, outras linguagens -, é hora, mais que nunca, da possibilidade de integrar o nosso cotidiano. Serve para ensaiar modos não convencionais de ser cidadãos.

(CANCLINI, 2000, p.55)

Para Canclini (2000) é preciso reformular a política cultural em função dos interesses públicos e reverter a tendência a simples privatização e desnacionalização das instituições e programas de desenvolvimento cultural. O Estado deve assumir o papel de regulador das empresas privadas e impulsionar as iniciativas sociais não lucrativas, tais como: os grupos teatrais e musicais, bibliotecas, meios de comunicação independentes, agindo como

coordenador de ações públicas efetivas. O Estado tem que ser visto como agente de interesse público, do coletivo multicultural e árbitro dos conflitos de interesse gerados pelas empresas privadas hegemônicas em detrimento daqueles interesses de grupos em desenvolvimento. Museus, escolas, universidades públicas, centros de investigação e experimentação artísticas devem ser subsidiados pelos Estados, por empresas privadas e grupos independentes, desde que garantam que os interesses e as necessidades de informação e recriação do povo não sejam subordinados a rentabilidade comercial.

Ainda seguindo o pensamento de Canclini (2000) é necessária a defesa e a valorização daquilo que foi herdado historicamente através das lutas sociais, mantendo a memória, em combate a hegemonia do mercado global. Para o antropólogo argentino, o cenário de luta por políticas culturais transacionais na América Latina agrega organismos e as redes culturais independentes de cineastas, produtores e distribuidores que fazem pressão para o desenvolvimento das indústrias culturais e a consolidação de sociedades democráticas e mais participativas.

Flexionando educação e cultura, urge uma metodologia que entenda os processos para além das disciplinas e especializações científicas, respeitando os conhecimentos tradicionais, os populares, àqueles apreendidos e criativamente elaborados no cotidiano (BASTIÃO, 1995; SACRAMENTO, 2009; KLEBER, 2006). Somente dessa forma poderemos propor novos espaços de educação através da cultura que sejam democráticos e participativos, espaços da expressão, onde a criatividade pulsa, faz leituras, representa e é representada, reinventa o cotidiano e promove a verdadeira história do povo.

A natureza da cultura é impalpável, éter capaz de elevar o humano numa alquimia de sensações subjacente a toda e qualquer tentativa de amarras, por isso, é fonte de libertação. Nessa perspectiva, Margarete Arroyo (1999), afirma que os contextos socioculturais dos sujeitos – suas singularidades – devem ser considerados nas práticas educativas:

...“considerar os contextos socioculturais dos alunos” significa antropologicamente reconhecer que seus alunos estão inseridos em redes particulares de significados, que sinalizam para suas

visões de mundo (de música, de fazer musical, de aprender música).

(ARROYO, Margarete, 1999)

Práticas educativas no campo social que consideram os contextos socioculturais como elementos de alta relevância para a formação do sujeito são discutidas nas teses de doutorado defendidas por Jorge Luis Sacramento de Almeida³⁰ e Magali Kleber³¹ em educação musical. Os autores identificam a música enquanto arte indissociável do humano, sobretudo, como performance existencial potente de vida e de criatividade nos espaços em que ocorrem troca, produção e liberdade de expressão. Esses espaços existem para além da escola, nos movimentos sociais e nos espaços tradicionais de transmissão oral como protagonistas da educação musical na sociedade brasileira (KLEBER, 2006; SACRAMENTO, 2009).

Os estudos de Sacramento (2009) sobre as práticas educativas que ocorrem nos Terreiros de Candomblé, mas especificamente, “o modo pelo qual se dá a transmissão dos conhecimentos para os que poderão ser escolhidos para a função de Alabê³², em especial dos ritmos e cânticos”, apontam que o lugar tradicional de aprendizagem, onde predominam a transmissão oral de conhecimento tem organicidade e fazem da oralidade um modo complexo de educar:

As pesquisas na área de educação não-formal ou informal indicam que a aprendizagem nos grupos culturais específicos se dá oralmente em processos de observação, imitação, repetição e improvisado sobre o visto e o ouvido, sempre mediada por alguém com experiência que naturalmente assume o papel de educar. Quando se diz aprendizagem nas culturas se faz oralmente, fica às vezes implícito que esta forma de transmissão parece limitada aos olhos dos agentes estranhos à cultura. Esse estranhamento antropológico é às vezes inevitável. Por isso o pesquisador deve estar preparado para entender e aceitar

³⁰ Tese defendida por Jorge Luis Sacramento em 2009 na Universidade Federal da Bahia, Escola de Música: “Ensino/aprendizagem dos Alabês: uma experiência nos Terreiros Ilê Axé Oxumarê e Zoogodô Bogum Malê Rundó”;

³¹ Magali Kleber apresentou em 2006 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música, tese de doutorado cujo tema é “A prática de educação musical em ONGs: dois estudos de casos no contexto urbano brasileiro”, que demonstra a contribuição de ONGs no desenvolvimento de práticas educativas a partir da educação musical.

³² Segundo Sacramento (2009) os Alabês são responsáveis pela orquestra de tambores e instrumentos musicais, cuja escolha é realizada pela Ialorixá (mãe-de-santo) ou Babalorixá (pai-de-santo) em sintonia com os Orixás.

outras culturas. Acerca da expressão “oralidade”, é preciso entender que esta forma de transmissão não é limitada.

(SACRAMENTO, 2009, p.12)

Os processos da educação moderna terminaram por castrar, ou ainda invalidar, retirar a importância do conhecimento oral, deslocando a humanidade da sua essência de entendimento do mundo, desencaixando saberes locais e territoriais. A retomada recente pela ciência dos aspectos da tradição, dos saberes populares se dá pela constatação de insuficiência de explicação do mundo através de disciplinas e da especialização da razão. Estamos atravessando um momento de busca, de ligações e do reencontro da humanidade consigo mesma, não obstante são reiterados os movimentos em prol da sustentabilidade e a busca por um mundo melhor. Compreender a música enquanto indissociável da humanidade é apreender esse humano numa dimensão holística e afirmar a existência ritualista e ecológica do ser (CAPRA, 2002).

Observando os processos de ensino-aprendizagem em duas ONGs (Associação Meninos do Morumbi – São Paulo; Viva Rio – Rio de Janeiro), Magali Kleber (2006) implicou em saber “como os jovens aprendem música nesses espaços e como tudo isso vem incidindo no processo de transformação sociocultural”. A autora informa que se alicerça em três bases teóricas, a primeira é aquela que considera a música como “particular e irreduzível forma de expressão e conhecimentos humanos” (Schepherd e Wicke, 1997). A segunda considera os processos pedagógico-musicais como “fato social total”, complexo, pluridimensional e sistêmico (Mauss, 2003). E a terceira via é considerar produção musical em ONGs na teoria da práxis cognitiva de Eyerman e Jamison (1998), onde essa produção se torna fruto das forças sociais e possibilitam novas formas de conhecimento. O termo pedagógico é visto como “campo pluridimensional e conectado”. E as práticas musicais como processo vivido no mundo real em diversos contextos, mas conectados.

Magali Kleber (2006) nos mostra a pluridimensionalidade do campo de estudo das práticas pedagógico-musicais, campo fundamentado nas relações entre pessoas o que por si só indica a impossibilidade de se pensar numa única disciplina, mas de realizar um processo dialógico multidisciplinar, uma

grande exigência para o pesquisador, que deve se utilizar da complexidade e da tentativa de unir os mais diversos campos de conhecimento. Por isso, existe a necessidade de uma educação com base numa ética dialógica de produção do conhecimento que considere a percepção do sujeito como àquela afetada por um território; munida de singularidade; uma educação que corresponda a uma percepção vivencial própria do educando como sujeito que produz significados e se desenvolve a partir de suas relações com o mundo, ou seja, uma educação enraizada na cultura (ARROYO, 1999).

Considerar que a produção de saberes imateriais, bases do conhecimento oral, é fruto das sensações, visões de mundo, ideologias, costumes e que por outra via, os saberes materiais – pensamentos práticos e formais – é a reflexão/aplicação destes no cotidiano, permite perceber a educação como produção de conhecimento do indivíduo analítico; àquele capaz de compreender e agir no lugar, consciente de suas sensações e visões de mundo. Desta forma, *ninguém educa ninguém, a educação é por si mesmo, um processo de emancipação, em que o sujeito toma para si o seu próprio mundo, nele reivindica a sua participação* (FREIRE, 1967).

2.3 Construção de uma pedagogia crítica

Sobre a pedagogia crítica nos baseamos, entre outros autores, no pensamento de McLaren (1991):

A pedagogia crítica é vista como uma forma política cultural, que mostra a necessidade de lutar pelas escolas como esferas públicas democráticas. Além do mais, “a pedagogia crítica é mais do que a dessacralização das grandes narrativas da modernidade, ela busca estabelecer novas fronteiras morais e políticas de luta emancipativa e coletiva, onde tanto as narrativas subjulgadas como as novas narrativas possam ser lidas e discutidas na arena democrática”

(McLaren, 1991, p.172 in Torres, 2001, p. 36).

Advogar por em Pedagogia Crítica é tornar relevante à luta por uma *teoria política nova, uma democracia radical de alta intensidade* onde se substitua as *relações de poder por relações de autoridade compartilhadas* (SANTOS, 2007). É tal qual, o pensamento de Saviani (2008) que reivindica pela utilização dos conteúdos culturais nos processos pedagógicos, tendo em

vista, a apropriação destes conteúdos como mecanismos de transformação social.

Pedagogia Crítica é defender uma *teoria de cidadania multicultural e de democracia* (TORRES, 2001), que seja capaz de revelar uma sociedade baseada nos princípios éticos democráticos - enraizados de equidade, igualdade contrapondo o modelo vigente. A defesa do uso democrático das *técnicas de comunicação* para estarem efetivamente a serviço do homem, contribuindo para a sua emancipação (SANTOS, 2000, p. 84; SOUZA, 2006, p. 331).

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2007), é urgente uma ecologia dos saberes, ou seja, a capacidade de realizarmos a produção de conhecimento de forma interdisciplinar e transdisciplinar, evitando os silenciamentos e as exclusões. O conhecimento das comunidades populares, indígenas, os saberes tradicionais, nessa perspectiva são válidos, participam e integram os conhecimentos científicos. É importante criar uma teoria do Sul, empoderar os pensadores locais, contrapor o pensamento hegemônico do Norte sem provocar os mesmos silenciamentos que se sucedem quando o saber se torna hegemônico.

Santos (2007) faz uma análise da matriz de conhecimentos da modernidade, e distingue dois tipos de conhecimentos que estão nela inscritos: primeiro o conhecimento de regulação - CR, modelo que vai do caos [ponto A (ignorância – realidade incontrolada)], à ordem [ponto B (saber – ordenar a sociedade)]. O segundo tipo é o conhecimento de emancipação - CE que inicia em A (colonialismo) e finda em B (autonomia solidária).

O modelo primeiro CR, ao encontrar-se com o capitalismo recodificou a matriz do CE, invertendo a sua ordenação. O conhecimento de emancipação que teria como finalidade a autonomia solidária foi desprestigiado, uma vez que o cooperativismo, a autonomia organizacional, passou a ser controlada pelo Estado (burocratizado e institucionalizado). O saber solidário passa a ser barbárie ou ignorância, e o colonialismo se torna ordem.

Para superar essa deterioração do CE, Santos (2007) propõe repensar as teorias críticas no sentido de incluir uma ecologia de saberes no conhecimento moderno científico e lança mão dos seguintes desafios:

O primeiro desafio é reinventar as possibilidades emancipatórias que havia nesse conhecimento emancipador: uma utopia crítica.
(Santos, 2007, p.53)

Contrária a utopia crítica, a utopia neoliberal faz crer que enquanto o capitalismo não chegar a todas as instâncias da expansão mercadológica, vai haver fome, miséria e desastres ecológicos no mundo. O mercado deve regular a sociedade, é a saída para todos os problemas. Além disso ocorrem dois problemas teóricos: a) a cultura ocidental na modernidade vêm silenciando as diversas culturas e suprimindo-as criando a cultura global, nos processos de colonialismo. Esse silêncio deve ser superado, fazendo com que essas culturas apareçam em meio da linguagem, sem reproduzir novos silenciamentos; b) O segundo problema está relacionado à ideia de diferença, pois há defensores da hegemonia política e defensores de uma política de identidade de viés fundamentalista. A primeira corrente subestima a existência de outras culturas e se posiciona como melhor, verdadeira em relação às demais, já a segunda afirma a existência de outras culturas, mas não aceita a possibilidade de intercâmbio, trocas e negociações, afirmando a incomensurabilidade entre elas, um conflito de tradução que pode ser resolvido com o segundo desafio: *a interdisciplinaridade*.

É preciso encontrar outro tipo de diálogo entre as diferentes filosofias, e também aqui aparece o desafio. É preciso conversar muito mais, dialogar muito mais, buscar outras metodologias de saber, ensinar, aprender.

O terceiro desafio é a necessidade de distinção entre objetividade e neutralidade. O saber deve ser contextualizado culturalmente e por isso não deve ser isolado da natureza. É importante fazer uma avaliação da ação científica, pois temos uma grande capacidade de intervir na realidade através da ciência, entretanto, há um descuido nas avaliações das consequências da ação. Isso é visto, por exemplo, nos desastres ecológicos, nos problemas sociais e políticos em decorrência da ação desmedida da ciência.

A necessidade de ultrapassar as subjetividades conformistas, a não conformação com o conhecimento como finalidade, com a elucubração de um saber já consolidado e constituído como única via, impedindo outras formas de saber a serem descobertas é o quarto desafio lançado por Santos (2007) - o *desenvolvimento de subjetividades rebeldes*.

O ultimo desafio é a produção de uma *Epistemologia do Sul* que exige o reconhecimento que a modernidade ocidental violentou e violenta de forma colonial a produção de conhecimentos. No pós-colonialismo há matizes de produção intelectual em que Santos (2007) divide didaticamente em duas categorias, uma Sul imperial enraizado de ocidentalização e produto do Norte, e outra Sul anti-imperial, contra hegemônico, com desejo de emancipação.

Devemos analisar as estruturas de poder da sociedade a partir das margens, e mostrar que o centro está nas margens, de uma maneira que às vezes escapa a toda nossa análise. Para essa concepção, colonialismo são todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade.

(Santos, 2007, p. 59)

Seguindo esse mesmo raciocínio Fritjof Capra (2007) tem contribuído para repensar o fazer ciência, e aborda sobre a necessidade de quebrar estruturas rígidas do saber e produzir conhecimento, equalizando e harmonizando o ser com a natureza:

No futuro, esta divisão rígida não será mais possível, porque o principal desafio desse novo século – para os cientistas sociais, para os cientistas naturais e para todos – será construir comunidades ecologicamente sustentáveis. Uma comunidade sustentável é projetada de maneira que suas tecnologias e instituições sociais – em outras palavras, suas estruturas materiais e sociais – não interfiram na habilidade inerente da natureza de sustentar a vida.

(CAPRA, 2007, p.8)

Advogar por uma pedagogia crítica é afirmar o pensamento complexo de Edgar Morin (2011) que se contrapõe à lógica iluminista, positivista e racionalista moderna no sentido de pensamento único possível, para conceber uma forma de pensar em que estejam associados os ganhos da ciência moderna com os novos conhecimentos surgidos a partir dela mesma, ou seja, a partir da re-significação e produção de novos conhecimentos.

Esses conhecimentos, aparentemente antagônicos, como por exemplo, a teoria do caos que tenderia a acabar com a ideia de ordem universal; são colocados em relação dialógica para uma compreensão dinâmica da realidade.

Para além da “ordem” [pilar da ciência tradicional, categorizado por Morin (2011) como a “separabilidade” (especialização total da ciência e confinamento do conhecimento em disciplinas)], precisamos da sistematização, da interação e de uma proposta de ecossistema do saber onde os conhecimentos sejam atravessados, não mais separados e sim interdisciplinares. O físico Heisenberg tem grande contribuição para o pensamento de Edgard Morin, pois através da microfísica demonstrou que o observador interfere no objeto com a sua observação, o que fez cair a lógica asséptica científica, em que a imparcialidade seria possível. A noção de separabilidade dialoga com a inseparabilidade.

Outro pilar do pensamento tradicional, a razão-absoluta, forma de pensar com base na lógica “indutivo-dedutivo-identitária” é suprimida nos pensamentos de Karl Popper, Gödel e Tarski com a relativização do conhecimento. A ciência não pode se auto referenciar para explicar o mundo, mas o mundo é a fonte de conhecimento referencial para a ciência. A teoria da complexidade, nesse sentido, utiliza a lógica da razão-absoluta para superar seus vazios, ou melhor, reconhecê-los e adentrar nesses espaços em que a razão absolutista não opera.

Com esses pilares abalados na contemporaneidade Morin (2011) indica “três teorias” para acesso à complexidade que são: a teoria da informação, a cibernética e a teoria dos sistemas. A primeira, a teoria da informação, permite que se extraia de um processo de ordem e desordem o novo, que é a própria informação. Dessa forma, a informação também é a capacidade de permitir a autonomia, a criatividade³³. A explicação de Morin (2011) para a cibernética se dá com pensamento de Noobert Weiner que rompe com a linearidade do pensar, introduzindo a lógica do círculo causal, em que (A) age sobre (A). O círculo causal pode ser identificado a partir da regulação térmica, em que em resposta a uma alteração de (A) há uma

³³ Morin (2011) utiliza o conceito de autonomia para explicar como uma máquina é capaz de controlar a sua energia, dando-lhe, portanto autonomia.

retroação em (A), essa ação e reação permite a autonomia do seu funcionamento. Seguindo a mesma lógica a “homeostasia” do fisiologista Walter Bradford Cannon – o corpo vivo autorregula seu organismo a partir da interação com o meio – é um sistema de inputs e outputs, feedbacks.

Complementar a essas teorias, a teoria dos sistemas tem seu primeiro fundamento na seguinte afirmação “o todo é maior que a soma das partes”, ou seja, Morin (2011) afirma que há qualidades emergentes da organização do todo e que podem retroagir às partes, e ainda que o “todo é menos que a soma das partes”, pela capacidade do todo inibir potencialidades das partes. Essas três teorias, em conjunto, induzem ao pensamento complexo onde “a organização é feita com e contra a desordem.”

Colocando o pensamento complexo metaforicamente como edifício de muitos andares, Morin nos informa de três princípios fundamentais, que sustentam a teoria, “o princípio dialógico” que une noções antagônicas para pensar processos “organizadores, produtivos e criadores no mundo complexo da vida e história humana” e outro o “princípio da recursão” modo pelo qual “os produtos e os efeitos são eles próprios produtores e causadores daquilo que o produz.” Por fim, “o princípio hologramático” em que “cada célula é uma parte do todo, mas o todo está na parte”. Para Morin (2011) “é preciso articular os princípios da ordem e desordem, da separação e da junção, da autonomia e da dependência, que estão em dialogia (modos complementares, concorrentes e antagônicos) no seio do universo”.

A pedagogia crítica que advogamos é uma radicalização do fazer ciência, de fazer pesquisa, está apoiada nos princípios que quebram com o *modus operandi* hegemônico neoliberal, tal como a teoria da complexidade abordada por Edgard Morin (2011); a teoria crítica defendida por Anthony Giddens (1991); propriamente a pedagogia crítica de Paulo Freire (1980) e Demerval Saviani (2008) e as contribuições de pensadores como Milton Santos (2000), Boaventura de Souza Santos (2007), Moacir Gadotti (2005), Gey Espinheira (2008), entre tantos outros que elevam o espírito.

CAPÍTULO III - ONGS PROFISSIONAIS, INSTITUIÇÕES POPULARES E ESTADO: A DISPUTA DE PODER

Neste capítulo, realizaremos uma análise crítica sobre a profusão de ONG's nas últimas décadas, o papel social destas novas instituições e a ocupação sistemática de postos de poder que regem a esfera pública para a satisfação de interesses econômicos e manutenção de estruturas. Abordamos sobre os movimentos populares e os processos que impulsionam a institucionalização de grupos/pessoas na disputa por recursos e políticas públicas. Discorre sobre o Estado, seus mecanismos de cooptação de lideranças e de precarização dos serviços públicos.

Desde 1970 as Organizações Não-Governamentais – ONGs (sociedade civil institucionalizada)³⁴ dinamizam lutas sociais, levantam bandeiras e tentam impulsionar as sociedades para a promoção dos direitos humanos. Atravessando os muros das escolas, surgem com a decadência do Estado do Bem Estar Social e acompanham – no campo econômico, político e cultural – o impulso do projeto neoliberal.

Uma variante do Estado moderno onde se reduz a participação do Governo na economia, sobre o discurso de aumentar a competitividade, gerar dividendos e crescer os níveis de consumo na sociedade, gerando com isso melhores condições de vida. São instituições que nascem em conflito de identidade, pois nem é o Estado, nem é a economia privada. Para tentar suprir essa crise passaram a serem designadas de Instituições do Terceiro Setor, instituições sem fins lucrativos que agem pelo interesse público³⁵.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o Terceiro Setor cresceu aproximadamente 157% nas últimas duas

³⁴ Observando as transformações nos movimentos sociais e ações coletivas das décadas de 80 e 90 Andrew Arato juntamente com Cohen repensam o conceito de sociedade civil: “estabelecemos uma distinção entre sociedade civil como movimento e sociedade civil como instituição. A primeira seria uma sociedade civil constituinte, criadora da segunda, sua versão constituída e institucionalizada”. Texto extraído do artigo: “Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Salvador n. 27, ano 10, p. 18-25, fev. 2005

³⁵ Há um artigo intitulado “ONGs: origens e (des)caminhos” de Joana Coutinho que demonstra a trajetória das ONGs. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2013.

décadas, passando de 100 mil para cerca de 276 mil instituições. No livro “Gestão de ONGS: Principais Funções Gerenciais” de Fernando Tenório, publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 2005 encontramos uma teoria de gestão do Terceiro Setor que aponta a necessidade de especialização das instituições para suprir demandas e políticas internacionais. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI aparecem como financiadores que atuam nesse campo e direcionam a aplicação dos recursos para àqueles que atenderem há um perfil competitivo e organizacional capaz de tocar as diretrizes definidas pelos gestores internacionais.

Tenório (2005) faz uma remodelação dos estudos de Marketing e gestão organizacional para aplicação no Terceiro Setor, desenvolvendo conceitos de planejamento estratégico, construção da missão, dos objetivos, avaliação de pontos fracos e fortes. Um mercado promissor, com muitas divisas a serem conquistadas, termina por encher os olhos de novos profissionais e empreendedores. A aceleração do crescimento das ONGs, a disputa por recursos e as exigências dos financiadores pressionam as instituições para um processo de hiper-especialização e alteram a razão de ser destas instituições.

A razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e de seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas no campo de forças antagonistas ou complementares no qual - em função dos interesses associados às diferentes posições e dos habitus dos seus ocupantes - se geram as vontades, e no qual se define e se redefine continuamente na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e não previstos.

(BOURDIEU, 1989, p.81).

Observando a interferência das ONGs na sociedade, Maria Glória Gonh (2010)³⁶ realiza o exercício de resumir sua produção intelectual sobre Movimentos Sociais – MS relacionando-os com a educação. Faz uma cronologia dos Movimentos Sociais desde meados do século XX até a atualidade, demonstrando as mudanças ao longo do tempo, nas lutas, políticas e manifestações. Os MS antes eram mais reivindicatórios quando

³⁶ Ver “Movimentos sociais na contemporaneidade”, artigo apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010” e publicado na Revista Brasileira de Educação em 2011.

enfrentavam o período da ditadura, depois com a transição para a democracia, na década de 90, passam a ter suas pautas apoiadas pela Constituição, quando surgem os novos atores sociais, Organizações Não Governamentais - ONGs que passam a atuar no campo das políticas públicas.

Com o surgimento das ONGs e dos novos movimentos sociais, como a luta da mulheres, gays e lésbicas, movimentos urbanos em prol da cultura, da paz, diferente dos movimentos sindicais da década de 70, há uma mudança de cenário, no processo de luta. As formas de organizar e mobilizar os atores sociais são mais fluídas e menos hierarquizadas, mas as práticas educativas estão enraizadas nos processos de participação:

Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social.

(GOHN, 2010, p.1)

As Organizações Não Governamentais – ONGs se diferenciam em estrutura organizacional, objetivos, interesses e capacidade de arrematar recursos nacionais e internacionais. Há entidades mais profissionalizadas, e por isso detentoras de fichas simbólicas: “meios de intercâmbio que podem ser "circulados" sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”, tal como define Giddens (1991).

Com um corpo técnico-jurídico-administrativo formado por profissionais liberais e intelectuais de alta inserção e trânsito na arena pública local e global (instituições da burocracia do Estado, Universidades, Fóruns Internacionais, etc.), se posicionam para a conquista de recursos. São instituições que se instrumentalizam de conhecimento técnico-científico e manipulam os diferentes tipos de capitais em prol da sua permanência ativa entre os campos do privado e público sempre em busca de melhores condições no novo mercado, o Terceiro Setor. Na visão de Bourdieu (1989):

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa, nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

(BOURDIEU, 1989, p.81)

Essas instituições, a que chamamos de ONGs profissionais têm geralmente um quadro administrativo com especialidades bem divididas, há a equipe que constrói os projetos; outra que executa; outra que avalia; outra que contabiliza; outra que dá publicidade. Há toda uma estrutura organizacional voltada para operar recursos e fornecer resultados. A instrumentalização técnica é a própria garantia de sobrevivência e manutenção do seu corpo organizacional. Sobrevivência institucional concorre dessa forma com os objetivos finais dos projetos em execução.

A qualificação e requalificação dos seus membros são de suma importância para gerar o capital simbólico, garantir recursos e poder. O objeto de suas atividades, a realização de ações de interesse público é formulado tecnicamente. O registro do percurso e suas metodologias de ação são devidamente mapeados, sempre em busca da eficácia, da redução de recursos e seguridade das metas a serem atingidas. Todo esse arcabouço metodológico-físico-financeiro é projetado – como peça de *desencaixe tempo-espacial* – seguindo as tendências mundiais de apoio.

As ONGs da virada do século estão imbricadas com o desenvolvimento do Estado neoliberal e os capitais internacionais. Para acessar os recursos, precisam dançar conforme os ditames previamente estabelecidos pelas instituições transnacionais. Por vezes, essas instituições surgem como desdobramentos do próprio capital, recodificadas em fundações empresariais que recebem privilégios fiscais para atuar nos territórios de exploração. Com um corpo técnico especializado utilizam o seu capital intelectual para adentrar nas linhas de financiamento das organizações globais e do Estado taticamente. A mercê das mudanças nas políticas de cooperação internacional para os anos 90, a profissionalização e

sustentabilidade das ONGs passou a ser sinônimo de sobrevivência, conforme analisa (GHON, 1997, p.18):

Os movimentos e as ONGs que sobreviveram se qualificaram para a nova conjuntura em termos de infraestrutura e do uso de modernos meios de comunicação, como a Internet. A tecnologia chegou aos movimentos sociais e a institucionalização de setores e áreas das demandas e lutas é uma necessidade imperiosa para a sua sobrevivência.

Nesse sentido, quando as ONGs profissionais enfatizam a necessidade de conhecimento técnico-científico que qualifiquem suas ações; quando passam a oferecer aos avaliadores do seu empreendimento, fichas simbólicas (relatórios, portfólios e produtos) devidamente organizadas em metas e objetivos factíveis, terminam se enquadrando nos sistemas peritos da visão Giddens (1991, p.31):

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo "garantias" de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este "alongamento" de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usado para controlar sua forma.

Uma das características das ONGs profissionais é que a sua formação não necessariamente se dá através de uma liderança local de base comunitária, mas por intelectuais e profissionais liberais que assumiram o Terceiro Setor como mercado de trabalho e potencial para atender não somente as suas necessidades de emprego e renda, mas também aspirações de uma sociedade melhor. São profissionais que foram atraídos pela causa social por não desejarem a competição extrapolada das empresas privadas, apesar das garantias de direitos que elas proporcionam (carteiras de trabalho assinadas e ancoradas na legislação) para fornecerem as suas forças de trabalho em um ambiente aparentemente mais harmônico,

com relações voltadas para a solidariedade, para a transformação social e garantia de direitos.

As ONGs profissionais geralmente têm seus escritórios fora do território de ação, vêm capitalizadas por recursos de diversas fontes para agir no local através de metas previamente elaboradas em projetos que não foram construídos juntamente com a comunidade. A aplicação dos recursos dos projetos não é discutida pelos próprios da comunidade e a entrada no território é viabilizada por instituições menores e com escassez financeira. Outra forma de inserção das ONGs profissionais no território é pela contratação de estagiários e educadores que tenham certo trânsito nos espaços da comunidade. São novos profissionais nascidos nos bairros populares e formados pelo corpo diretivo da instituição em projetos de aperfeiçoamento tecnológico que ingressaram em Universidades e galgaram um espaço de trabalho dentro das instituições do Terceiro Setor. Vai se constituindo um contingente de força de trabalho e a competitividade entre pessoas e instituições em busca de poder e recursos. Dessa forma, há o desencaixe do interesse público para o encaixe de interesses privados:

O que se observa, a priori, é que muitas ações de educação não escolar mais especificamente as de caráter socioeducativo são planejadas desde fora, por agentes externos, e são oferecidas às populações para que estas possam aderir de acordo com suas motivações e demandas pessoais. Desta forma, são ofertados projetos na modalidade de ações de governo e/ou de práticas que advêm do Terceiro Setor que, muitas vezes, pouco consideram as características da comunidade e sequer propõem o engajamento do coletivo.

(ZUCCECHI; MOURA, 2011, p.14)

Essas instituições têm estruturas organizacionais que não diferem de uma empresa privada, pois além de segmentadas e hierarquizadas, suas relações interpessoais são marcadas pelo medo do desemprego. Num país emergente como o Brasil, em que os recursos financeiros disponíveis para o terceiro setor se tornam cada vez mais escassos – haja vista a publicidade de grandes avanços na economia do país e, por conseguinte, o recuo dos investidores internacionais na aplicação de dividendos – esse contágio competitivo termina por ser naturalizado.

Há uma grande contradição, pois onde os laços de solidariedade deveriam ser fortalecidos uma vez que o interesse público seria a finalidade, entretanto, há uma necessidade de ocupação ilimitada do espaço público em busca de capitais para a sobrevivência.

Vale lembrar que, atualmente, a grande maioria dos projetos socioeducativos são implementados por Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais são fruto da cultura do novo liberalismo, que forjou “novos significados para a sociedade civil e sua relação com o Estado” (BARBOSA, 2007, p. 74). Emergidas em meados da década de 80 até a de 90 e consideradas um elemento característico das esferas públicas instituintes, segundo Lopes (2004, p. 60), as ONGs “se articulam em torno de interesses públicos, mas regularmente se constituem em uma esfera privada, visando gerir necessidades públicas específicas ou a atuar sobre elas utilizando recursos advindos geralmente da fonte pública”.

(ZUCCECHI; MOURA, 2011, p.19-20)

O capital simbólico do conhecimento, o trânsito nos espaços públicos, o tráfico de influência vira moeda e *Curriculum vitae*. Os cargos de representação em conselhos e fóruns, Secretarias e outros cargos comissionados ou passíveis de eleição da Administração Pública consolidam a arena política de disputa e ocupação dessas novas instituições e pessoas. Locais decisivos para aplicação de recursos e consolidação de políticas públicas assentam os mais dúbios interesses e necessidades, e ainda são ancorados pelo conhecimento técnico-científico de seus ocupantes, que munidos de capital simbólico firmam suas validades e barganhas. Para Jacobi (2003):

Apesar de a maior parte das entidades ser baseada na militância voluntária não remunerada, observa-se, nos últimos anos, um crescente esforço de profissionalização, ainda que isso ocorra em um número muito restrito de entidades. Um aspecto bastante polêmico está relacionado com a representatividade de entidades nos diversos tipos de conselhos e comissões. O que se nota é a existência de organizações que praticamente concentram suas atividades associadas à participação em espaços de representação. Trata-se de uma lógica bastante perversa, gerada pela dinâmica de institucionalização de entidades centradas em poucas pessoas, que têm muita capacidade de ocupar espaços(..)

(JACOBI, 2003, p. 201)

As ONGs terminam suprindo as ausências do Estado, à medida que realizam práticas educativas para o atendimento às necessidades básicas da comunidade, possibilitando a realização do lazer, formação profissional, atendimento em saúde e ações culturais. Servem como verdadeiros guarda-chuvas e exercem relações de poder nos espaços em que a presença do Estado se dá de forma incipiente. Há uma tendência, em servirem como meros instrumentos do Estado moderno, realizando com precários recursos serviços e ações relevantes para a manutenção da paz social (ARATO, 2005).

É importante salientar que, apesar das contradições, as ONGs profissionais têm um papel importante para o empoderamento local. Isso se dá à medida que viabilizam a entrada de novos recursos, Capital Tecnológico e Científico nas comunidades, gerando com isso conhecimento e muitas vezes a inserção de jovens e adultos em atividades culturais e profissionais, distanciando-os do cotidiano violento a que são submetidos. Atualmente, a garantia de direitos de proteção à criança e adolescente; a construção de observatórios contra a violência; à participação na demarcação de áreas de proteção ambiental; entre outras bandeiras de lutas sociais, têm grande participação das ONGs profissionais.

O grande salto de qualidade tem sido feito pelas ONGs e organizações comunitárias, que tem desenvolvido ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil. A lista de ações é interminável e essas referências são indicativas de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida.

(JACOBI, 2003, p.199)

Esse poder de atuação e inserção na realização de políticas públicas forma um campo competitivo e muitas vezes desproporcional entre ONGs profissionais e instituições, grupos e associações de base comunitária, quando comparamos o poder efetivo de captação de recursos, autonomia e participação na economia do Terceiro Setor. Uma economia tão volátil quanto o mercado financeiro e seu fluxo de capitais está entrelaçada com os acordos políticos internacionais em que participam gigantes.

O capital dessa economia é fruto de diversas fontes, quando não são recursos próprios do Estado, advém de multinacionais das comunicações, da exploração do papel, da aquicultura, de minérios, da indústria, de bancos, entre outros, fundos criados por instituições hegemônicas, transnacionais que utilizam seus recursos para minimizar os efeitos da modernidade da sociedade do consumo. A redução dos bolsões de miséria, das desigualdades sociais e a manutenção do meio ambiente são linhas gerais para a materialização de recursos neste campo.

Àquelas associações de bairro, grupos culturais e ativistas comunitários que não conseguiram chegar ao mesmo patamar de organização das ONGs profissionais, mas foram arrematados pelo processo de redução do Estado, da precarização dos serviços públicos e nas minguas vêem seus territórios serem explorados por instituições tecnicamente fortes, terminam por se institucionalizar. Aos “*trancos*” e “*barrancos*” formam outras estruturas burocráticas e aprendem a lidar com a linguagem dos projetos e editais de forma precária. Essas Organizações Não Governamentais militantes são aqui genericamente tipificadas de instituições populares.

No caso do MCPS, observando as relações de dentro de uma instituição popular – formada por lideranças do território, em que há pouco conhecimento técnico, mas muita prática, profusão de ações que auxiliam no empoderamento comunitário e fortalecimento de fluxos para a cultura local – verificamos distinções daquelas ONGs profissionais em que a primazia do conhecimento científico vigora³⁷. O corpo presente do MCPS são pessoas e grupos que vivenciam o estado de exclusão social, nasceram no mesmo bairro ou seus encontros foram marcados pela participação em atividades culturais de base comunitária. São frutos de uma forma de organização tradicional de resistência e diversa das formas de organização com base no mercado.

Entretanto, ao participar de projetos vinculados ao Estado como o “programa de inclusão produtiva Vida Melhor” para implementação das

³⁷ É importante salientar que guardo a experiência empírica de ter ao longo dos anos de 2002 à 2006 participado de experiências em ONGs e OCIPs, atuando em projetos com múltiplas fontes de financiamento ora como Assessor de Comunicação, estagiário em comunicação e educador. Dessas experiências em ONGs profissionais guardo a lembrança de suas estruturas especializadas, de seu corpo técnico altamente qualificado e na pele, a competição, por posição no mercado de trabalho no Terceiro Setor.

Unidades de Inclusão Socioprodutiva – UNIS, o MCPS passa assumir responsabilidades típicas do Governo, tais como a promoção da igualdade social e do desenvolvimento, utilizando mão de obra popular, incluindo lideranças de grupos culturais locais em ações que se distanciam das práticas educativas exercitadas no território. O risco destas lideranças assumirem o discurso governamental quando em contato com esses projetos é potencial. Em relação ao MCPS, percebemos as próprias lideranças se vinculando a ações e projetos governamentais, servindo como mão de obra barata para a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia -CONDER, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES e outros projetos em parceria com o Estado. O maior atrativo para a entrada destas lideranças na esfera Estatal, certamente se dá pela oportunidade ao emprego e renda, tendo em vista, que muitas delas realizam ou realizavam em suas comunidades trabalhos voluntários.

3.1 Movimentos Sociais e novos contextos de luta

Apesar de toda a contradição, se antes havia certa restrição nos espaços sociais de representação política haja vista, os processos recentes de ditadura no país, e a personalização da política, tal como o *carlismo*³⁸, atualmente há uma ampliação dos espaços com o advento das redes sociais e da democratização das políticas com a pressão dos movimentos sociais³⁹, conforme nos alerta Jacobi (2003):

O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Para

³⁸ Antônio Carlos Magalhães - ACM, representante político originário do estado da Bahia que entre as décadas de 70 e anos 2000 ocupou diversos cargos públicos. Figurou como principal articulador político do Estado, principalmente na Bahia onde atuou como Prefeito da capital, Governador do estado e na esfera federal como Deputado e Senador, tendo como um dos jargões populares vinculados a sua pessoa pública o enunciado: “àquele que rouba, mas faz!”.

³⁹ Com o recente governo de esquerda sobre a direção presidencial do país é preciso realizar estudos que apontem às mudanças na participação dos movimentos sociais institucionalizados na política, pois, se antes havia um governo de direita e os movimentos sociais institucionalizados travavam batalhas para garantia de direitos, não há indícios que os movimentos sociais ocupem atualmente a mesma força contestatória, mas aparece conciliatória e muitas lideranças de movimentos sociais ocupam cargos comissionados da Administração Pública.

tanto é importante o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade.

(JACOBI, 2003, p. 203)

Por outra via, observando profundas modificações que a sociedade vem sofrendo nas últimas décadas afirma Alberto Melucci (2001): “as formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social”. Entretanto, essa diversidade de ações possíveis não significa necessariamente a emancipação dos indivíduos na construção de um mundo vivido próprio, menos desigual e diverso da realidade atual. O mundo segue marcado pela segregação social, pela não participação política das pessoas na esfera pública e pelo contingenciamento de expressões culturais (ARATO, 2005, p. 18-26). A contra hegemonia será uma sociedade civil empoderada, aos moldes de (TOURAINÉ, 1983, p.121):

(..) a idéia de Sociedade Civil é indispensável. Ela designa o lugar das ações coletivas realizadas para a libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação. Contra esses dois sistemas de poder, todas as imagens do sujeito buscam criar um espaço autônomo e intermediário⁴⁰.

Na verdade, é da natureza desta complexa sociedade, parafraseando Melucci, que os indivíduos estejam habilitados a se autorregular, que sejam capazes de desenvolver *habilidades formais de aprendizagem e ação*. Essa capacidade instrumentalizada de controle se depara com os conflitos do mundo vivido, os questionamentos sobre a natureza, a política, as trocas afetivas e simbólicas, levando os indivíduos a uma constante (ré)significação do espaço e tempo, abrindo possibilidades para a ação coletiva, momento em que o Estado aparece para *reinscrever perpetuamente as relações de força* (FOUCAULT, 1979, p. 176).

As idiosincrasias internas existentes desde a constituição dos novos movimentos sociais, seus diversos interesses, formas de ocupação do espaço público e negociação política é um todo complexo que engrena as

⁴⁰ Citação de fragmento do livro “Le Relour de l’acteur”, Fayard, Paris, 1983. Tradução Marili da Cunha Bezerra.

relações sociedade e Estado. E tal como um todo, na teoria da complexidade de Edgar Morin (2011), não é a simples soma das partes que nos dá a totalidade dessas relações. O que ocorre entre movimentos sociais e Estado é difuso, ou seja, a soma de bandeiras e instituições da Sociedade Civil Organizada juntamente com a organização do Estado não nos dá a amplitude, demarcação e fixação de uma verdade acerca dos movimentos sociais, isso porque se movem no tempo, alteram suas atuações e aparecem aos olhares de diferentes formas.

Os movimentos sociais são fundamentais para transformações no seio da sociedade, sua atuação inovada em rede permite o empoderamento das pessoas, o pertencimento em grupo ativo e em ações coletivas. São compostos por uma gama heterogênea de manifestações, o que significa dizer que há muitas contradições presentes nas lutas; as formas de negociação são diversas. São construídos por pessoas que muitas vezes se dedicam voluntariamente em prol de melhorias da qualidade de vida, do direito à livre opção sexual, da paz, do acesso à tecnologia e ao conhecimento, de participação política, como observa Gohn (2010):

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositores e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência.
(GOHN, 2010, p.1)

Diversas bandeiras que insurgem no seio social, frutos de processos de exclusão e silêncio dada formação da sociedade. Prenhes de certa autonomia no *mundo da vida*, atuam muitas vezes como mediadores entre o Estado e o mercado e agenciam a luta por direitos, como vemos no pensamento de Gohn (1997, p.138):

O mundo da vida é diferenciado dos sistemas econômico e estatal. Ele é um subsistema da sociedade civil, é parte dela e não sua totalidade, e engloba várias formas institucionais – permanentes ou não – que atuam como organismos de limitação e mediação entre o Estado e o mercado. Essas instituições poderão se estabilizar a partir de normas jurisdicionais específicas, que ajudam a construir por intermédio de suas

práticas e demandas. Ou seja, as instituições podem ter o papel de agenciadoras na produção de novos direitos, desde que estejam atuando numa sociedade que valorize a auto-organização e possibilite a publicização das ações dos grupos coletivos organizados, por intermédio da mídia ou de outras formas de publicidade. Assim, o mundo da vida é fundamental para a análise da sociedade civil, e esta última possui duas lógicas: uma dada pelo sistema econômico-político mais amplo, outra dada pelo mundo da vida.

Os movimentos sociais vistos enquanto ações coletivas podem se transformar em frentes de emancipação, e suas práticas educativas baseadas nos interesses da comunidade, na solidariedade são potenciais para rupturas com o sistema hegemônico. Seguindo esse pensamento, a periferia como espaço de luta, enquanto espaço vivido, é potente e fértil. Onde há escassez e luta existe também o pensamento emancipatório (SANTOS, 2006).

Os movimentos sociais, conscientes dos conflitos gerados pela economia hegemônica em escala global, nacional e local realizam ações coletivas e pautam na esfera pública suas reivindicações, atuam no sistema político pressionando-o para a transformação.

3.2 Estado de ausências: movimentos artísticos, ambientalistas, libertários e possibilidades de ação coletiva

Com políticas educacionais e tecnológicas incipientes, além de alto índice de corrupção e deficiências na manutenção dos serviços básicos à população – num Estado de ausências – a autonomia parece uma revolução possível para a gestão dos territórios. As experiências dos povos com economias em crise mostram a realização de violentas manifestações, mortes e muitas vezes o fortalecimento da censura, das penalidades e enrijecimento do poder pelo Estado. A análise sobre as crises na Espanha, na Grécia, em Wall Street nos Estados Unidos e o comportamento das multidões vem abrindo novos campos de pesquisa e abordagem como os trabalhos desenvolvidos por Hardt e Negri (2011):

Ocupar Wall Street é inspirado nos acampamentos de praças centrais na Espanha, que começou em 15 de maio e seguiu a

ocupação da Praça Tahrir, no Cairo na última primavera antes. Para esta sucessão de manifestações, deve-se acrescentar uma série de eventos paralelos, tais como os protestos estendidos na Assembléia Wisconsin, a ocupação da Praça Syntagma, em Atenas, e os acampamentos de tendas israelenses por justiça econômica. O contexto desses vários protestos são muito diferentes, é claro, e eles não são simplesmente interações do que aconteceu em outro lugar. Em vez disso cada um desses movimentos conseguiu traduzir alguns elementos comuns em sua própria situação.

(HARDT e NEGRI, 2011, p.1)

A formação de comunidades ecológicas, o desenvolvimento de tecnologias limpas, as caravanas de artistas e os “novos movimentos” configuram formas de ações coletivas que se alastram em todos os continentes. Um exemplo disso, são os conhecimentos produzidos no campo dos movimentos verdes como a bioconstrução, biorremediação e a permacultura. São noções práticas desenvolvidas por pessoas e comunidades ocupadas ecologicamente em construir sociedades sustentáveis e promover a educação ambiental.

A permacultura foi introduzida nestes termos por Bill Morisson⁴¹, australiano que em 78, percebeu que o Estado pouco fazia para garantir as condições básicas de vida da população e da manutenção dos recursos naturais no mundo, passando a realizar em seu próprio território uma série de práticas que reduzissem o consumo dos bens naturais e promovessem o maior conforto. Uma das diretrizes da permacultura é promover um desenho de produção de biomassa para a preservação e manutenção dos recursos naturais, ou seja, devolver a água limpa para a natureza, proteger as espécies nativas e a diversidade da fauna e da flora, criar sistemas de limpeza e manutenção do ar, consumir o necessário e o natural.

No Brasil há vários grupos e pessoas que trabalham com as noções da permacultura, entre elas, Marsha Hanzi⁴², fundadora do Instituto de Permacultura da Bahia⁴³, atuante no semiárido baiano produzindo através da policultura os seus alimentos no sítio Marizá Epicentro de Cultura e Agroecologia, localizado no município de Tucano, onde ministra cursos de Bioconstrução, paisagismo comestível e Planejamentos em Designer de

⁴¹ Sobre Bill Morinson e permacultura ver: <<http://www.tagari.com/home>>

⁴² Sobre Marsha Hanzi ver: <<http://www.marsha.com.br/>>

⁴³ Sobre IPB ver: <<http://www.permacultura-bahia.org.br/>>

Permacultura – PDC. Nesta mesma direção, pode-se citar o Ecocentro – IPEC⁴⁴ em Pirinópolis – Goiás e a Comunidade Campina⁴⁵ na Chapada Diamantina.

Os movimentos ambientalistas nos centros urbanos com a criação de hortas públicas, comunidades ecológicas e ampliação de modos de fazer para a diminuição dos impactos ambientais do consumo são algumas das conquistas desses que enfrentam a crise. O discurso do (de)crescimento presentes nos Fóruns Sociais Mundiais - FSM vem dessas experiências, que por sinal, são divergentes da política econômica em implementação pelo Estado brasileiro. O PAC é uma política que gera catastróficamente o aumento de impactos socioambientais e com isso, a urgência de uma nova postura da sociedade frente ao Estado. Na visão de Jacobi (2013):

O desafio que se coloca é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis: formal e não formal. Assim, ela deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano.

(JACOBI, 2013, p.189)

A contemporaneidade é marcada pela presença de movimentos libertários em diversos tipos de assentamentos urbanos contra a hegemonia operante individualista do capital. Sejam os *happenings*, movimentos de aglutinação rápida de pessoas através do compartilhamento de informações em meio virtual para ordenar ações/práticas e performances também compartilhadas entre espaços distantes, ou ainda, os movimentos culturais, como por exemplo, a Caravana Arco Íris na América Latina com o trânsito de grupos artísticos e comunidades promovendo trocas de saberes e experiências culturais em todo o continente.

Na mesma linha atuam o ENCA – Encontro de Comunidades Alternativas, assim como, os movimentos de lutas pela terra, e pela reforma agrária, pela criação agroflorestal. A criação de bancos de sementes crioulas, àquelas ainda não modificadas geneticamente, para garantir diversidade de

⁴⁴ Sobre IPEC ver: <<http://www.ecocentro.org/>>

⁴⁵ Sobre comunidade Campina ver: <<http://www.ipemabrazil.org.br/instcampina.htm>>

alimentos e riqueza da flora e da fauna; segurança alimentar; preservação dos biomas fazem partes de algumas ações práticas destes movimentos socioambientais.

Não obstante, os movimentos libertários, artísticos e ecológicos, são linha de confronto que o Estado tenta mediar com o avanço de políticas públicas educacionais e culturais no país que alteram o currículo escolar. No Brasil há uma constante transformação e (ré)qualificação do currículo com a aprovação de diretrizes e leis que discutem a educação ambiental, a obrigatoriedade do ensino das culturas de matrizes africanas e a realização de projetos políticos pedagógicos para o intercâmbio de conhecimentos entre os espaços de ensino formal e não-formal.

Os movimentos sociais vão adquirindo nova roupagem; tornam-se críticos para fazer frente ao *modus operandi* do capital. Bandeiras são levantadas por milhares de pessoas em todo o território nacional, gerando confrontos diretos com as forças de segurança do Estado. Os movimentos que detonam nos centros urbanos não têm lideranças, contestam a representatividade dos políticos na aprovação de obras faraônicas em detrimento de poucos recursos para aplicação em saúde, educação e lazer.

Esses movimentos todos têm desenvolvido de acordo para o que chamamos de uma "forma multidão" e são caracterizados por frequentes assembleias e participativas estruturas de tomada de decisão. (E vale a pena reconhecer a este respeito que Occupy Wall Street e muitos dessas outras manifestações também têm raízes profundas nos movimentos de protesto de globalização que se estenderam pelo menos a partir de Seattle, em 1999, para Gênova, em 2001.)⁴⁶

(HARDT e NEGRI, 2011, p. 2)

A população que vai às ruas deseja políticas que atendam às necessidades reais para a realização da democracia, pede o fim da corrupção, o direito de ir e vir com o passe livre nos meios de transporte, mobilidade urbana, investimentos em saúde e educação. O Estado está lidando como uma forma incomum de se fazer mobilização social, as redes sociais como meio do protagonismo e as bandeiras anarquistas como protesto.

⁴⁶ Texto extraído de <http://relooney.fatcow.com/0_New_11478.pdf> Acesso em: 15 e junho de 2013

A nova forma organizacional dos movimentos contemporâneos não é exatamente “instrumental” para seus objetivos. É um objetivo em si mesma. Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a forma do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. Compromissos de curta duração e reversível, liderança múltipla aberta ao desafio, estruturas organizacionais temporárias e ad hoc são as bases para a identidade coletiva interna, mas também para um confronto simbólico com o sistema. Às pessoas é oferecida a possibilidade de outra experiência de tempo, espaço, relações interpessoais, que se opõe à racionalidade operacional dos aparatos. Uma maneira diferente de nomear o mundo repentinamente reverte os códigos dominantes.

(MELUCCI, 1983, p.51)

Já não são as instituições burocratizadas e sugadas ao arcabouço legal das estruturas do Estado, tal quais os sindicatos e partidos políticos, e atualmente as ONGs, mas manifestações que condenam e se inquietam com estruturas que não lhes representam.

3.3 Geopolítica, redes virtuais e redes de solidariedade

À medida que as comunicações continuam em uma rede social, elas formam ciclos de retro-alimentação múltiplos que, no final, produzem um sistema compartilhado de crenças, de explicações e de valores – um contexto de significado comum, conhecido como cultura que é continuamente sustentado por novas comunicações. Através da cultura, os indivíduos adquirem identidade como membros da rede social, e, desta forma, a rede gera suas próprias fronteiras.

(CAPRA, 2007, p. 8)

Para Casttels (2006), a sociedade em rede é real, histórica e sua constituição estratégica para a organização social. Atualmente as formas de gestão do mercado financeiro pressupõem a economia em rede, as grandes corporações distribuem e pulverizam suas empresas em diversos mercados e ramos de negócios, acumulando recursos. Na Geopolítica, os próprios Estados orquestram ações formando blocos transnacionais e grupamentos para formulação de leis e uma gestão globalizada do mundo. A sociedade em rede é o desafio:

As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais

humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projecto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os Estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objectivo definido por um autoridade central. As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. E podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance ao longo de uma rede de componentes autónomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta actividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões.

(CASTELLS, 2006, p. 17-18)

A discussão proposta por Castells é de suma importância para compreendermos que essa sociedade em rede promove mudanças endógenas. A exemplo disso, as grandes manifestações, a saída do povo às ruas na Grécia, em Wall Street no Estados Unidos e no Brasil têm a contribuição das redes sociais e demonstram como os grupos utilizam a ferramenta da internet de forma tática para se organizar e pressionar as fontes centralizadoras de poder. Não obstante, a organização em rede no mundo virtual e no território permite intercâmbio de linguagens, gera conhecimento e maior potencial de ação. Os movimentos sociais, os grupos culturais, as pessoas cada vez mais dominam e utilizam as ferramentas tecnológicas.

(..) a questão não é como chegar à sociedade em rede, um auto-proclamado estágio superior do desenvolvimento humano. A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objectivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa.

(CASTELLS, 2006, p.19)

A revolução tecnológica tem uma dinâmica que rompe com as formas tradicionais de organização alteram a cultura local e modificam as relações, geram novas práticas sociais, por isso torna a pesquisa desafiadora, entrelaçada de novas formas de ação pedagógica. As interações dentro da comunidade, já não são aquelas sedimentadas apenas no encontro casual e físico nas passagens pelo território, mas remodelas num espaço virtual, gerando novos laços de convivência no local (as rede sociais), inclusive releituras sobre o próprio território, atualmente mapeado desde fora, através de fotos via satélite que incrementadas em avançados softwares, permitem uma experiência cartográfica que aproxima os sentidos do virtual ao real.

As redes sociais tem o potencial de denunciar a escassez de políticas públicas nos territórios, além de servir como base para a comunicação instantânea entre ativistas, consolidando-se como um instrumento importante na dinamização de informações nas ações coletivas. Apesar da revolução tecnológica e a promoção de uma nova estética que interage e integra o virtual e o real, permanecem os conflitos econômicos, as desigualdades de acesso aos bens simbólicos, como educação, saúde e lazer. Permanência que a sociedade civil em rede desestabiliza com a concatenação de multidões nas ruas, nos espaços públicos, nas sedes governamentais, gerando conflitos com a representação democrática neoliberal (HARDT e NEGRI, 2011, p. 3). Para Canclini (1997) as formas tradicionais de manifestação são superadas pelas redes sociais:

A eficácia desses movimentos depende, por sua vez, da reorganização do espaço público. Suas ações são de baixa ressonância quando se limitam a usar formas tradicionais de comunicação (orais, de produção artesanal ou em textos escritos que circulam de mão em mão). Seu poder cresce se atuam nas redes massivas: não apenas a presença urbana de uma manifestação de cem ou duzentas mil pessoas, porém - mais ainda - sua capacidade de interferir no funcionamento habitual de uma cidade e encontrar eco, por isso mesmo, nos meios eletrônicos de informação.

(CANCLINI, 1997, p.285)

No espaço vivido do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a escassez de dividendos gera redes de solidariedade que se formam em elos diferentes daqueles formados por grandes corporações. São redes de grupos que se

associam na participação de protestos, cortejos culturais, na construção de fóruns, em projetos pedagógicos de associações e cooperativas de base comunitária.

3.3.1 Comunidade

De acordo com Bauman (2003) quando se pensa em comunidade a imagem que geramos é de um espaço harmônico, coeso, seguro, confortável, um lugar onde podemos contar com ajuda dos outros. Entretanto, para estar em comunidade é necessário participar de uma composição de leis e deveres próprios do grupo e por isso é preciso abrir mão das próprias vontades e seguir os ditames, do que é comum. A comunidade parece ser uma utopia boa quando construímos a imagem do seu significado, no mundo real a utopia é desconstruída e lidamos com as singularidades, as hegemonias, disputas de poder, enfim, os conflitos relacionais do cotidiano que tornam tênue as divisas entre liberdade e segurança.

No livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” Bauman (2003) desconstrói a noção de comunidade utópica demonstrando a diluição e o remodelamento deste termo em diversos contextos históricos. De acordo com o autor da Grécia antiga ao capitalismo moderno as noções de comunidade foram criadas para satisfazer interesses de grupos de poder:

Duas tendências acompanharam o capitalismo moderno ao longo de toda a sua história, embora sua força e importância tenham variado no tempo. Uma delas já foi assinalada: um esforço consistente de substituir o “entendimento natural” da comunidade de outrora, o ritmo, regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão, por outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. A segunda tendência foi uma tentativa muito menos consistente (e adotada tardiamente) de ressuscitar ou criar o *ab nihilo* um “sentido de comunidade” desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder.

(BAUMAN, 2003, p.36)

A antiga comunidade de artífices, artesão da idade média, que dominavam a elaboração dos produtos, transformou-se em comunidade fabril dos bairros industriais da modernidade e os patrícios passaram a empresários. A automação fabril da modernidade, a fluidez dos dividendos

entre territórios, a substituição dos *panópticos* por formas menos rígidas e custosas de supervisão é a construção de um novo tempo, onde o medo e a instabilidade viram elementos de controle:

De longe da mais dura das gaiolas de ferro em que a vida média costumava ser inscrita era o quadro social em que se ganhava o sustento; o escritório ou planta industrial, os trabalhos ali realizados, as habilidades necessárias para realizá-las e a rotina diária. Solidamente encapsulado nessa moldura, o trabalho podia razoavelmente ser visto como uma vocação ou a missão de uma vida: como o eixo em torno da vida se revolvia ao longo e ao tempo do qual registravam as realizações. Agora esse eixo está irreparavelmente quebrado. Em um lugar de ter fincado “flexível”, como os porta-vozes do admirável mundo novo gostariam que fosse percebido, ele se tornou frágil e quebradiço. Nada pode (ou deveria) ser fixado a esse eixo com segurança – confiar em sua durabilidade seria ingênuo e poderia ser fatal. Até os escritórios mais veneráveis e as fábricas mais orgulhosas de seu longo e glorioso passado tendem a desaparecer da noite para o dia e sem aviso; empregos tidos como permanentes e indispensáveis, do tipo “impossível passar sem eles”, se evaporam antes que o trabalho esteja terminado, habilidades outrora febrilmente procuradas, sob forte demanda, envelhecem e deixam de ser vendáveis muito antes da data prevista de expiração; e rotinas de trabalho são viradas de cabeça para baixo antes de serem apreendidas.

(BAUMMAN, 2003, p. 45-46)

Observando essas transições do poder e da organização social em torno da produção o autor nos informa o “fundamento epistemológico” de “comunidade”:

...nenhum agregado de seres humanos é sentido como “comunidade” a menos que seja “bem tecido” de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação frequente e intensa. [...]

A decadência da comunidade nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido. A sina dos indivíduos que lutam em solidão pode ser dolorosa e pouco atraente, mas firmes compromissos a atuar em conjunto parecem prometer mais perdas do que ganhos.

(BAUMMAN, 2003, p. 45-46)

Os cativos da individualidade, da concorrência não desejam seguir juntos e abraçados com os Plebeus/empregados, desejam sim à liberdade e a falta de responsabilidade com quem lhes é inferior. A comunidade para os “bem sucedidos” é a fraqueza e o infortúnio, devir de quem não consegue

mover-se com as próprias pernas. Descompromissados com a comunidade, com a cidade, buscam maior liberdade e deslocamento, construindo estruturas cada vez mais eficazes de manutenção de poder e riqueza. Taticamente a elite não mantém endereço fixo e desenvolve uma relação extraterritorial com o mundo.

A contemporaneidade é marcada por pelo menos dois tipos de comunidades, à estética e a ética. Para Bauman (2003) a comunidade estética é aquela que se forma para atender as necessidades de entretenimento, são artificiais e se consolida momentaneamente pela identidade, estabelecendo vínculos efêmeros, como exemplo a reunião de uma torcida para uma partida de futebol, ou ainda, para um evento festivo, marcado pelo descompromisso entre os seus comunitários. Já a comunidade ética é marcada por laços de compromisso e solidariedade:

...em quase tudo o oposto do tipo “estético”. Teria que ser tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade prevista (melhor ainda, institucionalmente garantida), pudesse ser tratada como variável dada no planejamento e nos projetos de futuro.

(BAUMAN, 2003, p. 68)

Mais adiante, Bauman (2003), nos apresenta a comunidade ética forjada pela necessidade de luta de direitos, contra a expropriação, contra a não participação no bolo da liberdade, ou seja, contra as desigualdades socioeconômicas. A formação dessas comunidades precisam ser diluídas, minadas no seu próprio território, a lógica de dominação *dividir para reinar* e uma forma de neocolonização onde os fluxos e o poder permanecem ao dispor das elites:

Quando os pobres brigam entre si, os ricos têm todas as razões para se alegrar. E não apenas porque a perspectiva de que os sofredores assinarão um pacto contra os responsáveis por sua miséria se torne remota como no passado quando se aplicara com sucesso o princípio *dividir para reinar*. Há razões menos banais para a alegria – razões específicas do novo caráter da hierarquia global de poder. Como foi dito, essa nova hierarquia opera por uma estratégia de desengajamento que por sua vez depende da facilidade e velocidade com que os novos poderes globais são capazes de mover-se, desligando-se dos compromissos locais e deixando aos “locais” e a todos os deixados para trás a tarefa de limpar os destroços. A liberdade de movimento da elite depende em grande parte da

incapacidade ou falta de vontade de ação comum aos nativos. Quanto mais pulverizados estes, tanto mais fracas e distintas as unidades em que se dividem, tanto mais sua ira se gasta em brigas com vizinhos igualmente impotentes, e tanto menor é a chance de ação comum. Ninguém será forte o bastante para impedir outro ato de desaparecimento, para deter o fluxo, para manter à mão os voláteis recursos de sobrevivência. Ao contrário do que comumente se pensa, a ausência de agências políticas capazes de igualar o escopo das forças econômicas não é uma questão de defasagem no desenvolvimento; não é que as instituições políticas existentes não tenham tido tempo para rearranjar-se num novo sistema global de freios e contrapesos democraticamente controlado. Parece, ao contrário, que a pulverização do espaço público e sua saturação por conflitos intercomunitários é precisamente o tipo de “superestrutura” (ou melhor chama-la de subestrutura?) que a nova hierarquia de poder servida pela estratégia do desengajamento precisa, e aberta ou sub-repticiamente cultivará se puder. A ordem global precisa de muita desordem local “para não ter o que temer”.

(BAUMMAN, 2003, p.96-97)

Contrapondo ao desengajamento engendrado pelas novas formas de manutenção do poder, pela construção de comunidades fechadas e seguras dos *extraterritoriais* conclui Bauman (2003, p.134):

Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos

Quando pensamos em realizar atividades de pesquisa-ação no Subúrbio Ferroviário de Salvador, através do MCPS tivemos a intencionalidade de observar como as relações de fortalecimento comunitário se davam e contribuir para a efetivação delas. As práticas educativas enraizadas na comunidade e construídas sob processos/fluxos culturais que viemos defendendo, estão fincadas nesta utopia e na necessidade de enfrentamento a ordem hegemônica, no respeito às singularidades e na ruptura das barreiras e fronteiras que fazem das periferias espaços de confinamento e não de liberdade; de dor e não de felicidade.

Seguindo Nunes e Souza (2007) a prática de uma pedagogia comunitária e a criação de espaços de sociabilidades vem sendo uma

alternativa para alcançar novas formas de convivência social. Nesse sentido, é necessário que a Universidade construa uma nova pedagogia. A principal estratégia é a mobilização comunitária a partir do diálogo com as organizações sociais, visando criar uma rede de solidariedade capaz de transformar a vida dos bairros e mobilizar os moradores na luta pela cidadania, igualdade social e preservação do meio ambiente.

Antes, para compreender os bairros populares, a cidade, ou uma região é preciso retirar da mente a homogeneização e pensar que em cada lugar há singularidades, como aborda Espinheira (2008, p. 238):

Compreender o universo de um bairro popular é entender que os espaços não são equivalentes e, portanto, não há uma totalidade quando se visualiza uma cidade, ou mesmo uma região dela ou um bairro, mas um conjunto de situações com as quais é preciso intermediar para sobreviver. Em uma mesma rua pode-se viver normalmente em um certo trecho e correr riscos elevados em outros, dependendo da ecologia social, ou seja, da composição dos moradores, locais em que se dá a formação de guetos, de grupos homogêneos que se dedicam a atividades transgressoras, como os grupos de ladrões, assaltantes ou traficantes de drogas, que vivem associados e dessa associação depende a própria sobrevivência do grupo. Nestes ambientes os moradores comuns se tornam reféns de modo de ser do grupo hegemônico que impões suas regras de convívio.

A força motriz do MCPS é a esperança de ter um bairro melhor, de garantir o básico para a manutenção como educação, saúde e lazer; é a luta pela sobrevivência dos seus entes e a finalidade de suas ações está enraizada no ser em contínuo movimento projetando-se para o futuro melhor. A sustentabilidade dos grupos culturais é pensada como algo possível através do compartilhamento, do usufruto e solidário modo de operar os recursos na comunidade. Desse modo a rua, a favela, a cidade educa, ou seja, a vivência nesses espaços faz parte do sujeito e penetra nele desde a sua existência.

A escola é uma das importantes instituições que permitem a socialização e a troca de conhecimentos, mas não é mais importante do que outros serviços básicos para a população, a exemplo do papel desempenhado pelo Centro de Referência em Atendimento à Saúde – CRAS que congrega ações de assistência social e psicológica; as instituições religiosas, tais como os diversos terreiros de candomblé que existem no

território, empenhados numa ética de resistência e memória, consagrando costumes reinventados na constituição dos Quilombos e das Senzalas, compartilhando os alimentos oferecidos ao sagrado e abastecendo a comunidade. A creche, o campo de futebol, as praças, os encontros nesses ambientes consolidam o processo educativo do campo social, tecem os laços da rede e constituem a vizinhança. Para compreender melhor essa maneira de aprendizagem comunitária nos valemos das análises de Pedro Abib (2013):

(...) os processos de transmissão de saberes presentes no universo da cultura popular, têm como base para sua efetivação, a vivência em comunidade, pois só essa característica permite que os princípios aqui já discutidos como a memória, a oralidade, a ancestralidade e a ritualidade, possam ser enfatizados de maneira a garantir que os processos de aprendizagem social dos sujeitos se realizem com base na cultura e nas tradições daquele grupo social⁴⁷.

Já havíamos destacado que a formação do Subúrbio Ferroviário de Salvador se deu por diversos fluxos culturais desde o período da colonização. As relações de hegemonia, de luta e os conflitos gerados na atualidade, das diversas ordens (social, econômica, cultural e política), fazem desse espaço um lugar em constante modificação e diverso. Atualmente a concentração de homicídios, de violência policial, de falta de serviços públicos de qualidade é recorrente na memória da população. Em contrapartida, as associações e redes de grupos culturais realizam a difícil tarefa de organização e construção de outras possibilidades de atendimento às demandas da população de bairros populares, promovendo ações para a saúde, lazer, cultura, educação. Essas associações e esses bairros formam laços de solidariedade e ajuda mútua, na construção de casas através de mutirões, de escadarias para facilitar o acesso, no uso comum de canos para o abastecimento de água, em alguns casos.

Consideramos os grupos culturais e a juventude como fontes potenciais para mudanças no comportamento, na redução da violência e estabelecimento de vias de desenvolvimento através da cultura. Associações

⁴⁷ Texto extraído de artigo “Cultura Popular, Educação e Lazer: uma abordagem sobre a Capoeira e o Samba”. Disponível em:

<http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/cultura_popular_educacao_lazer_uma_abordagem_sobre_a_capoeira_e_o_samba.pdf> Acesso em: 23 de julho de 2013.

de bairros populares como o MCPS são verdadeiras catalizadoras dessa potência de mudança, pois fortalecem os laços comunais⁴⁸ no território.

Fazendo uma análise histórica da formação de movimentos sociais no Brasil, a década de 1970 é marcada pela mobilização comunitária tal como analisa Vieira (2008, p. 12):

“Trata-se de um momento histórico onde as grandes camadas urbanas residentes nas periferias estão vinculadas às necessidades de sobrevivência e de reconhecimento de seus direitos. Nesse período havia uma grande preocupação dos movimentos em redimensionar os processos de luta desenvolvidos pelas sociedades de bairros, também chamadas associações de moradores. O redimensionamento estrutura-se a partir de novas práticas sociais comunitárias com a finalidade de organizar a comunidade local, com objetivo de formar consciências para a luta em prol da cidadania”.

O Subúrbio Ferroviário de Salvador fortalece redes sociais com a participação de diversos grupos culturais, integrantes de associações de bairro, fóruns e cooperativas. Essas redes foram potencializadas através da manifestação dos comunitários nos movimentos que ganharam repercussão internacional como o movimento popular e comunitário dos Alagados entre as décadas 1970⁴⁹ e 1980, quando centenas de pessoas viviam em situação de miséria total, sem saneamento básico e suas casas eram construídas em área de mangue, com pedaços de madeira e estruturas que desafiavam a vida.

A década de 1970, a abertura da Avenida Suburbana, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, expulsou famílias que viviam de roças de subsistência nas margens da linha ferroviária para dentro da maré. Oriundas do interior do Estado da Bahia e do Recôncavo Baiano, as famílias à procura de trabalho na construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, sem um local de

⁴⁸ De acordo com Giddens (1991, p.105): O "comunal" tem sido oposto ao "social", o "impessoal" com o "pessoal" — e, a partir de uma perspectiva um tanto diferente, o "estado" com a "sociedade civil" — como se estas fossem todas variantes da mesma coisa. Mas a noção de comunidade, como a aplicada às culturas pré-modernas ou modernas, compreende diversos conjuntos de elementos que devem ser distinguidos. Eles podem ser relações comunais per se (de que já tratei primordialmente em relação ao lugar); laços de parentesco; relações de intimidade pessoal entre pares (amizade); e relações de intimidade sexual. Se os desembaraçamos, podemos desenvolver um ponto de vista diferente a partir de cada um.

⁴⁹ É importante salientar que a década de 1970, além de ser uma década importante no cenário cultural do país, pois surgem movimentos como o tropicalismo contestando a ditadura militar, é uma década dos movimentos sociais com base nas reivindicações trabalhistas e do campo (GONH, 1997). No mundo é o momento da independência de colônias portuguesas em África após a Revolução dos Cravos em Portugal, assim como, tempos de luta armada e da polaridade entre direita e esquerda com o uso de extrema violência política em diversos países.

habitação ocuparam áreas em cima da maré, com palafitas de madeira, sem nenhum saneamento, energia elétrica, saúde e educação⁵⁰.

(RITA RAILDA, 2013)

Como nos aponta a pesquisa desenvolvida por DIAS e LOURENÇO (2011) em escolas públicas do Subúrbio Ferroviário de Salvador a década de 1970 marca a região com explosão demográfica e ampliação dos problemas sociais. A participação comunitária, os laços de solidariedade são fortalecidos e criam-se movimentos sociais para tentar solucionar os conflitos gerados pela ausência do Estado e de políticas públicas de atendimento básico à população:

A explosão demográfica do Subúrbio Ferroviário ocorreu principalmente na década de 70 quando um grande fluxo de pessoas migrou das zonas rurais para Salvador. Desde então, o processo de mobilização social da região caracteriza-se pela luta dos movimentos sociais para suprir as inúmeras carências da região resultante da grande densidade populacional, associada à precariedade dos serviços básicos e ao descaso dos Poderes Públicos⁵¹.

O movimento dos Alagados foi conhecido pela organização comunitária e processo educacional com base freiriana que reduziu o índice de analfabetismo de 74% para menos de 1% em 26 anos de trabalho e muitos dos seus alunos egressos freqüentam as universidades. A associação comunitária de referência nesse processo é a Sociedade 1º de maio, instituição fundada em 1º de maio 1997, fruto de mobilizações de moradores locais desde 1978:

Em 1978, por haver poucas escolas ao redor da comunidade da maré, porque eram discriminados por serem negros de baixa renda, por habitarem em uma área marginalizada pela sociedade local, por não poderem se deslocar para outros pontos da cidade, devido a sua condição social, e com o aumento da população e organização comunitária, houve a necessidade de criar uma escola, pois as crianças adolescentes

⁵⁰ Texto extraído de artigo “Educação, movimentos sociais e desenvolvimento local sustentável”. In I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo, 6, 2011, João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2001/04.pdf>> Acesso em: 23 de Julho de 2013.

⁵¹ Texto extraído de Artigo de título “Educação, movimentos sociais e desenvolvimento local sustentável.” Disponível em: <<http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2001/04.pdf>> Acesso em: 23 de Julho de 2013.

e seus familiares não eram alfabetizados e tinham vontade de aprender. (...) Fundada em 1º/05/1997, a Sociedade 1º de Maio se organizou em torno das dificuldades dos moradores da Enseada do cabrito: erradicação das palafitas, melhoria da saúde e do meio ambiente. Em julho de 1978 o projeto de pesquisa participante, organizado pela Profª Vera Lazzarotto com os moradores, indicou os seguintes índices para um universo de 751 habitantes: analfabetismo, 74,4%; crianças e adolescentes freqüentando a escola, 14%; escolaridade máxima, 3ª série primaria, 0,5%. Para um dos itens de pesquisa a comunidade propusera a opção “Escreve mas não lê, retratando a sua realidade”. Foi erguida em mutirão uma palafita na maré, onde funcionaria a primeira escola comunitária, a Escola Popular Novos Alagados, inaugurada em 12 de outubro de 1978, no núcleo Nova Esperança, em São João do Cabrito. (...) Num primeiro momento o objetivo da proposta pedagógica da Sociedade 1º de Maio era oferecer às crianças, jovens e adultos a alfabetização e a 1º série escolar. “Com o método de alfabetização de Paulo Freire, adaptado para crianças, a exemplo de Comunidades Eclesiais de Base da Paraíba, Pernambuco e Pará. Os primeiros educadores foram as cinco jovens mais escolarizadas da comunidade que freqüentavam os Círculos de Cultura. Foram preparadas pela Profª Vera Maria Lazzarotto segundo os princípios pedagógicos de Paulo Freire e Freinet, através do Psicodrama Pedagógico, Dinâmicas de Grupo, Oficinas de Trabalho Criativo. Freqüentam hoje Cursos Pedagógicos Universitários, atendendo a Lei⁵².

Hoje no bairro de Alagados e no remanescente bairro de Novos Alagados, as casas de palafitas foram suprimidas e construídas casas populares. Houve mecanismos de apoio a comunidade local com a realização de políticas públicas nos campos da habitação, transporte, saúde e segurança. Instituições públicas e privadas voltaram-se momentaneamente para ocultar a miséria que arruinava a vida das pessoas.

Há quase quatro décadas após o início das manifestações os problemas sociais no bairro e em todo o Subúrbio Ferroviário de Salvador são exponenciais. Entre eles, um dos mais aterrorizantes é a violência causada pelo tráfico, pela polícia e existente no convívio familiar, protagonizando no seio comunitário a luta por melhores condições de vida. A violência torna os laços menos solidários e imprimem uma guerra no âmbito da existência da comunidade, como analisa Espinheira (2008):

A região da cidade do Salvador do Subúrbio é uma das que apresentam os maiores índices de registros policiais de assassinatos ao longo dos anos. É importante salientar que a

⁵² Texto extraído de blog da Associação 1º de Maio. Disponível em: <<http://sociedade1demaio.blogspot.com/>> Acesso em: 17 de julho de 2013.

violência pode estar associada a determinadas pessoas ou grupos que durante algum tempo inquietam um bairro ou uma área da cidade e isso é visto como um “caso de polícia”, ou seja, desde que aquelas pessoas ou grupos sejam reprimidos a violência por eles desencadeada cede lugar à tranquilidade, à vida normal, como se supõe que assim deva ser a vida em comunidade. Em outros lugares, entretanto, a violência tem uma duração longa e parece não poder ser relacionada com identidades pessoais, mas com condições sociais, ou seja, é despersonalizada, anônima e difusa. Os atores da violência se sucedem, são os filhos da vida madrasta, feitos heróis a valer, destituídos de tudo!

Antes disso, a região já era alvo de histórias de resistência, como por exemplo relata o pesquisador Dr^o José Fernandes dos Santos:

“O parque de São Bartolomeu tem uma grande riqueza histórico-cultural, uma grande reserva de Mata Atlântica, com 1.550 hectares de florestas, com manguezal, cachoeiras, pedras, ruínas, marcas de tiros de canhões das lutas pela Independência da Bahia e da Sabinada. É espantosa em São Bartolomeu a grande biodiversidade existente, assim como os sítios históricos nunca estudados, as lendas, as inscrições lapidares incrustadas nas pedras referentes aos milagres do santo protetor. Há a presença forte também do candomblé com suas oferendas e ritos, que valoriza toda a geografia e a natureza do parque, com suas cachoeiras, bacias, mangue e a floresta. Existem, logo no início do Parque, duas cachoeiras: a de Oxum e a de Nanã, que são as quedas do riacho Mané Dendê que nasce no Rio Sena. Infelizmente as duas belas cachoeiras estão poluídas e caem com um mau cheiro insuportável.(..) A história nas matas de São Bartolomeu e Pirajá viveram os Tupinambá, conforme vimos. Também existiu ali um quilombo, o Quilombo dos Urubus, no qual 50 negros foram mortos depois da luta pela independência da Bahia, em 1826. Ele era chefiado por uma mulher, Zeferina. Conforme afirma Abdias do Nascimento (1980, p.52, apud SERPA, 1998, p.68)”⁵³.

Para além da violência, percebemos que a construção de redes de solidariedade no Subúrbio Ferroviário de Salvador está imbricada na História e na consolidação do próprio território, por isso, as instituições populares como o MCPS têm formas genuínas de organização e mobilização. (Rês)significam as aldeias e os quilombos do passado, utilizando o Parque São Bartolomeu como lugar estratégico e fonte de memória. Suas práticas educativas têm raízes profundas, são definidas nas relações de vizinhança e

⁵³ Texto extraído de Artigo de “Práticas pedagógicas, cultura, história e tradição: um relato da experiência educativa em Novos Alagados”, publicado na Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 19, p. 113-133, jan./jun., 2003. Disponível em:<<http://www.uneb.br/revistadafaceeba/files/2011/05/numero19.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2013.

nos contratos de socialização coletiva gerados no dia a dia. Fazem parte de um projeto político que busca vencer os desafios colocados na experiência de vida e sobrevivência. A comunidade está organizada em redes de associações como estratégia que tenta driblar a exigência do capital intelectual extremo para a participação nos espaços de decisão. A tática é a barganha política, pela pressão popular, pela capacidade capilar e de mobilização comunitária. Essas redes têm a presença de jovens em atividades pedagógicas atrativas como a prática da capoeira, da dança, da música, do Hip Hop, ou ainda, em capacitação para saúde, cidadania e outras *relações comunais* das associações de bairro e instituições populares.

CAPÍTULO VI – 1º Ciclo de Pesquisa-ação – entendendo o MCPS e cooperando nos processos de desenvolvimento comunitário através da arte.

Quando analisamos a trajetória de vida de Raimilton Carvalho – Coordenador do MCPS – percebemos algo comum em relação a outras lideranças comunitárias entrevistadas ao longo da pesquisa: a busca de fazer algo pelo seu lugar, para a juventude e o início de práticas educativas de forma voluntária. Segundo Raimilton, uma das suas atividades de diversão era a prática do futebol⁵⁴ e na juventude reunia os filhos dos vizinhos para promover atividades desportivas nas horas livres após trabalhar num supermercado. No início eram despreziosos treinos com os garotos do bairro que formavam um pequeno time e disputavam torneios no Subúrbio.

Em época de torneio, as crianças logo cedo batiam na porta de sua casa para iniciar o treino e como parte da atividade pedagógica, Raimilton cobrava dos jovens boas notas na escola. Em datas comemorativas, reunia todos da comunidade e promovia eventos festivos, como por exemplo: gincanas, rasga saco, quebra pote, pau de sebo e brincadeiras do círculo infanto-juvenil que tornam a vida lúdica e fazem esquecer as dificuldades de se morar na periferia. Essas ações se uniam com as atividades dos grupos de jovens da Igreja Católica⁵⁵ que estavam sempre presentes dando apoio à comunidade.

Jovens lideranças ao longo do tempo se reuniram, com os seus grupos culturais para fundar associações. Raimilton Carvalho formou junto com outros líderes o *Cabricultura*. A ideia partiu de Ivan Messias, jovem educador que realizava atividades de formação no *Instituto Steve Biko* – uma das mais

⁵⁴ Os campos de futebol são construídos pelos moradores em todos os bairros populares. Geralmente terrenos baldios são destinados para a construção dos campos, feitos geralmente de barro com a ajuda de muitos homens. Uma prática ainda associada ao universo masculino mas que ultimamente adquiri adeptas e formações femininas.

⁵⁵ Há um elo na formação de lideranças comunitárias nas periferias, principalmente no Subúrbio Ferroviário de Salvador com a presença das comunidades eclesiais de base freiriana. Se a Sociedade 1º maio teve a sua gestação no início da década de 1970 e houve um processo de alfabetização na comunidade dos Alagados, tendo como princípio a teologia da libertação de Paulo Freire, é eminente que as lideranças que formaram o Cabricultura e outros grupos da região tenham essa influência, pois muitas vieram dos grupos de jovens da Igreja Católica. A participação da CESE na formação das redes e no fortalecimento dos laços comunitários e de solidariedade neste território nos aponta uma continuidade nos processos de transformação com o apoio de fundos religiosos.

renomadas organizações que atua para o empoderamento da juventude negra e das causas étnico raciais no Brasil. Morador da enseada do Cabrito, onde deságua a Bacia do Cobre, e finaliza o Parque São Bartolomeu, esse jovem reuniu Raimilton e outras lideranças que faziam parte do grupo de jovens da Igreja Católica para fundar a organização. Adaptaram o estatuto do *Instituto Steve Biko* e iniciaram a empreitada.

Em 2002, um projeto apoiado pela UNICEF tratava de reunir em rede associações para realizar ações no território, o *Cabricultura* foi convidado a integrar a rede junto com a Associação 1º de maio, o MCPS que estava em formação e o PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais. Essa última instituição faz parte do grupo das grandes ONGs profissionais e já conseguiu milhões em recursos para atuar no território do Subúrbio Ferroviário de Salvador e outras localidades do Estado da Bahia.

No mesmo ano o *Cabricultura* foi chamado para participar do projeto “Arte Cultura e Paz” patrocinado pela PETROBRAS junto com outros grupos culturais que foram convidados pelo MCPS, executora do projeto. Como o MCPS já surgia como uma rede de grupos culturais, o *Cabricultura* acabou fundindo-se a sua estrutura e Raimilton Carvalho, em 2004, passou a assumir a coordenação da instituição do MCPS. Atualmente o grande desafio de Raimilton é desenvolver junto com as lideranças a capacidade de autogestão, de pensar ações gerenciais e compartilhar conhecimentos para eficiência na manutenção da organização.

Consagrando-se como instituição de base popular e comunitária, ao longo dos anos o MCPS realizou a aplicação de recursos e execução de projetos na comunidade deixando marcas positivas, tais como a qualificação de jovens e grupos culturais; o desenvolvimento de uma economia solidária realizando parcerias com empreendedores locais; a pressão sob as instituições públicas e privadas para atender melhor às demandas da população; além de promover eventos comemorativos que marcam a história da instituição.

4.1 O Movimento de Cultura Popular do Subúrbio uma instituição de articulação política e de desenvolvimento social e cultural com ênfase na participação comunitária

No processo de análise documental podemos verificar que o MCPS tem crescente atuação no território e amplia a sua participação nos processos de decisão, em parceria com outras instituições e redes de associações locais. No histórico institucional a organização afirma que o seu surgimento tinha como objetivo agregar mais grupos e produtores de cultura do Subúrbio Ferroviário de Salvador para o fortalecimento das práticas culturais, desenvolvimento comunitário e preservação ambiental do Parque São Bartolomeu.

A atuação do MCPS se dá em diversos campos, entre eles, os de cooperativismo, meio ambiente e cultura. As práticas socioeducativas da organização têm como público estudantes de escolas públicas, lideranças de grupos culturais, associações de moradores, grupos de mulheres, bibliotecas comunitárias, cooperativas, gestores de instituições públicas e privadas na tentativa de melhorar as condições de vida local. Nos dez anos de existência, o ativismo social do MCPS está calcado no voluntariado de populares dos bairros circunvizinhos ao Parque São Bartolomeu, também com apoio de projetos vindos de instituições parceiras da Sociedade Civil ou através de instituições vinculadas ao Estado através de editais, contratos ou apoio direto.

A instituição realiza atividades socioculturais e ambientais entre elas seminários, cortejos em datas comemorativas, formação de agentes de saúde, agentes comunitários, processos de qualificação de grupos culturais, consolidando através do associativismo uma das maiores redes de entidades do Subúrbio Ferroviário. É filiada ao FES – Fórum de Entidades do Subúrbio e integra a rede CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe.

Entre as atividades culturais principais do MCPS está a Marcha Zeferina, ato realizado anualmente no dia simbólico da consciência negra (20 de novembro). Há também a comemoração do dia do teatro e circo e a

participação na comemoração da reabertura do Centro Cultural Plataforma⁵⁶ – um espaço equipado com salas de ensaio para dança e teatro, biblioteca, palco com equipamentos multimídia, iluminação e cerca de 150 cadeiras na platéia. A reabertura do Centro Cultural Plataforma é marcada por uma passeata cultural que sai da avenida principal da Suburbana até as portas do “Cine-Teatro”⁵⁷, agregando crianças, jovens e adultos em grupos de dança, capoeira, palhaços, Hip Hop e movimentos sociais locais. Segundo divulgado no blog Cortejo Afro do Subúrbio:

Atualmente a rede Aglutina 20 grupos culturais contemplando: capoeira, dança, teatro, música e outras manifestações da cultura popular. O nosso extenso calendário cultural tem características muito peculiares que visam a transformação social através da valorização da cultura e suas faces artísticas⁵⁸.

Em busca de apoio, a instituição construiu o projeto “Projeto Arte Cultura e Paz para a Cidadania”⁵⁹ financiado pela PETROBRAS em 2002 e refinanciado durante três anos consecutivos. O MCPS é uma referência para o desenvolvimento do território do Subúrbio Ferroviário de Salvador, tem parcerias com outras organizações do terceiro setor, a exemplo da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE que fornece apoio às suas ações desde 2002. Projetos apoiados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB nos anos de 2003 e 2004; Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT (Programa Ponto de Cultura); Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR e Companhia de Desenvolvimento

⁵⁶ Nesse momento de comemoração inicia-se o projeto Caldeirão Cultural, desenvolvido pela própria equipe gestora do Centro Cultural Plataforma em parceria com os grupos e associações do território do Subúrbio Ferroviário. O Caldeirão Cultural oferece atividades de qualificação do uso dos aparelhos públicos do Cine-Teatro iniciando com uma visita guiada, além de oficinas de iluminação, sonorização e uma série de apresentações artísticas durante todo o mês de maio. Essas atividades têm como objetivo dar visão e potencializar as iniciativas culturais do Subúrbio Ferroviário de Salvador, além de protestar contra a falta de políticas públicas.

⁵⁷ A população local se refere ao Centro Cultural Plataforma como Cine-Teatro.

⁵⁸ Nota extraída do blog do cortejo afro do subúrbio. Disponível em: <<http://cortejoafrodo suburbio.blog spot. com/>> Acesso em: em 29 de setembro de 2011

⁵⁹ O documento Histórico Institucional do MCPS afirma que o “Projeto Arte, Cultura e Paz para a Cidadania foi desenvolvido com a participação direta de 14 grupos artístico culturais do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Esses grupos estão distribuídos em 09 bairros da região (Paripe, Rio Sena, Lobato, Plataforma, Alto do Cabrito, São Bartolomeu, São João do Cabrito, Bela Vista do Lobato, Planalto Real). Seis escolas da rede pública de ensino absorvem as 12 oficinas implantadas pelo projeto. As aulas são ministradas aos finais de semana. Os grupos atuam nessas escolas como multiplicadores de suas ações em prol da cultura.”

Regional - CONDER demonstram que a instituição conseguiu captar recursos e promover diversas atividades no território.

Após dois anos de fundação, a ONG hasteava como bandeira de luta a reforma do Cine-teatro de Plataforma, fechado há 18 anos. Os parceiros da empreitada foram a CESE e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE que financiaram as ações. As datas 27 de março (Dia mundial do Teatro e Nacional do Circo) e 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) foram adotadas para reivindicar políticas públicas de incentivo a cultura na região. Nestas datas são realizados cortejos comemorativos, agregando aproximadamente 2.000 pessoas anualmente em caminhadas festivas com apresentação de grupos dos diversos campos da arte e grupos escolares numa das maiores manifestações culturais do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Em 2005, realizou parcerias com a Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB e a Fundação Gregório de Matos – FGM e após um longo período de protestos, manifestações e embates com os órgãos públicos conseguiu em audiência com o Secretario de Cultura e Turismo da época a afirmação de que o Centro Cultural Plataforma seria reformado e devolvido à comunidade. Em 2006 as obras foram realizadas, sendo o equipamento reinaugurado em maio de 2007. Atuando em rede, o MCPS articulou politicamente as associações locais e garantiu que a administração do Centro Cultural Plataforma fosse realizada por pessoa indicada⁶⁰ pelas associações do Subúrbio Ferroviário de Salvador, quebrando a lógica coronelista implantada pelo Estado, em que não havia participação popular na eleição de cargos comissionados, principalmente de dirigentes de instituições públicas. Nesse momento foi instaurado um conselho gestor para alcançar uma administração aberta com proposições e deliberações agregando os atores culturais do território, culminando na formação do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio.

Fechado há mais de 14 anos, o Centro Cultural Plataforma foi reinaugurado em 8 de junho de 2007. O equipamento tem

⁶⁰ O MCPS indicou Ana Vaneska de Almeida, professora de teatro, militante do movimento social sem tetos – MSTs e antiga colaboradora da instituição. Ana Vaneska foi escolhida como Coordenadora do Centro Cultural Plataforma e administra o espaço até o momento.

capacidade para 200 pessoas, espaço para cadeirantes, infraestrutura de som, luz, projeção de vídeo, além de três salas para ensaios, três camarins, acessibilidade e sanitários adaptados para deficientes. Localizado no subúrbio ferroviário, o complexo recebeu um investimento oficial de R\$ 1.813 mi. Por mais de 30 anos, a comunidade, através de lideranças culturais e populares, promoveu uma mobilização permanente, com manifestos, projetos e articulações políticas para recuperar o cine-teatro, que se tornou símbolo do movimento popular do Subúrbio.

(Extraído do Histórico do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio)

Em 2006, com o “Projeto Arte, Cultura e Lazer Ambiental” foram produzidos eventos culturais dentro das áreas do parque com frequência semanal. Todos os domingos daquele ano o Largo de Oxum, espaço situado a entrada do Parque São Bartolomeu, onde está localizada a ultima queda d`água do parque⁶¹, serviu como ponto de encontro para articular visitas e acompanhamento de escolas, realizando trilhas e outras atividades que aproximavam a comunidade das áreas verdes do parque. No final do projeto o MCPS promoveu um seminário com a participação do poder público, comunidade e organizações sociais do território.

No ano seguinte, a metodologia de ações de ocupação do Parque continuou através do “Projeto Zeferina - ações de valorização do Parque São Bartolomeu” com o patrocínio da agência holandesa Kernactie, e parceria com a CESE e a FASE. A partir deste projeto, o MCPS resgatou as comemorações ao Dia de São Bartolomeu⁶² que tem data festiva em 24 de agosto. Relembrando as romarias do passado, a instituição organizou o cortejo comemorativo, evento mantido anualmente que reúne grupos escolares, filarmônicas, grupos culturais de dança, teatro, música. O projeto consagrou a participação do MCPS na comunidade e agregou os terreiros de candomblé na luta em defesa do Parque São Bartolomeu.

A agência holandesa fez visita às ações do projeto e renovou durante mais quatro anos o apoio a luta pelo Parque São Bartolomeu. A CESE, como

⁶¹ Com cerca de 20 metros de altura, a Cachoeira de Oxum seria uma das mais belas atrações do Parque São Bartolomeu se não fosse o mau cheiro provocado pelo lançamento de esgotos advindos de ocupações desordenadas e ausência de saneamento básico, fatores determinantes para a poluição das águas da Bacia do Cobre.

⁶² Conta as histórias bíblicas do cristianismo que São Bartolomeu (Natanael) foi apóstolo de Jesus, morto a mando do Governador em Albanópolis atual Derbent, província russa. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Bartolomeu> Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

parceira e articuladora de redes de desenvolvimento no Subúrbio Ferroviário de Salvador, ficou incumbida de inserir outras organizações, como o Fórum de Entidades do Subúrbio - FES, a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe - REPROTAI⁶³ e a rede Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe - CAMMPI⁶⁴ que se juntaram ao MCPS na empreitada.

Em 2007, o MCPS implantou um projeto no campo da economia solidária, chamado “Produção Cidadã” que qualificou 48 mulheres na área de corte, costura e modelagem, culminando na criação da Cooperativa Afro Cidadã. Ainda neste ano a instituição promoveu um curso de formação em educação para 25 pessoas que teve como objetivo ampliar os níveis de conhecimento de lideranças comunitárias e agentes de cultura em parceria com a Secretaria de Educação e Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

"Agora as mulheres já estão produzindo e comercializando em feiras e na própria comunidade", comemora Raimilton Carvalho. O empreendimento entra no mercado com a proposta de oferecer uma moda voltada para o público afro-descendente, ramo ainda pouco explorado pelo setor de confecção. "Apesar de 82% da população de Salvador ser de afro-descendentes, as confecções voltadas para a moda afro ainda são muito acanhadas", diz o coordenador. Outra particularidade do empreendimento é a forma como as mulheres trabalham para produzir suas peças. Segundo Roberta Barbosa dos Santos, uma das participantes do projeto, "todas participam de tudo". Se um dia alguém está no setor de corte, no dia seguinte pode estar trabalhando com as máquinas ou até mesmo na administração do empreendimento. Isso, conforme explicou Roberta, faz do Moda Afro uma espécie de empreendimento "sem-patrão". No período de 7 a 11 de novembro, durante a participação do empreendimento da Feira da Mulher, realizada em Salvador, as produtoras puderam ter a primeira resposta do público. "Nós tivemos uma boa aceitação. Já recebemos até encomenda", conta Roberta. A idéia agora é conseguir

⁶³ “A Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe foi fundada em 09 de agosto de 2004 depois de um encontro Nacional de adolescentes realizado em Brasília”. A rede realiza ações para o desenvolvimento social e redução da violência contra a juventude em 14 bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador. A REPROTAI tem como “objetivo lutar para formar, numa perspectiva ética, social e humana, cidadãos aptos a combater as desigualdades e buscar soluções para os problemas e desafios da sociedade e criar mecanismos de luta em defesa de uma qualidade de vida dos moradores da península de Itapagipe”. Disponível em < <http://redereprotai.blogspot.com.br/>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

⁶⁴ “A CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe é um movimento independente organizado por lideranças comunitárias de entidades que atuam na região da Península de Itapagipe. Hoje a Rede CAMMPI funciona como um conjunto de associações de moradores, artesãos, pescadores, marisqueiras, assistência à criança e a família, grupos culturais, religiosos Tendo como missão: contribuir para o desenvolvimento sustentável da península”. Disponível em < <http://mobilizadoresemacao.blogspot.com.br/2009/07/rede-cammmpi.html>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

transformar o empreendimento em uma cooperativa solidária e conseguir um espaço fixo onde possam ser comercializados os produtos confeccionados”

(Idem)

O MCPS foi titular na câmara técnica de cultura sobre os processos de revitalização do Parque São Bartolomeu mediando relações entre a comunidade local e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - a SEDUR, é membro do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre. Segundo o MCPS a bacia do cobre abriga a maior reserva de mata atlântica dentro de área urbana no Brasil e pode ser um mecanismo de desenvolvimento socioeconômico do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

As ações que o MCPS tem promovido e participado para preservação e restauração do Parque São Bartolomeu são realizadas em rede, junto com o Fórum de Entidades do Subúrbio – FES, Creche Heroínas do Lar, Associação Onzô de Angorô, Kilombo do Kioô, Associação da Paróquia de São Braz, Sociedade Irmãos Solidários, Sociedade 1º de Maio, entre outras.

Em 2009, se tornou Ponto de Cultura⁶⁵, e recebe apoios para a manutenção das práticas culturais. No campo da saúde o MCPS vem promovendo encontros que discutem o uso de equipamentos públicos como o recém-inaugurado Hospital do Subúrbio⁶⁶, ainda fornece espaço e participa das ações do CRAS que está situado ao lado da instituição.

O MCPS é Operadora Social - OS⁶⁷, termo fornecido pelo governo estadual que a credencia na participação de decisões de projetos que impactam a população local. Como OS, participa das ações do Plano Integrado de Desenvolvimento Social da Bacia do Cobre (PIDS COBRE),

⁶⁵ “...referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Como um parceiro na relação entre estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si”. Faz parte das políticas públicas do estado no campo da cultura em todo o país. Disponível em < <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2014).

⁶⁶ Através da portaria de nº 575 de 19 de março de 2012 o Secretário de saúde do Estado da Bahia homologou a contratação particular para a administração do Hospital do Subúrbio, fundando uma das primeiras parcerias público-privadas no ramo da administração de hospitais públicos do estado Bahia. Ver teor completo da portaria através de < <http://www1.saude.ba.gov.br/hospitaldosuburbio/docs/Portaria.pdf>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

⁶⁷ Em 2009 o MCPS assinou contrato com a SEDUR/ CONDER para ser a Operadora Social do Cobre (OS). O principal objetivo da OS era mobilizar as comunidades nos processos revitalização do Parque São Bartolomeu, realizando triagem e aplicação de estudos socioambientais, além de formular e executar atividades de qualificação de mobilizadores sociais numa rede de 30 de organizações do entorno do parque, área que recebeu como denominação técnica o nome de Polígono de Integração Social da Bacia do Cobre – PIS COBRE.

realizado pelo Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano e Regional (CONDER). O PIDS COBRE atende ao Programa Estadual de Habitação de Interesse Social Dias Melhores que tem como objetivo:

Melhorar, sobretudo quanto aos aspectos sociais, econômicos e de segurança humana, as condições de habitabilidade das famílias que residem nas poligonais de integração social atendidas pelo Projeto, proporcionando-lhes condições de sobrevivência, com garantia a convivência familiar e comunitária, empregabilidade e acesso a direitos e políticas sociais⁶⁸.

Também vinculado ao Governo do Estado a instituição realiza ações no projeto Vida Melhor/UNIS⁶⁹ – Unidades de Inclusão Socioprodutiva realizando cadastramento, treinamento, intermediação e assessoramento a empreendedores individuais de periferias da cidade de Salvador, tais como os bairros Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz e Subúrbio Ferroviário:

O programa de inclusão produtiva Vida Melhor - Urbano atua no fomento a empreendimentos individuais e familiares da economia informal. Apoia um conjunto das atividades, destacando-se os arranjos produtivos urbanos de alimentação, costura, ambulantes, agricultura urbana e resíduos sólidos. Estimula a produção e a comercialização, possibilitando a ampliação da renda e o desenvolvimento social através do trabalho empreendedor, em parceria com o Governo Federal, municípios e a sociedade civil. A meta é atender 60 mil famílias. (..)As Unidades de Inclusão Socioprodutiva (Unis) do Vida Melhor-Urbano são o primeiro serviço público de assistência técnica urbana para os empreendimentos informais no Brasil. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) implantará 30 unidades no estado. Elas fazem estudos de viabilidade econômica dos pequenos empreendedores individuais e familiares, além de encaminhá-los para acesso ao microcrédito e assistência técnica. Os beneficiários também podem ser contemplados com equipamentos padronizados (kits), fardamento, e disponibilidade de insumos. O programa do governo baiano contará com a parceria do Sebrae, prefeituras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Desenbahia e cooperativas que operam com microcrédito.

⁶⁸ Fonte: SEDUR/CONDER. Plano Integrado de Desenvolvimento Social: Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia, maio de 2009.

⁶⁹ Fonte: SEDES. Disponível em: http://www.sedes.ba.gov.br/pagina/vida_melhor. Acesso em 20 de outubro de 2013.

De antemão, percebemos a vinculação entre ONG e Estado como processo político econômico vigente no país, desde os anos 2000, como aborda GHON (2011, p. 341):

Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado. Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos fundos públicos criados) e por equipes de profissionais competentes – previamente escolhidos não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho –, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente de como os movimentos sociais atuavam até então. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social etc.

Analisando o Histórico Institucional percebemos claramente que o MCPS teve uma projeção e uma inserção nas políticas públicas de tal modo que conseguiu fazer articulação de setores do Estado e consagrar parcerias com diversas associações do território do Subúrbio Ferroviário de Salvador de forma tática, alcançando objetivos e promovendo o desenvolvimento social e cultural da região.

4.2 Tendas de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu – TACCC Tá São Bartolomeu - primeiro ciclo de projeção.

Após realizar contato com Raimilton Carvalho, construímos⁷⁰ o projeto de ações que envolviam o MCPS e a comunidade do entorno do Parque São Bartolomeu chamado “Tendas de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu – TACCC Tá São Bartolomeu⁷¹”. Em linhas gerais o

⁷⁰ Reunião de orientação com o professor doutor Eduardo Nunes e Igor Sant`Anna, pesquisador que novamente ingressava em processo de pesquisa, agora de doutorado envolvendo parques urbanos em Salvador, incluindo território do Parque São Bartolomeu.

⁷¹ Acreditamos que para mostrar a seriedade de novas ações, além da experiência do professor orientador, precisávamos de um projeto consistente, que pudesse participar de editais e que fosse dinamizador de experiências em produção cultural.

projeto consistiu na realização periódica de práticas culturais envolvendo arte, ciência e cidadania em espaços públicos do subúrbio, como o Centro Cultural de Plataforma. Tinha como objetivo principal a realização de atividades com jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador para o desenvolvimento humano e cultura da paz, potencializando redes de grupos culturais da periferia e a preservação do Parque São Bartolomeu. A metodologia incluía práticas socioeducativas nas áreas de comunicação, hipermídia, arte e economia solidária.

Propomos um curso de formação com uma carga horária total de 335 horas distribuídas em 8 horas semanais de formação e 35 horas na realização de 7 eventos com 5 horas cada, quando seriam realizadas atividades públicas desenvolvidas pelo grupo de formação. As atividades de formação seriam realizadas por 5 educadores para 20 jovens, com disciplinas que orientariam aos estudantes na produção das 7 Tendias de Arte Comunicação, Ciência e Cidadania em locais públicos, tais como: Centro Cultural Plataforma, Parque São Bartolomeu, Associações Culturais do Subúrbio. Proporcionando a esse grupo experiências práticas nas áreas temáticas com foco na solidariedade, no cooperativismo e criação de redes.

Entre as atividades a serem realizadas, pensamos em apresentações de teatro, dança, e música; artes audiovisuais; exibições cinematográficas; produção e promoção de artesanatos; palestras; oficinas; produção de culinária e de serviços cooperativos locais. Desta forma, criaríamos uma grade de atrações artísticas e culturais no entorno do Parque São Bartolomeu, incluindo jovens, grupos, associações e redes de cooperação comunitária no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Justificamos a realização das Tendias de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu como potencial para a promoção da cidadania, da economia solidária, da arte e cultura no Subúrbio Ferroviário de Salvador, pois agregaria uma grande variedade de grupos, manifestações e serviços que diversificam e enriquecem a cultura das comunidades do entorno do Parque São Bartolomeu. As apresentações, exposições, exibições e oficinas seriam ações para a difusão e fomento das produções locais, da educação ambiental, além de consolidar o Centro Cultural de Plataforma

como espaço público para a visitação e uso da comunidade local em contribuição às políticas públicas culturais na periferia de Salvador.

No âmbito dos objetivos específicos, pensamos em 4 ações importantes: a primeira, mapear grupos com trabalhos artísticos culturais e/ou práticas econômicas que tivessem como característica a produção cooperativa, comunitária e artesanal com o objetivo de compor grade de atrações, produtos e serviços a serem oferecidos na realização das tendas através de escolas, associações e rede de artistas do MCPS. A segunda ação era promover a arte, cultura e a economia solidária como práticas de sustentabilidade econômica e ambiental do Parque São Bartolomeu através das Tendas de Arte Cultura, Comunicação e Cidadania. Outro objetivo era realizar a produção e difusão da memória do Parque São Bartolomeu com o registro audiovisual da flora e fauna, dos assentamentos urbanos e das manifestações artísticas populares locais e por último promover a justiça e a cidadania em práticas colaborativas.

Antes de apresentar o projeto, fomos convidados, no dia 26 de janeiro, no Espaço Cultural Plataforma, para o encerramento da oficina de Educomunicação que formou agentes de comunicação do Subúrbio Ferroviário de Salvador. As atividades foram realizadas pela ONG Cipó Comunicação Interativa com apoio do governo do Estado e Banco Mundial e em parceria com o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio (MCPS). 15 jovens⁷² concluíram o curso apresentando trabalhos inovadores que demonstravam práticas sociais do subúrbio, transcendiam o localismo e abordavam também temas universais. Foram apresentados 4 curtas metragem, sendo dois deles em formato de documentário.

Em contato com uma das Educadoras do projeto, fui informado que os jovens tiveram noções de comunicação utilizando as linguagens de vídeo, web-designer e rádio. Um dos documentários abordou a realidade das pessoas que praticam a pesca de mariscos no mangue de Novos Alagados, local que recebe as águas poluídas do Rio do Cobre. O segundo

⁷² Um dos egressos do curso nos informou das dificuldades atravessadas. Segundo ele nos primeiros momentos os jovens ficavam no chão sem cadeiras e com a janela quebrada, eram atingidos pelo sol. No final do curso conseguiram com o apoio da OI - Empresa de Telefonia Móvel e ONG Cipó Comunicação Interativa cadeiras para sentar.

documentário era uma homenagem às lideranças locais que agem em prol do desenvolvimento comunitário.

Os quinze jovens passaram por um processo de educomunicação, isto é, educação pela comunicação, compreendendo as diversas linguagens e mídias dos meios de comunicação com monitores que foram egressos do projeto KABUM, mantido pela ONG Cipó Comunicação Interativa. O interessante é que esses monitores são jovens do entorno do Parque São Bartolomeu, que repassam e mediam o conhecimento junto a outros jovens que têm realidades sociais parecidas, facilitando a aprendizagem e potencializando os processos de transformação e mobilização social.

Essas ações se aproximavam da proposta que estávamos construindo e no início de fevereiro de 2012 apresentamos o prelo do projeto Tendas de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu para o MCPS. O encontro foi no dia 9 de fevereiro, nesse dia colaborei com Raimilton na transferência de máquinas de costura que estavam sem uso e guardadas numa casa da comunidade para a Cooperativa Popular de Trabalho – Cooperconfec⁷³. A Cooperconfec havia recebido um pedido de confecção de 7 mil calças para o carnaval e precisava do maquinário para ampliar a produção atendendo os pedidos dos clientes.

Fomos para a sede do MCPS e conheci Cláudio professor de Webdesigner, manutenção de micro e informática que estava desenvolvendo atividades na sala de informática. Reuniram-se eu, Cláudio, Raimilton, Danilo (jovem egresso do curso Agentes de Comunicação), Sr^a Vaneide (liderança no MCPS e mediadora de conflitos no bairro vizinho chamado Lobato), Senhor Bimbau (liderança no MCPS e fundador da Associação Arca de Olorum com sede no bairro Rio Sena), Jociara (colaboradora do ponto de cultura e mobilizadora do MCPS).

Na reunião fizemos a apresentação do projeto, assinalando a importância de construirmos o orçamento juntos e de pensarmos a grade de apresentações, sendo para isso necessário que o MCPS informasse quais os grupos/pessoas que poderiam participar das atividades (apresentações artísticas e oficinas), como também da necessidade de pensarmos logística e

⁷³ A Cooperconfec congrega um grupo de mulheres costureiras moradoras do Subúrbio Ferroviário que realizam os seus trabalhos em parceria com instituições públicas e privadas.

materiais necessários para a criação de uma feira de livros e economia solidária.

Com ausência de recursos, começamos a aproximar as nossas projeções das possibilidades do MCPS e a construir de forma mais colaborativa o trabalho. Raimilton Carvalho sugeriu que elaborássemos uma planilha orçamentária para preenchimento. Recursos para contratação de coordenação; monitores e educadores; recursos para a permanência de jovens, para transporte, logística, aquisição de materiais de escritório, iluminação, alimentação, produção e comunicação, foram alguns itens elencados por nós.

Durante a reunião, Raimilton Carvalho informou que existia verba destinada à criação de um laboratório avançado de comunicação no projeto de formação dos Agentes de Comunicação, desenvolvido pela CONDER/CIPÓ, mas com dificuldades de licitação, baixo valor orçado terminou que até aquele momento o laboratório não havia sido criado. Os jovens, Agentes de Comunicação, estavam insatisfeitos e pressionavam o MCPS para que a CONDER cumprisse com as ações do projeto, entre elas fornecer o laboratório multimídia para a comunidade. O MCPS questionou a CONDER sobre a destinação dos recursos e a chegada dos equipamentos, mas o único retorno que teve, foi a informação que o laboratório seria entregue quando as obras de revitalização do Parque São Bartolomeu estivessem prontas, o que até o final desta pesquisa não aconteceu.

Um dos pontos abordados na reunião foi a necessidade de realizar atividades itinerantes das tendas no território do Subúrbio Ferroviário. Para mim era um desafio ter atividades itinerantes por conta das estruturas que tínhamos que viabilizar, mas a visão de Raimilton Carvalho colocava esse formato como estratégico para fortalecer o calendário de atividades e os grupos locais, o que soava bem plausível. Passamos a pensar como as tendas aconteceriam nos bairros/comunidades e quais os grupos culturais que às comporiam. A ideia era gerar um circuito cultural potencializado pelos jovens produtores. Para o MCPS ficou a demanda de apresentar um calendário e projetar as atividades itinerantes, marcamos o início das tendas para abril e tentamos ajustar o projeto ao calendário de eventos do MCPS.

4.3 A primeira TACCC Tá São Bartolomeu

O grupo de jovens que iniciou o processo das TACCC Tá São Bartolomeu, tinha idades entre 16 e 20 anos, moravam nas proximidades do MCPS, eram parentes ou vizinhos das lideranças da instituição, alguns já haviam participado de formação no campo da cultura e da comunicação e se habituavam em realizar atividades nas associações de bairro em busca de conhecimentos e novas possibilidades de inserção social, quase todos estavam finalizando o ensino médio em escolas públicas do território.

Em março de 2012, começamos a preparar os jovens para a realização dos eventos das TACCC Tá São Bartolomeu com encontros semanais de produção coletiva. Inicialmente contamos com a presença de cinco jovens, os demais⁷⁴, pela falta de recursos para transporte e alimentação, ou ainda, pela participação em outros processos formativos, bolsas de trabalho para o primeiro emprego, não participaram. Desenvolvemos atividades interessantes, entre elas, construímos um blog para o MCPS⁷⁵, iniciamos um jornal mural e a produção de um cartaz para o evento. Ministrei aulas de produção cultural e comunicação, tentando de forma colaborativa realizar *planejamentos*, *releases*, *designers* e outros produtos de comunicação que davam publicidade ao projeto. Igor Sant Anna ficou responsável pelas atividades de arte educação e o professor Eduardo Nunes realizava ações lúdico pedagógicas que possibilitavam a leitura e escrita.

No final do primeiro mês alcançamos um grupo de 10 jovens e sempre disponibilizamos vagas para àqueles que se interessavam; que ouviam falar do trabalho e eram trazidos pelos jovens. A criatividade dos jovens começou a eclodir durante as atividades de formação. Mas nem tudo eram flores, pois começamos a lidar com os problemas do grupo de trabalho: dificuldades para o cumprimento de acordos; atraso na chegada dos jovens; falta de chave do

⁷⁴ Tínhamos previsto um grupo maior, formado por 15 jovens, muitos egressos do curso de Agentes de Comunicação fornecido pela CIPÓ em parceria com a CONDER e MCPS. Chegamos a apresentar o projeto para esse grupo de jovens, mas quando iniciamos às atividades a maioria já não estava disponível.

⁷⁵ O link do blog é <: <http://culturapopularodosuburbio.wordpress.com/>> atualizado até dezembro de 2013.

Centro de Informática. Acontecimentos comuns quando lidamos com pessoas, instituições e realizamos processos de qualificação no campo não formal, lugar onde as regras estão em constante modificação e negociação.

Duas integrantes apresentaram uma música em formato de Rap. Já no início o resultado do esforço foi positivo, mas nos processos de avaliação (rodas de conversa) ficou clara a necessidade de mais tempo para pensar as atividades e entender o que se estava produzindo. Era necessário refletir sobre os papéis individuais no processo de construção coletiva. Começamos a pensar o local, as atividades e as articulações necessárias, remodelando todo o projeto, seguindo as demandas pautadas pelos jovens num processo dialógico.

A idéia é que os jovens se apropriassem o máximo dos conteúdos para poderem expressar melhor a opinião sobre suas ações e ter um olhar crítico da realidade que vivenciavam. Começamos a desenvolver as primeiras peças para a produção do evento das tendas e foram enviados ofícios para a solicitação de pauta, requisição de água, apoio, dentre outros.

Com o desenvolvimento das atividades semanais, os laços afetivos e processos de participação eram construídos com os colaboradores do MCPS, que aos poucos iam abrindo as portas da associação. Como pesquisador participante, comecei a estar presente nos processos de decisão e nas reuniões institucionais. Essas relações de proximidade e confiança foram aprofundadas ao longo dos dois anos de pesquisa.

Nossa primeira Tenda de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu foi realizada no dia 26 de maio de 2012, a essa altura já havíamos passado por dois meses e meio de formação em produção e comunicação. Como parte das ações do projeto, fizemos uma visita com alguns jovens nas empresas de meios de comunicação para a entrega de materiais de promoção, solicitamos apoio aos empresários locais e mobilizamos diversos grupos culturais para o evento. Toda essa construção teve como princípio a coletividade, divisão de tarefas em equipe e colaboração para o enfrentamento das barreiras e medos de dar o primeiro passo. Para além das dificuldades, tivemos muitos momentos de risos, de abraços e de companhia que reforçavam o sentimento que tudo iria dar certo.

É muita emoção que transborda e não tem como não nos sentimos afetados e contentes com o desempenho e a entrega da juventude quando conquistamos a confiança no fazer.

Assim começamos o texto do release para apresentar aos meios de comunicação:

“O TACC TÁ – Parque São Bartolomeu projeto do MCPS (Movimento de Cultura Popular do Subúrbio) e UNEB (Universidade do Estado da Bahia), através do PPGEduc (Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade.) – está realizando uma série de atividades artísticas culturais, entre elas a primeira Feira de Economia Solidária com apresentações de danças, capoeira, música, teatro de rua, malabares, palhaçaria, palestras e artesanatos com o objetivo de promover ações socioculturais no Cine Teatro de Plataforma.”

As duas jovens que levamos para entregar o texto nos jornais e estações de televisão, ficaram encantadas com a peregrinação pela cidade. Saímos no começo da tarde de uma quarta-feira, na companhia do professor Eduardo Nunes, junto com Priscila e Juliana (integrantes do coletivo de jovens). As jovens tiveram a incumbência de explicar o projeto e entregar a correspondência. Temerosas, a cada entrega adquiriam confiança, riam, tiravam fotos e se descontraíam. Os lugares nunca haviam sido visitados por elas, àqueles bairros do centro pareciam revelar outra cidade, muito diferente dos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador. As calçadas e ruas bem pavimentadas, limpas, arborizadas em alguns pontos, a estética imponente dos prédios de classe média alta, contrapondo com os buracos nunca cobertos, os bueiros abertos, o esgoto que cheira mal na rua e as calçadas quase inexistentes da periferia.

Ainda na pré-produção visitamos o Centro Cultural Plataforma para conhecermos melhor o espaço e a equipe técnica. Recepcionados pela Coordenadora Ana Vaneska, nos deparamos com as burocracias da organização do Centro, tais como horário de entrada do público, uso da iluminação, do audiovisual, do palco e camarins. O grupo recebeu orientações de como operar os equipamentos e no dia do evento, mesclavam-se na iluminação, na operação de áudio, como contrarregras,

atores, produtores, e se dividiram em diversos papéis que precisavam exercer para produzir o evento.

Em reunião com a equipe, listamos as atividades restantes de produção: encaminhar release para rádios comunitárias locais; release e cartaz para Centro Cultural de Plataforma; para todos os contatos individuais da rede social e lista de e-mails; convite para rede de parceiros do MCPS; atualizar Blog; imprimir cartazes; fazer pasta para cada jovem da produção com conteúdos do evento (planilha de apresentações e funções a serem desempenhadas).

A realização de atividades de produção e comunicação, colocando nas mãos dos jovens os rumos das TACCC TÁ São Bartolomeu tinha como propósito um processo de mobilização e intervenção cultural. A experiência se aliava as atividades do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico e permitiu compreender que as ações ocorrem dentro de condições objetivas, ou seja, são organizadas de acordo com o contexto e a vivência dos participantes e geram novas experiências e conhecimentos.

Um desafio imenso vencido, com muita participação e trocas. Conseguimos lotar o auditório do Centro Cultural de Plataforma, quase sem recursos, apenas com a vontade de fazer. O coletivo teve apoio de comerciantes locais que doaram refrigerantes e pães. O MCPS contribuiu com parte do lanche e Bimbau (colaborador do MCPS e fundador da associação carnavalesca Arca de Olorum) cuidou da logística, utilizando o seu antigo veículo *Volkswagem*.

Na avaliação, os jovens falaram da necessidade de dividir melhor as atividades entre eles e cobraram maior responsabilidade dos integrantes. A TVE - BA, TV pública do estado da Bahia cobriu o evento, o jornal A Tarde Online forneceu uma matéria no caderno de cultura. O Subúrbio aparecia de uma forma diferente nos meios de comunicação, a cultura pulsante. Alcançamos os nossos objetivos e pontualmente fizemos valer outro Subúrbio, outra realidade, bem diferente da visão estereotipada publicada massivamente pelos meios de comunicação. Estabelecemos nessa ação uma cultura de paz, de riso e não de destruição. Cumprimos o primeiro desafio e nos meses seguintes continuamos semanalmente as atividades

pedagógicas com a finalidade de realizar a segunda TACCC Tá São Bartolomeu.

4.4 A segunda TACCC Tá São Bartolomeu

Após a 1ª TACCC Tá São Bartolomeu, participamos do Caldeirão Cultural⁷⁶ com a presença de alguns jovens produtores das tendas como apoio da produção do evento. O Caldeirão Cultural é um momento extremamente importante que agrega diversos grupos culturais do território ao som de um trio elétrico que entoa as vozes de reivindicação da população artística do Subúrbio. É como um manifesto, onde as críticas às políticas culturais do Estado são difundidas e apresentadas abertamente nas ruas e praças públicas. São realizadas discussões sobre a cultura no território e o papel do Centro Cultural Plataforma como arena de fomento e difusão da arte⁷⁷.

Dando continuidade as propostas de formação do grupo, convidei uma artista para realizar atividades de performer com os jovens, utilizando como ambiência a praça em frente ao Centro Cultural de Plataforma. O objetivo era fazer com que se apropriassem mais do espaço público e do próprio corpo em interação com o meio. Michelle Mattiuzi, performan negra, gentilmente cedeu seus conhecimentos para realizar de forma colaborativa a oficina.

A artista elaborou uma proposição em Performance que chamou de “espelho, espelho meu!”. Segundo a performer a atividade foi especialmente pensada *“para explorar diferentes pontos de vista na relação corpo/ambiente, tendo como provocador a linguagem da performance, de modo a refletir sobre atuais caminhos do fazer artístico”*. Com carga horária de 3 horas, o encontro tinha uma série de objetivos que articulavam os sujeitos ao espaço

⁷⁶ Em junho o Centro Cultural Plataforma realiza uma atividade de aproximação com a comunidade local chamada Caldeirão Cultural, que estava no sexto ano de edição. Um evento parecido com as tendas que estávamos realizando, porém tem duração de doze dias com apresentação de grupos locais, debates, exibição de filmes, visita aos diversos espaços do Centro e convívio com a equipe de trabalho. Além dessas atividades, marca o evento a caminhada cultural, que tem início na avenida principal do Subúrbio, no largo do luso e segue na avenida do bairro de Plataforma percorrendo cerca de três quilômetros até chegar o Centro Cultural.

⁷⁷ O Centro Cultural Plataforma é sede do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio, uma articulação de diversas instituições que discutem desde o funcionamento do espaço até as atividades culturais desenvolvidas no território.

público, a si mesmos e detonava um processo de reflexão e autocrítica. Entre os objetivos de Mattiuzzi, estava o desenvolvimento do pensamento criativo a partir do corpo: relações entre corpo e ambiente e as relações entre corpos; trabalho em conjunto; contato com a arquitetura proposta pelo ambiente; contato entre diferentes linguagens (dança, performance, artes plásticas e arquitetura); desenvolvimento e exploração de narrativas autorais; atingir o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo para a construção de uma dramaturgia poética do corpo.

O encontro/aula aconteceu em 09 de junho de 2012 e Michelle previa o aquecimento - espreguiçamento tendo em vista oposições ósseas e exercício de projeção de movimento no espaço a partir de partes do corpo; jogo de improvisação com restrição de espaço e objetos/materiais propostos pelos integrantes; discussão sobre o material explorado e treinamento psicofísico (ação performática no espaço) com apresentação de vídeo e fotos de alguns performers.

A ação foi desenvolvida com espelho, que era manuseado durante o percurso de passeio na praça. O tempo da ação foi de pelo menos 1h30min, e os participantes da ação eram convidados a direcionar seus olhares através do espelho, ou seja, tudo que era visto, deveria ser à partir desse objeto. Após o percurso, foram convidados a elaborar uma escrita automática, discutir e comentar a experiência.

Nas palavras da performer, “ao lançar reflexão sobre as vivências nos ambientes onde se transita, sejam grandes metrópoles ou outros, constata-se que movimento arquitetônico corpóreo e movimento das arquiteturas dos espaços se auto-afetam, podendo ser tais experiências observadas de diferentes lugares, sendo assim, surge a necessidade de troca de conhecimento para compreender diferentes lógicas de criação/discussão de materiais artísticos. Os movimentos dados por experimentações artísticas estão carregados de padrões de repetições do cotidiano, prestar atenção em como se estruturam é uma das maneiras de criar outros caminhos, experimentar outras formas de articulá-los, bem como de senti-los”.

Nosso objetivo foi atingido, nos diálogos com os jovens percebemos o estranhamento em realizar a ação, a importância do exercício de

concentração e o encorajamento em utilizar o próprio corpo no espaço público como ferramenta de reflexão e de apropriação.

Durante os encontros semanais surgiu a ideia de batizar o grupo de jovens com um nome que lhes servissem como identidade e de forma dialógica fomos discutindo qual a necessidade, o que mudaria e quais as vantagens de se ter um nome específico. Segundo os jovens ficaria mais fácil explicar as pessoas que invariavelmente lhes perguntavam o que faziam no projeto das tendas, além de colocar o nome deles nos releases e peças de comunicação. Para o grupo a identidade por trás de um nome aumentava a autoestima e dava mais autonomia. Após três encontros decidiram ser chamados de CPAS – Coletivo de Produção e Arte do Subúrbio.

Tivemos também a contribuição da Designer Viviane Freitas, outra parceira que realizou uma oficina de construção de cartazes. A designer trabalhou com os sentidos táteis, realizando atividades de colagens e reaproveitamento de materiais. Isso foi bem interessante, pois aguçava o interesse dos jovens. Surgiram vários protótipos de cartazes, neles observamos graves problemas de escrita e dificuldades básicas com a leitura.

Em outubro 2012 estávamos na pré-produção da segunda tenda e tínhamos a seguinte tabela de atividades de produção desenvolvida pelo CPAS:

Tabela 1 – Atividades de Produção CPAS para a 2ª TACCC TÁ São Bartolomeu

ATIVIDADES PRÉ-PRODUÇÃO	CONTATOS	O QUE REALIZAR
CARTAZES, FOLDERS, FAIXA, CONVITES, VÍDEO	COPIADORAS, DESIGNER, TEXTO	PREÇO, PRODUÇÃO DAS MÍDIAS
CONTACTAR OS GRUPOS	TEATRO, DANÇA, MUSICA	LEVANTAMENTO E SELEÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS
DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	GLOBO, TRIBUNA, TVE, A TARDE, REDE BAHIA, RÁDIO COMUNITÁRIA, MARÉ FM	VISITA AOS LOCAIS E ENTREGA DAS MÍDIAS
DIÁLOGO COM A COMUNIDADE	MCPS E O GRUPO TACC TÁ	CONTATO COM INSTITUIÇÕES LOCAIS, MUNICIPAIS E OUTROS
BARRACAS	PREFEITURA	OFÍCIO E CONTATOS
BANHEIRO QUÍMICO	PREFEITURA	OFÍCIO E CONTATOS
COFFEE-BREAK	MCPS/UNEB	COMPRAR; CONSEGUIR APOIO
PAUTA DAS ATRAÇÕES	TACC TA	CONTATOS E SELEÇÃO DOS CONVIDADOS
PAUTA DO TEATRO	TACC TA	OFÍCIO

Aos poucos fomos distribuindo as atividades e realizamos o cronograma de produção da II Tenda de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu. O local escolhido, continuou sendo o Centro Cultural Plataforma, mas agora incrementamos com o uso da praça que fica em frente ao Centro. Após a oficina realizada por Michelle, os jovens se encorajaram e se apropriaram da praça pública. A grade de apresentações estava lotada e seguiu do início da tarde até a noite.

O evento aconteceu no dia 18 de agosto de 2012, iniciando às 14h na Praça São Braz, no bairro de Plataforma com a apresentação de dança afro pelas jovens dançarinas da comunidade: Negra Camila e Caroline Lopes. Em seguida, o mestre Karkará apresentava o grupo de capoeira, depois o jovem Ronald Alagan recitou poesias e os rappers de vários grupos de Hip Hop do Subúrbio deu continuidade a festa. Mc Galf e Breakzas fizeram dança de rua. Às 16h, no Centro Cultural Plataforma, iniciamos a sessão com o resgate da memória das atividades promovidas pelo MCPS, exibindo um vídeo que registrou um dos cortejos comemorativos. Houve a intervenção de uma das lideranças que forneceu discursos sobre a importância do Parque São Bartolomeu e os processos de luta em prol da cultura e da preservação ambiental. Teatro, música, malabarismo, dança afro e mais Hip Hop rechearam a tarde da 2ª TACCC TÁ São Bartolomeu.

4.5 Avaliação das ações das TACCC TÁ São Bartolomeu

O Projeto TACCC Tá São Bartolomeu, teve um ciclo bem definido, passando por todas as etapas do processo de pesquisa-ação, conforme nos recorda Guido Irinel Engel (2000) no artigo “Pesquis-ação”⁷⁸. Didaticamente, o ciclo inicia com a *Definição de um problema* - realizamos no momento inicial através da entrevista com as lideranças do MCPS quando observamos pontos vulneráveis no âmbito da comunicação (falta de materiais comunicativos e página virtual que demonstrassem as ações da instituição) e irregularidade de ações no campo da cultura (ausência de uma agenda de eventos e outras atividades). Nesta mesma entrevista fizemos a segunda

⁷⁸ Publicado na página Educar em Revista, disponível em: <http://www.educarevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2014

fase que é a *Pesquisa Preliminar* e observamos potencialidades: instalação de um ponto de cultura na sede da instituição, uma estrutura básica de sala de informática e espaços para desenvolver atividades.

Na terceira fase, desenvolvemos pré-análises e seguimos o seguinte raciocínio: se é verdade que o MCPS não tem materiais comunicativos que permitam outras pessoas, grupos e instituições conhecer melhor o trabalho que desenvolve a mais de 10 anos, é necessário conceber esses produtos por eles mesmos para que possamos então enxergar melhor o objeto. Como segunda pré-análise, pensamos: se é também verdade que a instituição foi fundada por grupos culturais que buscavam capacitação e aperfeiçoamento de ações no campo da cultura então, há nesse processo um percurso no campo da cultura que precisamos descobrir e verificar como se traduz na atualidade.

Partimos para a quarta fase que foi o *Desenvolvimento de um plano de ação* (construção do projeto TACCC Tá São Bartolomeu); Quinta fase a *Implementação do plano de ação*, traduzido em diversos encontros semanais e realização das duas Tendas de Arte, Comunicação, Ciência e Cidadania Do Parque São Bartolomeu. Na sexta fase fizemos a *Coleta de dados para avaliação dos efeitos da implementação do plano* com entrevistas semi-estruturadas e memória dos produtos da ação. A sétima fase, *Avaliação do plano de intervenção* foi a análise realizada com as lideranças locais e membros do coletivo de jovens que participaram das atividades. Ao final fizemos a *Comunicação dos resultados* com a produção de trabalho científico, em formato de artigo para apresentação em seminários durante o ano de 2013.

Desde o início de formação do grupo já tínhamos identificado o problema de leitura e escrita, ao ponto do professor Eduardo Nunes propor atividades de leitura e discussão de textos, enfatizando a produção luso-brasileira. Infelizmente, com as diversas atribuições que passou a desempenhar na Universidade, ora como vice-coordenador do PPGEduC e posteriormente como Coordenador do Programa, suas idas foram interrompidas, resultando na diminuição das práticas de leitura e escrita.

Na criação das peças, acompanhamos a escrita dos releases, sugerimos correções textuais, mas faltava um trabalho específico, voltado para a prática da leitura e escrita, de forma lúdica e com metodologias atraentes, tal qual propunha o professor Eduardo.

Após os dois eventos, interrompemos o ciclo de trabalhos com o CPAS para realizar outras atividades de qualificação, agora voltados especificamente para as lideranças dos grupos culturais que estavam em contato com o MCPS. Demos início a um ciclo de formação em elaboração de projetos culturais, com o intuito de adquirir recursos que sustentassem as ações.

Essa dimensão econômica nos levou a tentar qualificar as lideranças para buscar recursos no Estado através dos editais disponíveis. Fizemos reuniões semanais e buscamos desenhar alguns projetos. Primeiramente foi realizado um diagnóstico e identificamos as aspirações pessoais, exercitando a construção de projetos individuais. No segundo momento, começamos a desenhar um único projeto. Ao final, me debrucei, juntamente com Raimilton Carvalho na construção do Projeto Tecendo a Rede de Cultura do Subúrbio, um projeto estratégico que iria concorrer ao Edital do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, vinculado a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT.

É válido salientar que as atividades das TACCC TÁ não contaram com apoio financeiro e não tinham como finalidade a introdução dos jovens no mercado de trabalho, mas a sensibilização destes nos processos de participação e mobilização da cultura local. Esses condicionantes econômicos em um território onde há dificuldades de acesso aos recursos mínimos para a sobrevivência potencializam a introdução dos jovens cedo no mercado de trabalho, ou ainda, na ausência de oportunidade de trabalho formal o desvio e entrada em ações transgressoras (ESPINHEIRA, 2008), e aparecem como fatores relevantes para a avaliação das ações de mobilização cultural, tais quais são propostas.

CAPITULO V – 2º CICLO DE PESQUISA-AÇÃO: PROJETO TECENDO A REDE DE CULTURA

A pesquisa-ação é cíclica: as fases finais são usadas para aprimorar os resultados das fases anteriores.
(ENGEL, 2000, p.185)

O Projeto Tecendo a Rede de Cultura foi apoiado pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia, e tem como característica o início do segundo ciclo da pesquisa-ação, uma etapa mais avançada da pesquisa, onde os problemas diagnosticados durante a fase anterior serviram como referências para a busca de novos objetivos. Ampliamos o número de sujeitos envolvidos fazendo com que as ações da pesquisa tivessem maior capilaridade na comunidade e no contexto político e social do território do entorno do Parque São Bartolomeu.

Nas fases preliminares, através de entrevistas com as lideranças do MCPS e dos grupos culturais, observamos como problemas a ausência de capacitação em captação de recursos para a manutenção de suas atividades, desconhecimento técnico na aplicabilidade das novas tecnologias para a comunicação dos seus trabalhos, falta de qualificação nas linguagens artísticas. Concluímos que os grupos culturais nos seus processos formativos se organizavam através das vontades e desejos individuais de pessoas que tiveram poucas experiências técnicas de captação de recursos, de gestão da comunicação e de qualificação no campo da arte.

Desenvolvemos então o plano de ação que foi a construção do Projeto Tecendo a Rede de Cultura, para concorrer ao edital número 02 do ano de 2012, promovido pelo Fundo de Cultura da Bahia⁷⁹. Concorremos na área Projetos Estratégicos em Cultura, onde eram destinados recursos de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). O projeto foi aprovado em terceiro lugar entre sete selecionados, com recursos de R\$ 246.618,40 (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta centavos). Esses

⁷⁹ A lei Nº 9.431 de 11 de fevereiro de 2005, do Estado da Bahia, institui o Fundo de Cultura da Bahia “com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural baiana, custeando total ou parcialmente projetos estritamente culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.”

recursos foram utilizados durante o ano de 2013 para implementar o plano de ação.

A proposta foi dar apoio a dezesseis grupos culturais da região através de capacitação técnica, aporte de materiais e, sobretudo, capacitação em gestão cultural. Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades previstas no projeto: (01) curso de formação de Mobilizadores Culturais; (02) Cortejos Performativos em comemoração a datas históricas; (02) Seminários; (16) Oficinas de Arte-Educação em Escolas Públicas e associações.

Alguns grupos culturais que participaram desse ciclo também participaram das TACCC Tá São Bartolomeu, porém a maioria, foram novos grupos, recrutados pelo MCPS. Foram chamados grupos que já haviam realizado atividades em parceria com a instituição, mas que estavam com os laços reduzidos. Um dos motivos de afastamento dos grupos era a ausência de recursos destinados a processos formativos como existiu no passado através do projeto “Arte, cultura e paz” financiado pela PETROBRAS no início de vida da instituição. O perfil desses grupos culturais é a produção de artesanato, prática da capoeira, percussão, poesia, inclusão digital, dança, teatro de rua e teatro de bonecos. Seus componentes são crianças e jovens que moram no Subúrbio Ferroviário e estudam nas escolas públicas do território.

O “Tecendo a Rede de Cultura”, cumpria a função de religar os grupos culturais à rede do MCPS e construir novos elos. Com as atividades do projeto, fortalecemos e agregamos artistas e grupos culturais que atuam no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador e potencializamos as manifestações artístico-culturais da região, bem como as ações em prol da redução da intolerância religiosa, das desigualdades raciais, ampliação do debate sobre a violência e da acessibilidade aos bens culturais. Além disso, houve o envolvimento da juventude nos processos formativos fortalecendo os processos educativos no campo social, integrando cultura e educação.

5.1 Descrição das etapas iniciais realizadas do projeto

Compreendendo a complexidade das ações que envolviam a realização do projeto, demos início a uma série de reuniões com os grupos

culturais que estavam em contato com o MCPS, fazendo apresentação do *Tecendo a Rede de Cultura*, tirando dúvidas dos representantes, demonstrando a importância do projeto para o desenvolvimento individual e coletivo. Em seguida marcamos a data seleção e demos início às inscrições.

A primeira etapa foi a contratação da equipe de gestão do Projeto (coordenador e técnicos). Etapa realizada pela coordenação do MCPS que contratou a equipe de trabalho, a partir das experiências desenvolvidas por integrantes da sua rede de relacionamento. Um coordenador do projeto, um assessor psicossocial, um assessor pedagógico, assessor contábil, uma secretária e uma estagiária. Duas integrantes das atividades realizadas no projeto TACCC TÁ São Bartolomeu foram contratadas, uma como estagiária e outra como secretária do projeto. A coordenadora, Sandra Cerqueira, faz parte dos grupos culturais da rede e é diretora do grupo “100 Por Cento Afro Indígena” que realiza espetáculos de dança, teatro e música.

Fizemos uma reunião de nivelamento entre a coordenação do MCPS e equipe de gestão do projeto. Embora os profissionais da equipe do MCPS tenham participado da elaboração da proposta, reiteramos a necessidade de estreitar as informações e ajustar as estratégias de inicialização das ações.

Na etapa seguinte realizamos a seleção de grupos que atendiam o perfil exigido pelo projeto. Esta etapa foi uma das mais importantes, pois os grupos culturais eram elementos chaves na execução das ações. Buscamos selecionar 03 grupos de capoeira, 03 de teatro, 03 de dança, 03 de música, 01 de poesia, 01 artes visuais e plásticas, 01 artesanato, 01 cultura digital. Como ferramentas de seleção, construímos fichas de inscrição, solicitamos portfólio, fizemos entrevistas e visitamos as atividades dos grupos. Fizemos uma reunião com a comunidade escolar para apresentação da proposta para as escolas da rede pública e solicitamos colaboração nas atividades do projeto.

Em abril de 2013 iniciamos a aplicação de técnicas de oratória, prática intensiva de redação, técnicas de plano de organização pessoal e exercício para reflexão sobre os projetos de vida dos integrantes dos grupos culturais. Essas atividades foram desenvolvidas pela assessoria psicossocial que objetivaram traçar um perfil do público atendido. As atividades também

visavam estimular a participação do grupo em processos que contribuíssem para o crescimento pessoal e político.

5.1.1 Curso de Mobilizadores Culturais

A proposta contemplou a qualificação de 30 jovens e adultos, com cursos no campo da Gestão Cultural que orientaram o grupo de trabalho na produção de atividades em locais públicos, tais como: Centro Cultural Plataforma, Parque São Bartolomeu e Escolas Públicas. Proporcionando aos jovens e adultos, experiências e práticas nas áreas temáticas com foco na produção cultural, comunicação social, artes, solidariedade, cooperativismo e articulação de redes.

O curso de formação de Mobilizadores Culturais teve carga horária um total de 240 horas distribuídas em módulos interdisciplinares conforme veremos a seguir:

Módulo sujeito transformador sociocultural

Este módulo foi pensado pelas lideranças do MCPS para dar início ao processo de formação, encorajando os participantes a refletirem sobre suas práticas no território. A noção de sujeito desenvolvida pelos educadores partia de uma compreensão existencialista – o humano é visto como sujeito de múltiplas faces, sujeito moderno, detentor de raízes históricas que vive num contexto social e é atravessado pelas diversas fontes de cultura, mas tem morada num território com aparelhos urbanísticos e se autoafetam no meio ambiente. É um sujeito transformador, munido de ações que fazem a política do cotidiano, por isso, sujeito reflexivo que interage e é munido de poder. Trata-se de uma abordagem filosófica, histórico-social e existencial do ser humano, que busca um olhar crítico do papel de cada sujeito no processo de transformação de uma determinada realidade. O objetivo deste módulo era a intervenção qualificada das lideranças no âmbito pessoal, familiar, comunitário, sociocultural e político.

Módulo equidades e desenvolvimento humano, político e sociocultural

Este módulo, também foi pensado pelas lideranças do MCPS e discutiu os temas raça/etnia, gênero, seguridade social, juventude e popularização do direito. A proposta foi realizar um debate aberto com múltiplos conteúdos, gerando reflexões sobre as instituições públicas e movimentos sociais e o papel que assumem na promoção de políticas e ações culturais em combate ao preconceito e a submissão de populações tradicionais ao racismo ambiental. Outras questões debatidas foram: noções de democracia, cidadania, representação social; acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais; direitos humanos; uso dos equipamentos e espaços públicos da cidade.

Nas questões de Gênero, fizemos crítica e reflexão sob os movimentos feministas; construção da desigualdade de gênero e representações; violência doméstica; políticas sociais; orientação afetiva e sexual. Pensando a adolescência e cultura, discutimos sobre os programas e políticas no campo da cultura para a juventude; a realidade local das crianças e jovens das periferias; as opções de lazer, educação, moradia, trabalho e renda; os programas sociais; o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Um verdadeiro guarda chuva de debates que teve como objetivo fazer uma reflexão crítica sobre política, direitos humanos, juventude e sexualidade. A metodologia utilizada contemplava exposições com material multimídia e debates abertos. Para nós era importante que os grupos culturais e a juventude relacionassem os conteúdos às atividades que desenvolviam em suas comunidades. Com essa metodologia, foram utilizados textos que debatiam conceitos de raça e etnia para leitura coletiva e nas atividades de redação. Assim como observamos nas atividades do TACCC Tá São Bartolomeu, percebemos que o grupo tinha dificuldade com a leitura e escrita, e passamos a realizar um trabalho mais específico de leitura, interpretação e produção textual, para minimizar as dificuldades de participação oral nos debates e exposição das atividades produzidas em classe.

Desenvolvemos leituras críticas sobre a importância das ONGs e movimentos sociais nos processos políticos reivindicatórios e de transformação social. Cantos coletivos no ritmo do rap davam o traço lúdico pedagógico.

Módulo educação ambiental e gestão compartilhada do território

Diálogos sobre o meio ambiente e relatos das experiências vividas no território do Subúrbio Ferroviário de Salvador, assim como, discussões sobre a acessibilidade e as desigualdades sociais na cidade serviam como motivo para abordagem de conteúdos. O objetivo era gerar conhecimentos a partir dos processos históricos vivenciados pelos educandos, e ter um olhar crítico sobre os aspectos de urbanização e ocupação do território e a relação política de uso do espaço.

O histórico das políticas ambientais no Brasil e no mundo; relação entre política, território e meio ambiente; elementos tóxicos, poluição; educação e desenvolvimento sustentável foram algumas das temáticas abordadas neste módulo.

Módulos mídia, comunicação e produção audiovisual e mobilização cultural

Estes módulos analisaram sites, filmes, programas televisivos, matérias de jornais e promoveram atividades práticas nos campos da comunicação e produção cultural. Nos conteúdos, abordamos o papel dos meios de comunicação na formação de identidades; estereótipos; representações; internet; mídias alternativas (jornais, boletins, rádios comunitárias como instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais); relatórios; atas; ofícios; escrita e leitura. Nosso objetivo era gerar a utilização dos instrumentos comunicativos impressos, redes sociais e mídias para ampliar a reflexão sobre os meios de comunicação (produção, monopólios, corporações) e sua influência na organização dos indivíduos e dos movimentos sociais.

Foram cinco oficinas temáticas, cada uma de 15 horas e um total de 75 horas de aulas presenciais. Entre elas a oficina de novas tecnologias que debateu conceitos e promoveu reflexões sobre os meios de comunicação de massa, a manipulação de softwares e aparelhos para a comunicação social com ênfase em autoria. Nas ações práticas utilizamos aparelhos celulares para produzir fotos e explicamos como manipular, editar e promover seus trabalhos. Cada dia de atividade produzimos novas fotos, vídeos e áudios e publicamos nas redes sociais.

Nessas atividades foram construídas noções de roteiro e planejamento. Trabalho em grupo com divisão de tarefas (grupo de produção e ambiente, grupo de elaboração de perguntas e entrevista, grupo de fotos e audiovisual), desta forma as aulas se tornavam práticas e interativas. Como produtos, foram elaborados vídeos com roteiro livre.

A oficina de assessoria de imprensa, foi o momento em que exercitamos leituras em grupo, introduzimos noções de Comunicação Social, como por exemplo, a construção de releases para a promoção de eventos. Ao final produzimos peças de comunicação para o Projeto Tecendo a Rede de Cultura, enfatizando o cortejo do dia 24 de agosto de 2013.

O cineclubismo, uma das ações mais importantes desta fase do projeto, utilizou diversos espaços públicos do entorno do Parque São Bartolomeu para a difusão da arte do cinema. Fizemos inicialmente uma exibição de alguns filmes em curta-metragem no Centro Cultural de Plataforma, entre eles “Seu Cabelo⁸⁰” da produtora Diário Preto, dirigido por Jairo Pereira, um filme que demonstra a beleza de ser mulher negra e compor com o seu cabelo diversas formas e penteados que a deixam sempre bonita. O enredo fez muito sucesso e contribuiu para elevação da autoestima e a valorização das mulheres, em sua maioria, negras, que cursavam as oficinas. Após cada sessão eram realizadas calorosas discussões e análises filmicas. Para as atividades de cineclubismo, explicamos como é necessário planejar e criar um roteiro para exibição e debate com o público. Dosando prática e teoria, contextualizamos a história, como e onde surgiu a ideia do cineclube.

⁸⁰ Disponível em < <http://www.youtube.com/watch?v=I7ZtboC3aW8>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2014.

Montamos uma votação para a escolha do nome do nosso cineclube e novamente aparece a história do Parque São Bartolomeu como referência nestes nomes votados: “movimento e urubu”, “rato de laje”, “urubu em movimento”, “cine cultural MCPS” e “Urubucine”. O nome mais votado foi Urubucine, em seguida os educandos votaram o tipo de público que iria assistir ao filme, por ultimo os nomes dos filmes. Para a primeira exibição foram escolhidos os filmes “Seu Cabelo” e “Vista minha pele”. Este ultimo filme foi dirigido por Joel Zito Araújo que faz a inversão de racismo nas relações sociais, onde as pessoas negras ocupam todos os papéis importantes na mídia e são modelos de beleza.

Houve fortes debates sobre os filmes selecionados, contribuindo para a geração de novos conhecimentos sobre a questão racial. Durante todos os debates pontuamos a importância de se estabelecer pensamentos críticos. A oficina de cineclube foi concluída no dia 04 de setembro de 2013, com a exibição de filmes para a comunidade. Havia pessoas de várias idades e em sua maioria crianças que abrilhantaram a tarde comendo pipocas e doces. Os alimentos eram servidos pelos educandos com recursos captados através de apoio de comerciantes locais.

Já a oficina de planejamento em produção cultural deu ênfase às práticas de divulgação de eventos e apresentações artísticas, além estimular a escrita de projetos de produção cultural definindo as etapas de planejamento. Em paralelo eram elaboradas propostas de projetos para editais abertos no campo da cultura. Na tentativa de facilitar a criação de novos projetos fizemos a análise de conteúdos didáticos (manuais e informativos para preenchimento de formulários de projetos), além da leitura de projetos já construídos e executados.

Cada grupo cultural teve que escrever a apresentação de um projeto desenvolvido na(s) comunidade(s) onde vivem. Ao final, foram produzidos pré-projetos com cinco grupos, os projetos concluídos foram remetidos a CESE em busca de apoio e a Fundação Gregório de Matos, nesta ultima, concorrendo a um edital aberto no campo da cultura. O projeto remetido a Fundação Gregório de Matos foi habilitado, porém ficou como suplente em oitavo lugar na classificação.

Outras oficinas desses módulos (mídia, comunicação, produção audiovisual e mobilização cultural) foram a de planejamento e comunicação que desenvolveu uma série de produtos utilizados na divulgação do projeto Tecendo a Rede de Cultura, entre eles: banner, vinheta, folder e cartas convite. Por fim, realizamos a oficina de captação de recursos, momento que demonstramos como trabalhar com planilhas eletrônicas e produzir orçamentos para diferentes editais. Fizemos análise dos formulários de editais da FUNCEB - Fundação de Cultura do Estado da Bahia e comparamos com os formulários da Fundação Gregório de Matos. Percebemos que, apesar das diferenças de formatação, os conteúdos solicitados são os mesmos (justificativa, objetivos, metodologia, público alvo, histórico, dentre outros).

Módulo cultura e arte-educação

No módulo cultura e arte-educação fornecemos três oficinas, uma de música com ênfase em percussão; teatro e circo. Nosso objetivo foi qualificar os grupos culturais, além de oferecer o contato com novas atividades.

Na oficina de música fizemos intercâmbio com a comunidade do Candeal Pequeno localizada no Bairro de Brotas em Salvador. Durante a visita percebemos que os mesmos trabalhos de arte-educação e cultura desenvolvidos no Subúrbio Ferroviário de Salvador eram praticados no Candeal. O grupo conheceu o estúdio de música e as estruturas da ONG Lactomia de Ação Social dirigida pelo educador Jair Rezende, além de tocar junto com jovens da comunidade os ritmos do Samba Reggae, Maracatu e Xote. Os adolescentes do Candeal também visitaram o Subúrbio e tocaram no cortejo realizado em comemoração ao dia de São Bartolomeu.

Na oficina de teatro realizamos atividades de preparação do corpo, da voz e introdução ao teatro. Essas atividades exercitaram a concentração e criatividade, com dinâmicas que envolveram imaginação, musicalidade e trabalhos em grupo. Esquetes começaram a serem montadas e ao longo do trabalho percebemos o desenvolvimento e a elevação da autoestima do grupo, com aumento na participação e expressividade.

A oficina mais desejada foi a de circo, afinal de contas quem não desejaria contracenar num picadeiro de circo? O Picolino, circo situado no bairro de Pituáçu, parte nobre da orla de Salvador e espaço que os jovens nunca haviam visitado, fez parceria com o projeto e ministrou aulas durante cinco encontros. Saímos do espaço fechado da sala de aula, para a lona do circo e o aprendizado envolvia exercícios de alongamento, malabares, corda bamba e monociclo. Aprender com o outro também fazia parte do desafio; os jovens precisavam respeitar os limites do próprio corpo e aprender a lidar com os limites do corpo do outro. Ao final, montaram uma mostra com apresentação de malabares, corda bamba, construção da pirâmide humana, rendendo muitos saltos e sorrisos.

5.1.2 Seminários

Além do curso de Mobilizadores Culturais o projeto Tecendo a Rede de Cultura produziu dois seminários com a finalidade de estabelecer espaços de diálogo entre a sociedade civil e o poder público. O primeiro seminário aconteceu no Centro Cultural de Plataforma, em junho de 2013 e discutiu a gestão compartilhada do território do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Na pré-produção compomos equipes que se articulavam cooperativamente envolvendo os integrantes do curso de mobilizadores culturais e os gestores do MCPS. Convidamos diversos representantes de instituições religiosas ligadas ao candomblé, igrejas evangélicas e outras religiões, além de grupos culturais e associações de localidades distintas. Grupos artísticos da rede de associações fizeram apresentações de teatro, música e dança.

O grupo de teatro de bonecos, Mamulengo da Bahia, com sede na comunidade de São Tomé de Paripe realizou a abertura com espetáculo. Na mesa João Reis Cruz (representante da sociedade civil); Jucelha Barbosa (Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA da Península de Itapajipe); Sandro Magalhães (Secretaria de Cultura da Bahia – SECULT). O seminário teve como principal objetivo estimular o debate com o poder público sobre a participação da sociedade civil nos espaços de gestão dos equipamentos culturais existentes no território.

O segundo seminário teve como título “Parque São Bartolomeu: Um cenário de Luta e Resistência Negra”. Realizado nos dias 05 e 06 de dezembro, no auditório do Colégio Estadual de Praia Grande teve uma vasta programação. O MCPS fez uma explanação do histórico de suas ações para a defesa e a preservação do Parque São Bartolomeu abrindo as discussões da mesa. As falas foram organizadas nos seguintes eixos: “Quilombos Urbanos: Expansão e Emancipação Política”, apresentado pela Fundação Palmares representada por Fábio Santana; “Práticas Religiosas e o Parque São Bartolomeu: a diferença entre a religião e a Cultura Afro”, debatido pela Rede Religiosa de Matriz Africana do Subúrbio Ferroviário – RREMAS representado por Valdo Lumumba; “Parque São Bartolomeu: Gestão e Despoluição”, ficou sobre a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER representada por Regina Luz; “Estratégias para o Fortalecimento da Cultura no Parque São Bartolomeu”, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT representada por Jeane Costa; “Apoio a projetos e cultura nos territórios de periferia”, PETROBRAS representada por Adoniran Costa; “O papel sócio-cultural do Centro Cultural Plataforma”, Ana Vaneska coordenadora do Centro Cultural Plataforma.

Em 06 de dezembro a mesa foi aberta com o tema “Políticas Públicas Raciais: Limites e Possibilidades” tendo como debatedor Raimilton Carvalho (MCPS). Repetindo a metodologia do dia anterior, foram organizados eixos temáticos por debatedores: “Estratégias, avanços e desafios no combate ao preconceito, racismo e exclusão social”, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPRMI, representada por Elias Sampaio; “Direitos Humanos no contexto das mídias”, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH representada por Soraia Melo; “Políticas de cotas raciais: conquistas e desafios” – foi debatido pelo Deputado Luís Alberto; “Genocídio da juventude Negra” – Sociedade Civil com fala de Mãe Val do Afoxé Filhos de Ogun de Ronda.

Houve apresentação do Grupo Afoxé Filhos de Ogun de Ronda, cujo repertório musical trata de temas que contam a formação do Subúrbio Ferroviário de Salvador. O Afoxé comandado por Mãe Val, Mobilizadora

Cultural local, uma das primeiras protagonistas de ações em prol da juventude, dos direitos humanos e ativista local cantou músicas autorais. Mãe Val passou de feirante a advogada numa busca incessante por justiça contra a criminalidade e violência policial que resultou na morte de um dos seus filhos. Em uma de suas falas deixou bem claro que os poderes deveriam estar sentados na plateia para aprender como se faz mobilização comunitária, cultura e desenvolvimento social. Segundo Mãe Val quem carrega o Estado é a população das periferias e nela há uma série de manifestações e atores que suprem a ausência de recursos e criam novas possibilidades frente a políticas públicas escassas e pouco eficientes.

Uma das atividades marcantes do seminário foi a apresentação do grupo “100 por cento afro indígena” que mesclou música, teatro e dança num espetáculo que demonstrava a espetacularização da violência no Subúrbio Ferroviário de Salvador vista nos meios de comunicação de massa (jornal impresso; rádio e Tv), contrastando com a relevante história do Quilombo dos Urubus que consagrou a heroína negra Zeferina e do nascimento de novos atores sociais que resistem e realizam criativamente processos de transformação social através da arte, fortalecendo o modo *Ser Favela* com dignidade, força e encorajamento.

5.1.3 Cortejos

No dia de São Bartolomeu fizemos o 1ª cortejo do projeto Tecendo a Rede de Cultura dando maior visibilidade a ações do MCPS e fomentando a participação e engajamento das organizações em prol da defesa e revitalização do Parque São Bartolomeu. O cortejo de 24 de agosto de 2013 demonstrou a face em que a cultura vence, educa e possibilita a paz, liberdade e o convívio.

Naquele dia as ruas do Subúrbio foram nossas, desfilamos na comunidade e demonstramos o nosso potencial de agregar mais de mil e quinhentas pessoas em filarmônicas, capoeira, dançarinas, percussionistas ao som do trio elétrico, reafirmamos nossa existência e as nossas potencialidades. Reafirmamos o nosso ser favela, que é um ser lindo, ser de

força e de luz. Reafirmamos o que desejamos: um Estado que nos dê tudo o que merecemos: a dignidade dos bons serviços públicos, as vias públicas equipadas com aparelhos de lazer, os postos de saúde aparelhados material e humanamente, uma polícia que respeite os nossos direitos, um Parque São Bartolomeu acessível e despoluído.

Qual o dia em que o Subúrbio Ferroviário de Salvador parou para sorrir? Uma pergunta difícil de fazer quando as grandes mídias⁸¹, os telejornais, só mostram a realidade de sofrimento e violência e transforma a realidade do Subúrbio e das periferias como um espaço onde não há vida alegre e muito menos paixões pulsantes de vida e de cultura. Mas todos os dias crianças, velhos e adultos exibem os seus grandes sorrisos, vivem amores e fantasias, realizam emocionadas e sensíveis peripécias, desdobrando produtos artísticos bem acabados, experimentais e outras performances despretensiosamente.

A violência existe, é dura, cruel e destrói a vida de milhares de jovens. O maior genocídio a população negra na capital baiana, acontece nas periferias⁸². Mas há outro lado dessa história que precisa ser contado, inclusive para aumentar a autoestima da população e estimular a juventude na participação de atividades artísticas e culturais. No Subúrbio Ferroviário de Salvador há uma profusão de grupos culturais de dança, capoeira, teatro, música dos mais variados estilos e formas de organização.

Batizamos o cortejo de Omi Ayê, palavras em Yorubá que significa águas da terra, um cortejo abençoado pelas águas das chuvas e agraciado por uma comunidade alegre. Ficamos juntos contagiados de felicidade desde que saímos da entrada do Parque São Bartolomeu e contornamos a comunidade até a Avenida Afrânio Peixoto⁸³, onde encontramos centenas de outros expectadores e ali dançamos e cultuamos a nossa cultura negra.

O cortejo Omi Ayê foi um traço do nosso largo sorriso! Os mobilizadores culturais associaram prática às atividades teóricas e foram

⁸¹ Ver relatório “A construção da violência na televisão da Bahia”, disponível em < <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/documento/a-construcao-da-violencia-na-televisao-da-bahia>> Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

⁸² Segundo as pesquisas do Movimento Mães de Maio o Brasil é campeão mundial em homicídios. “Em cada três assassinatos, ao longo do decênio de 1998 a 2008, dois foram assassinatos de negr@s, sendo a esmagadora maioria de jovens pobres, do sexo masculino”. (A periferia grita - Movimento Mães de Maio, 2012, p 299).

⁸³ Principal via que liga o Subúrbio Ferroviário de Salvador ao centro da cidade.

responsáveis por todas as fases de organização do evento com o apoio das lideranças do MCPS e de organizações parceiras. Escolas, ONGS e associações de bairro e a comunidade do entorno foi mobilizada.

Nas práticas educativas do MCPS é muito comum as lideranças relembrem o Quilombo dos Urubus como estrutura de resistência, falam da Mata do Urubu que está situada dentro do Parque São Bartolomeu. Isso foi visto também, durante todo o desfile, quando no trio elétrico conclamavam essa história. Contavam pela oralidade a guerra travada por Zeferina que lutava para manter livres os negros. Segundo as lideranças o parque é um importante espaço de preservação ambiental e guarda as simbologias da religião ancestral africana em suas árvores, águas e matas. No início, se instalaram os primeiros índios Tupinambás e depois centenas de quilombolas, negros fugitivos da escravidão; também foi local da decisiva Batalha de Pirajá, onde se definiu a independência da Bahia.

O segundo cortejo foi batizado como “10ª Marcha Zéferina – Morrer Pela Liberdade É Uma Vida Eterna”. O evento aconteceu no dia 20 de novembro de 2013, e foi precedido de encontros semanais durante dois meses. No decorrer dessas reuniões fizemos a distribuição das tarefas: um grupo de pessoas ficou responsável por entrevistar a comunidade e os participantes do desfile; outros se organizaram em comissões de transporte, lanche, água, comunicação e marketing, ornamentação, recepção, mobilização e articulação.

A marcha reiterou a força cultural do Subúrbio, com grupos de dança, capoeira, teatro, música dos mais variados estilos e formas de organização. Em entrevista Sandra Cerqueira, coordenadora do projeto Tecendo a Rede de Cultura, comenta: “anualmente o MCPS realiza a Marcha do 20 de Novembro, lembrando a importância da luta dos negros para a liberdade, por isso, sempre lembramos do Quilombos dos Urubus que foi liderada por uma guerreira Chamada Zeferina, que lutou com arco e flecha pela liberdade do seu povo. Hoje a batalha continua e o povo negro luta por uma equidade social já que a população afrodescendente sempre foi excluída. A 10ª Marcha mostrou o quanto esta manifestação serviu para unir grupos culturais,

artistas, sociedade civil, comunidade, escolas, dentre outros, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.”

O evento deu publicidade ao Tecendo a Rede de Cultura na mídia local, sendo publicadas matérias no “Jornal É Massa”, página virtual do portal “Correio Nagô”, “Rádio Educadora FM”, entre outros meios de comunicação e redes sociais.

5.1.4 Oficinas nas escolas e instituições

As oficinas em escolas públicas representaram o elo entre as práticas de educação no campo social, realizadas através dos grupos culturais e a escola. Como desdobramento do curso de mobilizadores culturais, dezesseis escolas e instituições receberam oficinas fornecidas pelos representantes dos grupos. O objetivo foi ampliar a permanência dos estudantes na escola com atividades lúdico pedagógicas e explorar novos processos de construção

Oficina	Responsável	Grupo Cultural/Associação	Oficina	Escola/Instituição	Bairro/Comunidade
1	Adrielle de Jesus	Jovens do MCPS	Cineclube	1° de Maio/Cluberê	Comunidades do Entorno do Parque
2	Rosa Leite	Cooperativa de Serviços e Produtos Plataforma - COOPSERP	Artesanato	Associação Mulher/Centro Espírita	Rua dos Ferroviários
3	Alessandro	Onça Preta	Capoeira	Escola Comunitária Beija Flor	Rio Sena
4	Alin Gonçalves	100% Afro Indígena	Percussão	Associação de Moradores Conjunto Nova Primavera	Conjunto Nova Primavera
5	Nausina	Herdeiro de Angola	Poesia	Escolas Ivone Vieira Lim e Luis Rogério de Souza	Planalto Real
6	Alison	MCPS	Inclusão Digital para Mulheres	Centro Digital Usina de Capacitação / Ponto de Cultura (MCPS)	São Bartolomeu
7	Jurandir	Arca de Olorum	Percussão	Escola Comunitária Lírio Verde	Rio Sena
8	Quely e Ítala	Renascer Dance	Dança	Escola Municipal São Roque	Lobato
9	Felipe e Karina	Bahia Ginga	Capoeira	Escola Municipal Tenente Almir	Lobato
10	Aljamile	Grupo Siloé	Teatro	Escola Municipal Eufrosina Miranda	Lobato
11	Aline	Face Oculta	Teatro	Escola Municipal Geraldo Bispo	Boiadeiro
12	Junior	Jacobina Arte	Capoeira	Escola Municipal Letícia Lemos	Pirajá
13	Natan	Grupo Mamulengo da Bahia	Teatro de Bonecos	Colégio Estadual João Caribé	São Tomé de Paripe
14	Gabriel	Grupo E² (E ao Quadrado)	Percussão	Escola Municipal Bela Vista do Lobato	Alto do Cabrito
15	Gisele	Grupo Arte de Dançar	Dança	Colégio Estadual Carlos Santana	Nordeste de Amaralina
16	Camila	Filhos de Ogun de Ronda	Dança	Escola Municipal Francisca Sande	Auto de Coutos

Ao final tivemos uma grande mostra realizada no espaço do Bloco Carnavalesco Araketu, localizado no bairro de Periperi, com exibição dos resultados das oficinas no dia 08 de novembro. Com a presença de aproximadamente quinhentos participantes, entre familiares, educadores e grupos escolares foram apresentadas peças teatrais, espetáculos de dança, capoeira, música e houve um sarau de poesias. Crianças de 7 anos à adolescentes de 20 se reuniram para nos proporcionar a linguagem da arte e uma paisagem contextualizada da cultura local. Um momento oportuno que integrou a comunidade escolar (pais, estudantes, professores, corpos diretivos) ao projeto Tecendo a Rede de Cultura, ampliando ainda mais a função sociocultural do projeto.

Estas atividades possibilitaram o estreitamento da relação entre comunidade e a escola na construção de conhecimentos, além de alcançar quase todo o perímetro do Subúrbio Ferroviário e fazer pontes com outros bairros da periferia, como o Nordeste de Amaralina. Um acontecimento que contribuí para compreender que a atuação do MCPS é para além do território do Subúrbio, mas segue fazendo elos com outros territórios que concentram a população de baixa renda da cidade.

5.1.5 Outras atividades realizadas

Fizemos a atividade de intercâmbio, levando as lideranças dos grupos culturais do Subúrbio para o Centro da cidade. Um deslocamento para o Palácio da Aclamação para o lançamento do Edital Núcleo de Formação de Agentes da Cultura da Juventude Negra – NUFAC 2013 da Fundação Palmares e participação em oficina “entendendo do NUFAC 2013” realizada pela Fundação Cultural Palmares em parceria com o Ministério da Cultura - MINC. A atividade foi no dia 17 de julho de 2013 e contou com a participação da Ministra da Cultura – Marta Suplicy. Acreditamos que esse intercâmbio, embora acontecido num momento em que os grupos ainda estavam iniciando o curso de mobilizadores culturais, abriu novas perspectivas para o entendimento das políticas públicas implantadas pelo Estado.

Essas políticas destinam recursos através de editais públicos e os grupos culturais/comunidades de periferia têm pouco conhecimento técnico (linguagem, gramática, matemática) o que inviabiliza a participação massiva da população nos processos de captação de recursos. Para ampliar o acesso aos recursos e possibilitar ações mais autônomas e criativas é necessário investimento nas organizações e instituições de base comunitária, qualificando e gerando conhecimentos para a gestão participativa.

Outra experiência de intercâmbio foi a articulação política e social realizada no Fórum de Conselheiros e Dirigentes Municipais de Cultura em Feira de Santana, no Centro Cultural Amélia Amorim, realizado em 8 de maio 2013. Para o evento, o projeto Tecendo a Rede de Cultura enviou a estagiária Carolina Lopes e a Coordenadora Geral, Sandra Cerqueira que relata a experiência:

“O fórum teve início com os credenciamentos logo depois o Poder Público iniciou a fala representando a SECULT e o novo modelo de trabalho de cultura. Falou um sobre diversidade e economia; as participações das ONGs no Conselho de Cultura como estratégia de fortalecimento de vínculos. O destaque foram as informações da V Conferência Estadual de Cultura, momento em que as ONGs precisam estar mais presentes nas ações. O discurso da SECULT coloca a cultura como modo de desenvolvimento itinerante, por isso é importante que as ONGs se cadastrem no portal do Conselho de Cultura ou acessem conselho.cultura.ba.gov.br.

No segundo momento foi aberto o debate e as apresentações dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia. Como nossa intenção era articular, conversamos com os dirigentes e representantes de cultura do território de Salvador. Apresentamos o MCPS e ficamos com a pendência de mandar o portfólio e fotos das ações desenvolvidas.

Depois de toda articulação feita, percebo que todo esforço para está neste espaço é extremamente pertinente porque é nesse espaço que podemos dar visibilidade ao nosso trabalho e firmar muitas parcerias.

Neste depoimento podemos perceber o quão importante se torna a participação nos Conselhos e reuniões que tratem da política de cultura, pois são espaços de poder. Espaços onde circulam as informações, onde o Estado tenta enraizar políticas e ouvir o público. Óbvio que se formos analisar de acordo com o pensamento de Giddens (1991), que demonstra o uso de fichas simbólicas e a organização do sistema de perito, os Conselhos podem não ser necessariamente populares nem participativos, pois neles circulam intelectuais, partidários e empresários, somado aos poucos representantes

comunitários que conseguem compreender a arena política armada. Caso os intelectuais, empresários e lideranças partidárias sejam preponderantes, as falas do povo e das organizações efetivamente populares terão pouca representatividade. No caso específico dos dirigentes de cultura e dos componentes do conselho, precisaríamos saber quem é quem. Qual segmento que apoia? Se as políticas implantadas são efetivamente para e com o povo.

A finalização do Projeto Tecendo a Rede de Cultura culminou em apresentações artísticas com entrega dos certificados para os Educadores dos grupos culturais que forneceram oficinas nas escolas e para os Mobilizadores Culturais qualificados durante o processo. O evento aconteceu no dia 24 de janeiro de 2014, com a participação de aproximadamente 100 pessoas.

5.2 Avaliação das ações do projeto tecendo a rede de cultura

As atividades em datas comemorativas se deram através de dois cortejos que agregaram milhares de pessoas do Subúrbio Ferroviário de Salvador. A participação de filarmônicas, palhaços, bonecões, grupos de dança, de capoeira, percussão e escolas foram de aproximadamente 3.500 pessoas somando os dois eventos, tendo como plateia a comunidade do entorno do Parque São Bartolomeu que foi muito receptiva, expressando sentimento de felicidade. Na avenida principal do Subúrbio, tivemos o nosso maior público, os transeuntes se juntavam a nós e cobriam por quase um quilômetro a avenida. Tivemos como palco a rua, como plateia a comunidade e como espetáculo a agremiação das diversas manifestações culturais do nosso território.

Os seminários foram verdadeiras aulas abertas à comunidade, geraram conhecimento e ao longo da programação pudemos enxergar a riqueza do espaço urbano em que estamos inseridos, a sua diversidade e a capacidade de mobilização. O Parque São Bartolomeu foi reafirmado como espaço de transcendência e afirmação da luta dos povos tradicionais (negros e índios) que o utilizaram estrategicamente como refúgio e espaço de

resistência. A comunidade, apesar de sofrer os problemas socioeconômicos que atingem os direitos básicos, tais como, o direito a saúde, educação, lazer, moradia, alimentação, foi o nosso objeto de reflexão. Hasteamos como bandeira de luta a busca por maior distribuição de recursos e políticas culturais para as periferias; desburocratização na política de editais, dando maior acesso aos dividendos.

Nesta perspectiva aprofundamos o debate sobre a gestão cultural no território e observamos a necessidade de realizar ações junto aos grupos culturais que traduzam os reais interesses da comunidade. Os recursos públicos devem servir para o fortalecimento da cultura de base comunitária, fornecendo apoio financeiro, estrutural e promovendo debates que contribuam para as atividades de execução. É preciso de novos processos formativos, tendo em vista a necessidade de acesso aos recursos destinados a cultura, assim como, maior autonomia na elaboração dos projetos, evitando a intermediação de grupos e pessoas desvinculadas da comunidade na captação de recursos.

Realizamos uma memória das lideranças comunitárias que fazem a cultura no Subúrbio Ferroviário de Salvador e reafirmamos a cultura local como efetivamente de cunho popular e independente. Esse traço, que tem raiz nas lutas de afirmação da identidade e por melhores condições de vida é traduzido em criatividade e volume de grupos culturais que surgem no território, a partir de pessoas que se voluntariam a realizar ações no campo da arte em busca da transformação social. Identificamos que pequenas instituições de bairro fortalecem e mediam processos com a juventude para minimizar a violência e atuação do narcotráfico nas comunidades, além de dar outras oportunidades e caminhos a esse grupo social.

Em outra ação do projeto, o curso de mobilizadores culturais, envolveu jovens e adultos numa rotina semanal de atividades, com extensa carga horária e desenvolvimento de múltiplos conteúdos. Com uma metodologia pedagógica que teve como princípio trabalhar os conteúdos a partir das experiências dos próprios educandos, realizamos rodas de diálogos temáticas e exposições de conteúdos próprios das áreas propostas no âmbito da comunicação, arte e cultura.

Embora os recursos destinados a criação de um estúdio multimídia e formação em comunicação tenham sido retirados na aprovação do Termo de Acordo e Compromisso –TAC firmado com a Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB, o que inviabilizou ações importantes para a memória e produção autônoma de conteúdos, conseguimos minimamente dar conta de aspectos estratégicos do campo da cultura que estão implicados na comunicação. Como por exemplo, a assessoria de imprensa e a compreensão das novas tecnologias como ferramentas para a gestão da cultura no território.

O processo do curso de mobilizadores culturais permitiu que os educandos fossem colocados em situações práticas de execução e produção cultural. Um dos exemplos mais notáveis foi o cineclube, batizado como Urubucine que realizou todas as etapas de um projeto em produção cultural (planejamento; captação de recursos; publicidade; execução; apresentação; divulgação; troca de conhecimentos). Além disso, os educandos promoveram ações de produção na realização de todas as atividades do Tecendo da Rede de Cultura (seminários, cortejos, oficinas nas escolas). A associação do conhecimento prático e teórico permitiu que os grupos ganhassem mais autonomia na construção e realização de seus projetos, além de integrar, de maneira mais colaborativa a juventude em suas ações.

O cineclubismo permitiu que o projeto desenvolvesse atividades itinerantes, ampliando o número de pessoas envolvidas nas atividades lúdicas e formativas, contribuindo para práticas educativas no campo social e no ambiente escolar. Foram criados laços com a comunidade desde o momento da pré-produção das exibições, quando os comerciantes locais foram sensibilizados a fornecer apoio até o sorriso estampado das crianças que comiam pipoca e doces junto com os familiares nas sessões.

Jovens do curso de mobilizadores culturais integraram o quadro de colaboradores do MCPS, dando seguimento ao processo de formação da juventude e oportunidade de emprego e renda. Houve parceria com o Festival de Artes Cênicas na Bahia – FIAC que permitiu a ida dos mobilizadores culturais ao espaço do Teatro Solar Boa Vista, localizado em Brotas, bairro do Centro de Salvador, gerando mais uma atividade de

intercâmbio. O contexto histórico do espaço, aula de teatro, visita aos camarins e estruturas de iluminação e audiovisual fizeram parte dessa atividade. O FIAC também forneceu acesso livre ao espetáculo teatral “Entre Nós”⁸⁴ contracenado no Centro Cultural Alagados⁸⁵, localizado no bairro do Uruguai – Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Realizamos a entrega dos certificados do curso de mobilizadores culturais em janeiro de 2014 e afirmamos junto aos educandos a sua preparação para traçar caminhos no campo da cultura e fortalecer os processos de transformação social através da arte no território.

⁸⁴ “No decorrer da criação do enredo, os atores da ficção se confrontam com os seus próprios preconceitos e visões de mundo. Isso os leva a solicitar do público que decida sobre o desfecho da peça: se o casal de personagens deve ficar junto ou não. De acordo com o encenador, a importância desse trabalho é discutir o respeito às diferenças.” Disponível em: < <http://www.afbahia.com.br/?p=1926>> Acesso em 20 de fevereiro de 2014

⁸⁵ Ver blog disponível em: < <http://culturaalagados.blogspot.com.br/p/nosso-espaco.html>> Acesso em 20 de fevereiro de 2014

CAPÍTULO VI – ANÁLISE DOS CICLOS DE PESQUISA-AÇÃO E OS NOVOS DESAFIOS PARA O MCPS E REDE DE GRUPOS CULTURAIS DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR

Os grupos culturais, as suas práticas educativas e comunitárias, vêm contribuindo para a desmistificação das periferias, mostram as suas possibilidades e denunciam as políticas de exclusão social. O espaço da periferia é historicamente relegado à falta de equipamentos públicos que atendam as necessidades básicas do grande contingente populacional que aí se assenta. Os precários serviços de saúde, de educação e lazer, água e saneamento básico são frutos de escassas políticas públicas a que estão submetidas às classes populares, fenômenos que chamamos de (in)visibilidade⁸⁶ e racismo ambiental⁸⁷. Com as experiências que tivemos neste processo de pesquisa-ação compomos uma metodologia contextualizada que contribuí para o desenvolvimento comunitário e para os processos de mudança da realidade através da arte.

Após dois anos de pesquisa-ação e dois ciclos realizados – o primeiro ciclo no Projeto TACCC TÁ São Bartolomeu e o segundo no projeto Tecendo a Rede de Cultura do Subúrbio – temos resultados de duas experiências realizadas no território do Subúrbio Ferroviário de Salvador no campo da gestão cultural que servem para demonstrar a riqueza das práticas culturais da periferia. Apesar das experiências serem realizadas em uma única instituição, tomaram proporções maiores envolvendo diversos atores políticos e sociais. Na primeira experiência reunimos grupos culturais em apresentações artísticas e realizamos processos de formação e qualificação com um grupo de 10 jovens. Os produtos desse primeiro ciclo de pesquisa foram a realização de dois eventos que ocuparam o Centro Cultural Plataforma e a praça pública São Braz, em frente ao centro cultural.

⁸⁶ Sobre a relação políticas públicas e (in)visibilidade ver “Políticas públicas no Subúrbio ferroviário: (in)visibilidade na dinâmica da cidade de Salvador”, dissertação de mestrado defendida por Luiz Carlos Rocha em 2003 no PPGEduc/UNEB, disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/18070614/200113luizcarlosrocha>

⁸⁷ Sobre Racismo Ambiental ler “Racismo ambiental. I Seminário Brasileiro Sobre Racismo Ambiental” – Rio de Janeiro. Editora FASE. 2006. 334p. Sobre Racismo Ambiental ler “Racismo ambiental. I Seminário Brasileiro Sobre Racismo Ambiental” – Rio de Janeiro. Editora FASE. 2006. 334p. Sobre Racismo Ambiental ler “Racismo ambiental. I Seminário Brasileiro Sobre Racismo Ambiental” – Rio de Janeiro. Editora FASE. 2006. 334p.

Na segunda experiência foram reunidos 16 grupos culturais em 30 jovens e adultos, realizados dois cortejos com 3.500 pessoas envolvidas, dois seminários que debateram políticas públicas e temas que afetam diretamente a população do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Além dessas atividades realizamos processos de qualificação em gestão cultural envolvendo diversos profissionais qualificados nos campos da cultura e da comunicação social que teve como objetivo principal ampliar a participação dos grupos culturais e da juventude nos processos de decisão e de aplicação de políticas públicas no território do Subúrbio.

Essas duas experiências partiram de elementos observados e discutidos no processo de pesquisa, cuja dinâmica era revisada cotidianamente a partir de entrevistas, reuniões e acontecimentos. Dessa forma, a pesquisa-ação correu de forma viva, incessante e nesse processo enriquecedor realizamos juntos, de forma cooperativa mudanças nos rumos de nossas ações em busca de uma eficácia para os nossos objetivos. Nada tão positivista e pré-determinado, porém foram experiências organizadas, projetadas com linhas gerais de ações, com planejamento, cronograma de execução, seleção de conteúdos, realização de relatórios e reuniões de avaliação.

De certa forma, experiências de sucesso, pois atingiram a maturidade na concretização de ações que contribuíram para a expressão cultural e artística, dentro dos contextos históricos e vivenciais do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Também porque conseguimos atravessar a disputa por recursos públicos dentro de uma política de editais promovidos pelo Estado, política essa, que os grupos culturais, povos tradicionais e instituições de base comunitária pouco têm acesso, pois exigem uma série de documentos e conhecimentos técnicos.

Os editais são acessíveis para grupos abastados da sociedade, produtores culturais, empresários da indústria do entretenimento, intelectuais de ONG's e acadêmicos. Não obstante, o projeto Tecendo a Rede de Cultura foi construído com a expertise de quem transitou nos grupos abastados da sociedade. Afinal de contas, não posso negar a minha passagem no antro da Universidade e dentro de grandes Organizações Não-Governamentais.

Entretanto, o conhecimento foi compartilhado com a comunidade no processo de construção do próprio projeto, algo do tipo: vamos aprender fazendo juntos. Por isso, não posso negar que sem a expertise e o conhecimento das lideranças do MCPS, muito provavelmente o projeto não seria aprovado, pois eles fundamentaram e redigiram boa parte da justificativa e dos objetivos do Tecendo a Rede de Cultura. De forma que o saberes foram coadunados e equalizados em trocas.

Um dos objetivos específicos do projeto Tecendo a Rede de Cultura foi dar continuidade a esse processo de ruptura e combate às forças hegemônicas que estão instauradas no seio da nossa sociedade. Forças enraizadas nos espaços de decisão, que tentam impedir e dosar o acesso aos bens e meios de produção cultural. A cultura é vista como grande força de poder de transformação social, campo de domínio e de emancipação. Lugar de disputa por poder político, por poder econômico, por poder sobre o povo.

Dito isso, abrimos alguns tópicos de problemas para serem resolvidos pelo MCPS e rede de grupos culturais. Esses problemas interferem no desenvolvimento das ações e formam barreiras para o fortalecimento das práticas educativas no território. São análises que partiram dessa experiência de pesquisa-ação, percebidas ao longo do nosso percurso:

a) Superação da dificuldade de leitura e escrita com a qualificação continuada das lideranças e gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento sociocultural do território;

Tenho que insistir num problema crucial observado nessa experiência, há uma dificuldade de leitura e escrita vista tanto nas novas lideranças quanto nas antigas lideranças. Essa dimensão inviabiliza a construção de conteúdos necessários para a criação de projetos e na disputa de recursos, permiti o domínio de novos intelectuais, residentes fora das comunidades na gestão dos recursos destinados a cultura e aos movimentos sociais de base comunitária. As organizações populares terminam sendo instituições satélites, que recebem os projetos de instituições maiores servindo como

meras reprodutoras de ações pensadas de fora. Ações legitimadas no território na aplicação de cursos através da contratação de estagiários e educadores locais, instalação de laboratórios e outros equipamentos.

O maior problema disso é a supremacia de determinados grupos e organizações no território sobre as lideranças de base comunitária, além da naturalização desse procedimento de poder que não emancipa e não permite a autogestão comunitária. Uma reprodução perversa de hegemonia do saber científico sobre o saber popular, perceptível nas relações de poder, factível, principalmente na realização desse processo de pesquisa-ação, onde observamos as dificuldades dos grupos populares na aquisição de recursos e a permanência de outras organizações se enraizando no território do Subúrbio Ferroviário de Salvador, ocupando as organizações para realizar seus projetos.

O medo de ser marginalizado, de perder o posto de trabalho na grande instituição não governamental equivale ao mesmo medo de ceder os recursos para serem geridos pela própria comunidade e perder a capacidade de manter-se como grande ONG. Saímos do sentimento individual, de um intelectual que vê nas ONGs um espaço de crescimento profissional e de elevação social, para o pensamento de sobrevivência da ONG na disputa por recursos destinados à economia do terceiro setor. Como já discutimos nos capítulos anteriores, observamos o invólucro sistema perito operando nas relações entre ONGs e viemos demonstrando durante todo o trabalho ações que potencializam a participação de associações de base comunitária nesse nincho, de forma a pressionar o Estado para uma democratização dos recursos destinados a cultura. Nesse sentido, o Estado e os órgãos internacionais, seguindo o pensamento de Canclini (2000), deveriam pensar políticas culturais que garantissem o livre acesso à cultura e ao desenvolvimento da cidadania:

Trabalhar em conjunto com a coesão sociocultural e as diferenças supõe desenvolver programas para reduzir as desigualdades no acesso à cultura e ao seu exercício criativo, independente de viver em diferentes cidades ou bairros, de ser homem ou mulher, branco, preto ou índio, mas, ao mesmo tempo, assegurar locais públicos e circuitos de comunicação para homens e mulheres, membros de grupos étnicos e grupos

de idade, manifestarem o que foi e é importante para o seu grupo e ensaiar a sua renovação. Se estas condições acontecerem, já está quase tudo pronto para os criadores culturais e os consumidores se tornarem cidadãos.

(CANCLINI, 2000, p. 54)

b) Avaliação crítica da evolução institucional e das micropolíticas organizacionais e qualificação de pessoal para o desenvolvimento comunitário e de relações solidárias;

O que torna imperativo nessa pesquisa é fazer com que as associações e grupos culturais estejam conscientes do ambiente desigual do terceiro setor, com grande profusão de ONGs nas últimas décadas; retração de apoios internacionais haja vista o desenvolvimento do país e consubstancialmente a necessidade de aprimoramento e qualificação de suas lideranças para a cruel disputa de recursos. Nesse processo, as associações de base comunitária tendem a ser corrompidas, cooptadas ou a agir de forma cooperativa estabelecendo novos vínculos com instituições mais especializadas e preparadas na subtração de recursos internacionais e nacionais.

Tendem também a mudar suas diretrizes e missões institucionais haja vista o apelo do Estado na promoção de políticas públicas voltadas para o mercado e a necessidade de estabelecer “parcerias” no enraizamento dessas políticas, ou ainda em esforços para angariar novos eleitores. Dessa forma, o MCPS e outras instituições que atuam na ponta dos programas de governo correm o risco de servir como corredores partidários na luta pelas eleições.

Em contraparte, potencializam o poder de atuação na comunidade, escolhendo seus representantes políticos para fornecer apoio⁸⁸. No caso do MCPS, a ampliação do seu poder de participação em políticas públicas fez com que a própria instituição se organizasse ao longo dos anos, desafiando grupos mais abastados. Àquele MCPS que conheci no passado é muito diferente do MCPS de hoje. Essa mudança é vista na estrutura da instituição, antes uma casa mal acabada, com pintura desbotada, por dentro bastante

⁸⁸ Um exemplo disso foi à participação de agentes políticos negros que foram convidados pelo MCPS para participar e proferir discursos nos seminários e cortejos, debatendo com o público suas ideias e forma de fazer política. Uma linha de atuação delicada, entretanto, tática de fazer política étnica.

calor pela falta de ventilação e espaços mal divididos. Hoje um prédio renovado, com bonita fachada e salas distribuídas, pessoas trabalhando diariamente em departamentos (financeiro, secretaria, sala de gestão e espaços de formação).

A logomarca da instituição mudou: antes um trio elétrico comandado por um palhaço e o povo dançando em cima da bandeira do Brasil, hoje o nome negrito escrito MCPS sobre as cores vermelho, amarelo, verde e preto que traduzem o sentimento de afro descendência visto nos movimentos de afirmação da negritude. As jovens que realizaram as atividades no projeto TACCC Tá São Bartolomeu, momento que iniciei a pesquisa-ação, hoje assumem outras posturas, estão muito maduras e não titubeiam em dar boas respostas quando qualquer pergunta sobre a cultura local lhes é deflagrada.

Embora as atividades voltadas para o programa da UNIS/SEDES sejam dominantes, as lideranças escreveram de forma autônoma três projetos para concorrer aos editais do campo da cultura e continuam realizando atividades para a manutenção de um calendário das ações culturais promovidas pela instituição. Nessa perspectiva, está em vias de superação a situação inicial que encontramos em que havia uma pressão enorme sobre o coordenador da instituição Raimilton Carvalho, que se mostrava extremamente cansado pela responsabilidade de ter que gerir tudo, construir projetos e prestar contas. Segundo Raimilton as outras lideranças não se sentiam capazes para gerenciar as ações da instituição, ou não viam essas ações como prioridade. Apesar dessas reclamações, percebi que havia um alto grau de centralização das atividades pelo próprio Raimilton Carvalho.

Além dessas mudanças estruturais, novas lideranças passaram a ocupar espaço dentro da instituição, como o exemplo de Neusinéia Miranda, jovem egressa do projeto TACCC TÁ São Bartolomeu que ingressou na Universidade Federal da Bahia, no curso de graduação em Produção Cultural, habilitação em Comunicação Social e hoje atua no MCPS nas ações de Comunicação da Instituição.

Embora o MCPS venha passando por transformações internas que alavancam a instituição, internamente também ocorrem micropolíticas que precisam ser expostas e debatidas, a fim de religar os laços de solidariedade

que formaram o grupo de lideranças. Observamos que há o aumento das tensões internas geradas pelo processo de acumulação de novas tarefas, aumento de recursos e de atribuições em função da absorção do programa governamental UNIS. Sabemos que o programa da UNIS, apesar de garantir os direitos trabalhistas em contratos temporários e ter sido renovado para mais dois anos, poderá sofrer com a instabilidade política e ser, a qualquer tempo, retirado das ações do governo fazendo com que caia todo o empenho institucional do MCPS.

Por outra via, mesmo nas grandes ONGs os direitos trabalhistas não são respeitados; não há décimo terceiro salário, auxílio maternidade entre outras vantagens do trabalhador em regime de Consolidação de Leis do Trabalho – CLT. O que há, são contratos assinados para trabalhos temporários que dura o tempo de execução dos projetos. É um a dois anos de estabilidade, sendo que os demais anos ficam a cabo de nova captação de recursos, gerando insegurança aos profissionais do terceiro setor.

Observado esse problema, torna-se necessário o esforço administrativo para que não avancem os conflitos gerados pela instabilidade de recursos, a ponto da tensão contribuir para o rompimento de laços afetivos e cooperativos. Se a afetividade perder para a competitividade, estaremos diante de um círculo vicioso que poderá levar a sucumbência da própria instituição.

c) Promoção de atividades para a reflexão crítica das lideranças sob as políticas públicas culturais e realização de intercâmbio para o fortalecimento da cidadania e integração latino-americana;

Há de se pensar como tornar acessível à linguagem e técnicas de captação de recursos, permitindo maior autonomia desde a criação à execução de projetos, gestados de dentro do território, evitando a dominação de grupos e instituições maiores. Há de se pensar numa economia solidária, de fortalecimento das redes com a finalidade de tornar a arte sustentável e fonte de desenvolvimento social e comunitário.

Lembro que em 2011, quando morei no Candéal e fui vizinho de Jair Resende, presidente da Associação Lactomia de Ação Social, conheci Fernando Trueba, diretor do filme documentário “O milagre do Candéal (2004)”. Conheci também lideranças de antigas associações do bairro, percebi também que os recursos vindos da Cooperação Espanhola⁸⁹ contribuíram para erguer três prédios onde acontecem atividades de cooperativismo com corte-costura, capoeira e outras práticas educativas. A ALAS – Associação Lactomia de Ação Social é exemplo dessas práticas: uma instituição munida de estúdio para gravação musical, biblioteca e salas para atividades. Ainda em 2011, na ALAS, tomei cursos de iniciação musical, um curso de língua espanhola e participei de uma oficina chamada desenho e elaboração de projetos, essas duas últimas experiências foram atividades fornecidas por estudantes que terminavam o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação vinculado ao Centro de Iniciativas de Cooperação de Desenvolvimento da Universidade de Granada – Espanha.

Partindo dessa experiência, penso que é importante para os grupos culturais e o MCPS realizarem intercâmbios com artistas de outros países, outras culturas e com isso potencializar um desenvolvimento artístico multicultural, isso porque, as hibridizações da cultura, tal qual analisa Canclini (1997) (ré)significam a arte e geram novos processos e trocas de conhecimento enriquecendo e transformando os territórios. Esses intercâmbios gerariam experiências e trocas de conhecimentos que poderiam pressionar gestores da política internacional (FMI; UNESCO; BIRD; países membros do MERCOSUL), para a promoção da cidadania em todos os países latino-americanos.

O que propomos é que as organizações de base comunitária participem desse fluxo, descubram possibilidades de ampliação do

⁸⁹ A reportagem do portal da internet “Uol Notícias” informa um pouco desse acontecimento: “A secretária de cooperação espanhola, Leire Pajín, inaugurou hoje no bairro de Candéal, em Salvador, uma escola nascida da “força” do músico Carlinhos Brown e da sensibilidade do cineasta Fernando Trueba. A escola, que atenderá cerca de 200 crianças do bairro em que nasceu o músico, foi construída com uma contribuição de 230 mil (US\$ 306 mil) da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aeci), em sociedade com a Fundação Pracatum, um projeto social idealizado pelo próprio Carlinhos Brown. Esteve presente ao ato o cineasta espanhol Fernando Trueba, que com seu filme “O milagre de Candéal” tornou conhecido o vasto trabalho social de Carlinhos Brown e a luta da própria comunidade dessa favela para construir um futuro melhor”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/03/29/ult1766u20990.jhtm>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

movimento pela cidadania, através de intercâmbios e produções culturais cooperativas. Que reforcem a cidade como fonte de uma pedagogia própria, para isso, é preciso circular nela, interagir, participar de suas práticas educativas e gerar conhecimentos:

Precisamos conhecer os equipamentos culturais da cidade. Qualquer programa que tenta interconectar os espaços e equipamentos é fundamental, pois desconhecemos a nossa própria cidade ou subutilizamos as suas potencialidades. Precisamos empoderar educacionalmente todos os seus equipamentos culturais. A cidade é o espaço da cultura e da educação. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade. Esse é o objeto da pedagogia da cidade.

(GADOTTI, 2005, p.7)

Seguindo o pensamento de Gadotti (2005), é necessária a realização de atividades onde a cidade seja fonte de mudança, onde as diferenças possam servir como pontes para a compreensão das singularidades e reinstaurar o cotidiano em estéticas que também são diferentes daquelas difundidas pelos meios de comunicação de massa, pois, destinar-se-iam a abrir portas para a criatividade e romper as amarras dos negócios massivos de tendência globalizante e homogeneizadora. A cidade educadora potencializa uma contracultura contemporânea.

d) Combate à violência em todos os níveis;

Há um elemento não dito, ou não debatido de forma exaustiva, mas que solta os olhos em campo nessa pesquisa. Esse elemento é a violência vivida que difere da violência representada nos meios de comunicação. Como violência vivida tomamos, por exemplo, os relatos de vida de algumas lideranças. Nesses relatos observei que algumas mulheres, lideranças do MCPS sofreram violência doméstica e psicológica de seus companheiros e viram nos processos de mobilização e participação comunitária o apoio necessário para se livrar de seus agressores e dos processos depressivos causados pela agressão.

Ajudar o outro, ocupar a mente e o espírito, elevar a autoestima, sentir-se útil são os motivos que lhes fizeram serem lideranças e participarem de

grupos culturais. A tarefa de ser mediador de conflitos na comunidade, atendendo grupos de dança, de capoeira, de teatro, realizando cineclubismo com crianças são algumas das práticas que essas lideranças exercem na comunidade. Quando um adolescente é morto, perdido para o tráfico de drogas, para violência policial ou para os grupos de extermínio, o sofrimento é sentido como se sentisse a perda de um ente próximo. A tristeza aparece nítida nos semblantes quando lembrados os momentos de violência.

A perseguição durante meses por policiais foi uma das vivências relatadas por um dos homens líderes do MCPS. Segundo ele o seu irmão havia se envolvido com o “crime”, realizou pequenos furtos e foi preso. Quando foi solto, já não havia retorno, os policiais o perseguiram até quando conseguia algum tipo de trabalho e acabou sendo morto. A liderança, sendo o irmão mais novo, passou a ser sistematicamente perseguido pelos policiais, sob a suspeita de ter envolvimento com o “crime” também. Após denúncias de sua mãe ao Ministério Público e a continuidade de ativismo através de ações sociais, a ameaça policial foi cessada. Antes suas portas eram arrombadas pelas buscas dos militares. Filho de Mãe Val do Grupo Cultural Filhos de Ogum de Ronda – uma mulher negra e corajosa que deixou a atividade de feirante para ser bacharel em direito – o líder no MCPS realiza atividades de teatro e é pedagogo de formação.

Mãe Val é um exemplo de militância, ela contribuiu para a formação de muitas garotas do entorno do Parque São Bartolomeu em dança afro, compõe músicas que criticam as desigualdades sociais e os processos de exploração da natureza pelo homem. Em suas composições os Orixás são consagrados e a religiosidade do candomblé é reverenciada.

Particularmente, também fui vítima da violência policial, já no final do processo de pesquisa, quando os encontros se reduziam a escrita do relatório final do projeto Tecendo a Rede de Cultura. O relato dessa experiência é transcrita em forma de carta⁹⁰ que fora enviada para diversos órgãos e pessoas de confiança.

Apesar das denúncias realizadas fui levado a me manter calado frente à possibilidade de perseguição e de atentado contra a minha própria vida. É

⁹⁰ Ver índice de apêndices.

recorrente a violência policial nos bairros periféricos de Salvador. Uma espécie de contenção da população pelo militarismo reacende constantemente a chama da ditadura e é reiterada pelos administradores da segurança pública que pedem a polícia maior capacidade de repressão ao crime. Os discursos governamentais informam a população da necessidade de manter a paz e o controle, por isso, são investidos milhões na compra de armamentos, novas viaturas e criação de novos cárceres.

Acontece que chacinas históricas como a de *Carandiru* (111 presos mortos na Casa de Detenção de São Paulo em 2 de outubro de 1992) e *maio de 2006* (mais de 500 pessoas foram mortas em oito dias em São Paulo) apontam o crescimento da mortalidade da juventude negra e dos homens através de crimes cometidos por policiais. O Estado mata dezenas de pessoas todos os anos dentro dos presídios, mantendo a superlotação das celas e um ambiente impossível de sobreviver, sem selecionar àqueles que irão morrer. A morte dos presos no Brasil não são meramente brigas de facções como o Estado tenta justificar nos meios de comunicação de massa, mas por espaço para respirar, dormir e se acomodar. O tratamento destinado a esses humanos é pior do que àqueles destinados aos animais que vão para o abate. O inferno do cárcere impossibilita a recuperação de milhões de pessoas, que poderiam – caso fossem devidamente assistidas e com os direitos respeitados – retornar ao seio da sociedade, sem cometer novos crimes e ameaçar a convivência democrática.

Segundo Espinheira (2008) a população está entregue ao abandono de políticas públicas de segurança o que termina por naturalizar a violência nas periferias da cidade. Para o sociólogo há uma trama social que escamoteia o povo e impede as possibilidades reais de superação, estigmatiza e inferioriza os “lugares populares”:

Entre solidariedade e conflito o campo da violência se estende e ameaça cobrir os lugares populares de nossas cidades, como ambientes marginais ocupados por uma gente perigosa que se dedica a atividades também marginais. Há nessa imagem tanto de equívoco como de acerto, uma vez que é possível se conhecer a realidade desses bairros predominantemente pobres e com elevadas incidências de casos policiais, inclusive homicídios, com um frequência estatística capaz de naturalizar a violência, como tem acontecido nos últimos anos, sobretudo

diante da atitude da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e do Judiciário em se mostrarem incapazes de elucidar a maioria absoluta dos homicídios (calcula-se que a taxa de desvelamento não seja superior a 15%), de modo que os “corpos desovados” – uso do jargão jornalístico e policial – não têm a responsabilidade pelos crimes cometidos e as vítimas são culpadas, ou seja, elas trazem em si razões para serem mortas, portanto, são pessoas que provocam a situação em que se encontram”

(ESPINHEIRA, 2008, p.237)

É essa trama que nos envolvemos na pesquisa-ação, em mim, as marcas são o medo de ir e vir, de aparecer em locais públicos e ser reconhecido pelos meus agressores. Estou impedido nesses últimos dois meses de pesquisa de frequentar a sede do MCPS e tenho encontros marcados, fora da instituição com as lideranças. O estado alterado de meu comportamento é visto diariamente por minha companheira, que me denuncia, apontando a minha grande irritabilidade, reprodução de falas violentas e alta tensão que tiram por vezes o meu sono.

Se para mim que sofri uma violência policial, a princípio, tão inócua mediante as formas de violência que os jovens da comunidade do Subúrbio Ferroviário de Salvador sofrem diariamente, imaginem como deve ser pavoroso se deparar com uma equipe de policiais fortemente armados e passar pela revista violenta, serem jogados ao chão, tomando tapas no rosto de graça. Qual o sentimento do jovem que passa por essa revista? Qual o nível de autoestima da juventude quando se revela morador da periferia, do Subúrbio Ferroviário de Salvador?

Esse endereço, para muitos é sinônimo de currículo reprovado e impossibilidade de emprego e renda. É possível maior nível de violência, preconceito e racismo do que esse? Todo esse questionamento, para mim serve para enterrar a bandeira da democracia racial brasileira e dizer que é preciso fazer outra política social, outra segurança pública, reconstruir a sociedade a partir das experiências solidárias das comunidades de periferia, e acabar com essa balela de convivência harmônica entre pobres e ricos.

CONCLUSÃO

O processo de intervenção sociológica que participamos foi fincado na égide da cooperação, portanto, não é um trabalho do pesquisador asséptico que coloca o objeto às mãos para análise, mas uma construção que deixa marcas nos sentidos e nas práticas de muitas pessoas, principalmente na minha. Não é uma pesquisa financiada e condicionada por ideias preestabelecidas, mas uma experiência que teve um prazo curto de realização, pouco mais de dois anos, que nos rendeu bons resultados, novos laços e novas percepções sobre a Bacia do Cobre e as instituições que estão no seu contorno.

Uma das formas de avaliação foi a aplicação de 23 questionários para os Mobilizadores Culturais, além de entrevistas e acompanhamento das atividades do projeto Tecendo a Rede de Cultura desde a execução à elaboração dos relatórios destinados ao Fundo de Cultura. Na análise desses conteúdos, segundo os jovens e representantes de grupos culturais o que os motivou a participar do projeto Tecendo a Rede de Cultura foi aprender novos conteúdos, conhecer a História do Parque São Bartolomeu, a cultura de nossa cidade, fortalecer o grupo e expandir a prática das atividades na comunidade.

Para eles existem lugares bonitos no Subúrbio Ferroviário de Salvador que merecem ser reconhecidos. O Subúrbio é um lugar com pessoas de bem, capazes, criativas e trabalhadoras, onde se produz cultura. A riqueza do Parque São Bartolomeu é a herança cultural, a beleza e imponência de sua natureza. Entretanto, os maiores desafios são a violência e a convivência com o tráfico de drogas; a discriminação pela espetacularização da mídia que sempre enaltece a criminalidade; a falta de recursos para apoio aos grupos culturais; infraestruturas de lazer; educação; saúde e moradia. A acessibilidade ao emprego, faculdades e a orla também aparecem como desafios, pois os deslocamentos são longos e o transporte ineficiente.

A polícia é vista como a representação do medo e do terror, àquela que quando aparece violenta todos batendo em inocentes e por vezes se corrompendo com o tráfico de drogas. Briga entre grupos de traficantes impedem a população de ter opções de lazer. O ingresso de jovens no crime,

no tráfico de drogas é bastante comum sendo apontado como uma das maiores causas da violência. O mundo do crime se torna atrativo pelo poder e facilidade de ganhar dinheiro num espaço onde há bastante desemprego. Quase todos os jovens entrevistados já presenciaram algum ato de violência, conhecem alguém da família ou amigos que foram violentados pela polícia e por assaltantes.

No campo da saúde a principal reclamação é a ausência de médicos, medicamentos, demora no atendimento, filas, falta de equipamentos e profissionais nos postos de saúde e hospitais. Na educação escolar retratam escolas sem aulas, com professores despreparados, presença de vândalos e falta de estruturas. Para eles a escola não ensina, não acompanha o desenvolvimento da juventude e não é atrativa. As opções de lazer são quase inexistentes, parques infantis e quadras são abandonadas, há poucas praças e espaços públicos. Uma das únicas opções é o Centro Cultural Plataforma. A arte aparece como uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e comunitário, muito embora, seja um desafio sobreviver de atividades artísticas ao longo da vida no Subúrbio.

No imaginário dos jovens as mulheres do território ocupam cargos de subemprego como domésticas, donas de casa e em alguns casos praticam a mariscagem (pesca nos mangues do subúrbio). Os homens que estão desempregados não possuem qualificação para o mercado que está cada vez mais exigente. Por sua vez os representantes do governo não se responsabilizam na oferta de serviços de qualidade na saúde, educação, lazer, segurança para a comunidade. Com esse olhar os jovens reivindicam políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento comunitário e as práticas culturais da população suburbana. Desejam um lugar melhor para se viver, onde não exista violência, vigore a paz e boas condições de vida, por isso lutam no dia a dia para vencer os desafios de se morar no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Quando o mito de Maria Zeferina é reafirmado pelas lideranças, há uma reivindicação de identidade, de uma história que legitima as ações do presente. O passado é reinventado gerando novas memórias, novas lógicas de luta e táticas para romper o *modus operandi* e hegemônico da cultura

global. Quando em cima de um trio elétrico se escuta o grito “todos nós somos Zeferina”, torna-se latente a reconstrução da identidade no território. Percebemos que esse grito é para além da relação homem e mulher, é uma mensagem que totaliza e diz a todos os suburbanos e suburbanas: somos o exemplo de luta!

Se para o MCPS há alguma dificuldade ou falta de *expertise* na capacidade de contrair recursos, tais como às grandes ONG’s, por outra via, há uma disposição e uma eficiência no retorno dos recursos à comunidade não vista em outros projetos. Na minha experiência, trabalhei em diversos projetos de grandes ONG’s e sem dúvidas, empiricamente, não observei em nenhuma delas a mesma capacidade de inserção e compromisso com as pessoas dos territórios para onde são destinados os recursos dos projetos.

É coerente, portanto a fala de Raimilton Carvalho quando questionado sobre os motivos que levaram a instituição a participar do projeto de Unidades de Inclusão Socioprodutivas – UNIS promovido pela SEDES do governo do estado da Bahia: “se agente não pegar essas oportunidades e nós mesmos começarmos a gerir essas políticas de desenvolvimento na comunidade, outras instituições que não têm nada haver com o nosso território vão fazer esse trabalho, e ai, cairemos no lugar de sempre. Não haverá participação da população local, não haverá um trato e o respeito ao nosso modo de ser e fazer as coisas e os recursos irão para outras esferas, mas nunca serão destinados efetivamente para a comunidade”.

Os riscos da tática de abraçar os projetos do governo são imensos. Entre eles o olhar desconfiado da própria comunidade quando percebe o hastear da bandeira do Estado no próprio território onde os recursos são escassos; a aquisição de novos inimigos, tais como políticos e partidos de oposição ao governo, às instituições que concorrem para receptor os recursos e os agentes políticos corruptos que desejam desviar as verbas públicas para enriquecer ilicitamente. Há também o grande risco de ser sugado pelo Estado e exercer a mediação de políticas de governo, reduzindo o caráter reivindicativo e criativo de suas práticas culturais consagradas no território.

Entretanto, para além de todos os riscos, a inserção nestes projetos potencializam as ações do MCPS, fornecem subsídios para a manutenção das lideranças comunitárias e reduzem os riscos de má aplicação dos recursos. Lança também para o MCPS um grande desafio: a necessidade de capacitação administrativa que tenha como foco a transparência na gestão dos recursos, e desenvolvimento de ferramentas de gestão participativa dos projetos a serem desenvolvidos no território.

Percebo que posição de Raimilton Carvalho, coaduna com uma fala de Mãe Val do Filhos de Ogun de Ronda⁹¹ deferida em um dos seminário que produzimos no Projeto Tecendo a Rede de Cultura que diz assim: “você que fazem parte do Estado deveriam ficar sentados na plateia para ouvir a comunidade falar o que é e como se faz cultura”. Desta fala, observamos que há uma reivindicação de poder sobre o território, cujo domínio é do povo. O Estado apenas escamoteia e tenta dominar aquilo que o povo domina. Por isso, a tensão entre o povo e Estado aparece no campo da cultura de forma clara e objetiva. A fala de Mãe Val traduz isso, de forma natural, simples e complexa, tal qual quem vive no contexto do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Ela nos diz: queremos o nosso poder de volta, parem de falar asneiras sobre nós; queremos o nosso pedaço; o retorno das nossas contribuições em impostos; queremos políticas de reparação sim, pois sabemos o quanto somos frutos do processo de escravidão; queremos adentrar nas universidades; nos shoppings e dar o nosso “rolezinho”; queremos acabar com essa mentira do mito da democracia racial no Brasil. A fala de Mãe Val não concilia, ela chama o conflito e diz a verdade. Mostra a face amarga e cala o Estado.

Por fim, acredito que essa pesquisa-ação contribuiu para fortalecer a instituição e me fortalecer num rico processo dialógico, resta analisar as contradições e fazer com que os problemas detectados nesta pesquisa sejam vistos pelo MCPS e superados, evoluindo a atuação da instituição de forma

⁹¹Mãe Val é da matriz Afro religiosa, é mãe de santo – cargo de grande importância na gestão de um Terreiro de Candomblé, e compoendo a mesa do Seminário “Parque São Bartolomeu: Um cenário de Luta e Resistência Negra”, realizado pelo projeto Tecendo a Rede de Cultura, proferiu discurso no dia 6 de dezembro de 2013, no auditório do Colégio Estadual Praia Grande, com a participação de grupos culturais e diversos representantes do governo à sua escuta.

espiralada. Esse trabalho foi realizado em um determinado contexto, numa instituição específica, entretanto é uma experiência importante para o avanço dos estudos no campo social que busquem a transformação social, a redução de desigualdades, o apoio comunitário e a autotransformação do ser ao fazer pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro R. Jungers. Cultura popular, educação e lazer. Salvador, BA: Artigo publicado no Grupo Mel - Mídia/memória, educação e lazer. Disponível em: <http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/cultura_popular_educacao_lazer.pdf> Acesso em: 22 de julho de 2013

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In NUSSBAUMER, Geisele (Org.) Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. 257 p. (Coleção cult) Salvador : EDUFBA, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Jorge Luis Sacramento. Ensino/aprendizagem dos alabês: uma experiência nos Terreiros Ilê Axé Oxumaê e Zoogodô Bogum Malê Rundó. Doutorado – Universidade Federal da Bahia, 2009.

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Salvador n. 27, ano 10, p. 18-25, fev. 2005

ARROYO, Margarete. Representações sociais sobre práticas de ensino e aprendizagem musical: um estudo etnográfico entre congadeiros, professores e estudantes de música. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999

BASTIÃO, Zuraida Abud. Reações dos Alunos ao Ensino de Música. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1995.

BARBIER, René. A pesquisa-Ação, Brasília: Líber Livro, 2002.

BAUMMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

CAPRA, Fritjof. Uma concepção de vida, Porto Alegre: Conferência proferida no contexto do Colóquio com Fritjof Capra, promoção do Projeto Reflexões 2004 – A Mudança dos Paradigmas na Universidade: Crise ou Oportunidade? Coordenação Geral: Prof. Dr. Ir. Evilázio Teixeira – Vice-Reitor da PUCRS, Coordenador do Projeto Reflexões. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, pp. 7-9, jan./abr. 2007

_____ As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CANCLINI, Néstor García. Políticas Culturais em tempos de globalização. Revista de Estudios Sociales (RES) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade dos Andes, Bogotá, n. 05, Tema: Fin de siglo, p. 50-62, jan/2000.

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo. A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política, Lisboa: Casa da Moeda, 2006

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana. In: SERPA, Ângelo (Org.). Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

CÔRREA, Roberto L. A periferia urbana, Florianópolis: Geosul, 1986.

DUTRA, Mara V. F. Direitos Quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica, Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

DIONNE, Hugues: A pesquisa-ação para o desenvolvimento local, Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

ESPINHEIRA, Gey. Sociedade do medo: teoria e método de análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência, Salvador: EDUFBA, 2008.

ESPINHEIRA, Gey. Sociologia da delinquência: a iniciação do jovem, Salvador: Revista Observare. A revista do Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública do Território. Volume 4. Outubro de 2008. ISSN 1981-1780. Disponível em: www.observatorioseguranca.org. Acesso em: 11 jun. 2013

ESCOBAR, José O. Tribus educadoras, In AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana. Volumen 2, Número 2. Mayo-Agosto 2007. Pp. 276-302 Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red. ISSN: 1695-9752. Disponível em: www.aibr.org. Acesso em: 27 ago. 2011.

FERNANDES, Florestan. Integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)". Vol. 2. São Paulo: Globo, 2008.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello Silva. Revisão Técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. "Educação como prática de liberdade", Editora Paz e Terra – LTDA, RJ – 1967

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. IN São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. IN Institut International des Droits de l'enfant (IDE). Seminário: "Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?". Disponível em <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2013.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade, São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos contemporâneos, São Paulo: Loyola, 1995.

_____ Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação v. 16, n. 47, maio-ago, p.333-361, 2011.

_____ Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. O acampamento em Manhattan: Fala a uma falha de Representação, Disponível em: <http://relooney.fatcow.com/0_New_11478.pdf> Acesso em: 15 e junho de 2013

HOBBSAWM, Eric J. (1995): Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991, São Paulo: Companhia das Letras.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade , Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003.

KLEBER, Magali Oliveira. A prática de educação musical em ONGs: dois estudos de casos no contexto urbano brasileiro – tese apresentada como requisito / Magali Oliveira Kleber. – Porto Alegre, 2006. 355f; il, 30cm. Orientadora Dra. Jussamara Souza. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação a educação, Revista Comunicação & Educação, São Paulo, Volume 18, páginas 51 a 61, maio/ago. 2000

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____ Um objetivo para os movimentos sociais? Sexto colóquio de EGOS – Grupo Europeu para estudos organizacionais, Florença, 3 a 5 de novembro de 1983. Tradução Suely Bastos

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. Fenomenologia da percepção / Maurice Merleau-Ponty ;[tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1999.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo, Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

NASCIMENTO, Antônio D. e LOURENÇO, Rita R. S. Educação, movimentos sociais e desenvolvimento local sustentável. In I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo, 6, 2011, João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ieppepcb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2001/04.pdf>> Acesso em: 23 de Julho de 2013.

NUNES, Eduardo J. F. e SOUZA, Dionalle M. Educação e território: estratégias de desenvolvimento local na periferia de salvador. In Coloquio Internacional de Geocrítica, 9, 2007, Porto Alegre. UFRGS. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/enunes.htm>>. Acesso em 27 ago. 2011.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Capoeira, identidade e gênero : ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil / Josivaldo Pires de Oliveira, Luiz Augusto Pinheiro Leal. - Salvador : EDUFBA, 2009. 200 p. : il.

OREFICE, Paolo. Ciencia y desarrollo: Hacia la ciencia planetaria para el desarrollo material e inmaterial de calidad: estructura y dinámica de los saberes locales y saberes globales in Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 16, n. 28, jul./dez. 2007

SANT`ANNA, Igor. Dissertação de Mestrado: Educação, território e estratégias de desenvolvimento local sustentável: práticas sócio-educativas no Parque São Bartolomeu, Salvador-Ba, Ano de Obtenção: 2011. Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. Dissertação de Mestrado: Travessias: a adolescência em Novos Alagados: trajetórias pessoais e estruturas de oportunidade em um contexto de risco psicossocial. 2004. 212 f. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. Práticas pedagógicas, cultura, história e tradição: um relato da experiência educativa em Novos Alagados in Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 19, p. 113-133, jan./jun., 2003

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____ Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Marco. Educação na cibercultura: o desafio comunicacional do professor presencial e online, Salvador: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 20, p. 261-271, jul./dez, 2003.

SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p. ISBN 978-85-232-0538-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos, Rio de Janeiro: Bertland Brasil, 2006.

TOURAINE, Alan. “Le Relour de l’acteur”, Fayard, Paris, 1983. Tradução Marili da Cunha Bezerra.

TORRES, Carlos Alberto. Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, Roberto Carlos. O Ourives e a Jóia: O movimento de organização comunitária (MOC) e suas práticas de educação não-formal, no período 1970 a 1980/Roberto Carlos Vieira – Salvador, Ano de Obtenção: 2008. Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza and MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. Ensaio: aval.pol.públ.educ. [online]. 2010, vol.18, n.66, pp. 9-28. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362010000100002>>. Acesso em: 11 Mai. 2011.

APÊNDICE A – Carta denúncia agressão policial**Salvador, 13 de dezembro de 2013**

À UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Carta Denúncia

Ref.: Agressão Policial à Pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia – PPGEDUC/UNEB e Servidor Público (Analista Judiciário) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, ocorrida ontem às 15h, em frente a entrada do Parque São Bartolomeu, no Subúrbio Ferroviário.

É com muito pesar e indignação que registro nessa carta o meu diário de campo de 12 de dezembro de 2013 (pesquisa realizada junto à comunidade do Subúrbio Ferroviário através do PPGEDUC/UNEB), pois se trata de momentos de aflição, de luta e de total desrespeito aos direitos humanos, a integridade física e moral da minha pessoa e dos sujeitos envolvidos.

Ontem por volta das 15:00 estava reunido com jovens e colaboradores do MCPS – Movimento de Cultura Popular do Subúrbio realizando atividades de pesquisa, quando foram ouvidos dois tiros. Tratava-se de uma abordagem policial que era feita na proximidade da instituição referida, onde foram presos dois jovens negros da comunidade, por suspeita de roubo de uma moto. Trancamos as portas da instituição e nos abaixamos pensando se tratar de um tiroteio. Em seguida, observamos pessoas andando na rua, e uma gritaria por parte da população local. Começamos a sair para ver o que havia acontecido, quando nos deparamos com dois jovens, algemados de bruços no chão e seis policiais militares sem identificação, fazendo buscas nos corpos do jovens. Em seguida, chegou um homem branco, alto, sem barba, e careca, com uma arma de cor prata em punhos e foi em direção aos policiais, lá ele se identificou e começou a bater incessantemente nos jovens, que estavam algemados.

Um policial conduziu um jovem para o xadrez de uma das aviaturas e o outro jovem passou a receber também dos policiais murros, pontapés, tapas no rosto e foi arrastado no chão. Ao ver tal cena, a comunidade abalada e impotente apenas olhava a distância. A medida que evoluía os espancamentos, tive o ímpeto de chegar próximo da viatura, embora ainda afastado dez metros deles. Dois policiais vieram em minha direção e perguntaram o que eu era. Se eu era jornalista ou outra coisa. Me identifiquei como pesquisador e colaborador do MCPS e Servidor Público. Nesse momento, um dos policiais abriu o xadrez da viatura e pediu para o jovem encarcerado olhar bem para o meu rosto, passou a dizer ao jovem que eu fui o denunciante deles, numa tentativa de colocar os jovens contra mim, quando eu disse que era mentira. Recebi desse policial o primeiro tapa no rosto, em seguida outro policial disse que iria me colocar na aviatura e o questionei qual o motivo da minha prisão. Outro policial veio e me deu mais um tapa no lado esquerdo do rosto. A comunidade, vendo mais um início de espancamento tentou me proteger, quando os policiais apontaram as armas para a população. Uma das lideranças do MCPS, conseguiu me segurar e tirar das mãos dos policiais, quando um deles então veio em minha direção e rasgou toda a minha camisa. O homem branco, com arma em punho se identificou como policial civil e passou a me agredir verbalmente me chamando de

vagabundo: “Você é vagabundo, pois quem defende vagabundo é vagabundo também”. Apontando a arma para mim o civil me chamou para luta corporal. A única coisa que pude lhe dizer é que era um covarde.

De volta a instituição, os colaboradores do MCPS passaram a buscar mais informações sobre o fato e me relataram que os jovens presos são da comunidade, inclusive um deles é filho de policial e o outro parente de policial. Que aparentemente os jovens estavam envolvidos no roubo de uma moto e quando trafegavam com o veículo foram interceptados pelos policiais, em seguida chegou o proprietário da moto, um Policial Civil que começou a agredir sumariamente os jovens algemados.

Conseguimos o telefone do Major Edson, responsável pelo 14º Batalhão de Polícia, e entrei em contato com o mesmo narrando o acontecido e pedindo a apuração da violência policial, o mesmo disse que iria analisar os fatos. Os colaboradores me relataram que a violência policial é uma prática cotidiana na comunidade. A polícia age incisivamente humilhando os jovens da comunidade, invade as casas realizando buscas e cometem diversas atrocidades. A barbárie policial vem trazendo sérios danos a população local, que sempre ameaçada permanece impotente frente a ausência de segurança.

Já foram realizadas diversas tentativas de aproximação da polícia à comunidade, inclusive com convites de reuniões aos oficiais do 14º batalhão. Nesse momento, a comunidade realiza um abaixo assinado contra a violência policial a ser encaminhado aos diversos órgãos públicos, além de tentar estreitar novamente relações com o comando da polícia.

Ainda ontem consegui realizar, denúncia na Ouvidoria da Polícia Militar e na Corregedoria da Polícia Civil, fiz exames de corpo delito e nesse momento formalizo denúncia as instituições do Estado para que acompanhem o caso em prol da justiça, dos direitos humanos, contra o massacre ao povo negro e a nossa juventude.

Herbert da Silva

Mestrando PPGEDUC/UNEB

Analista Judiciário/TJBA

APÊNDICE B – Release 1ª TACCC TÁ São Bartolomeu

TENDA DE ARTE, CULTURA E CIÊNCIA

ATIVIDADES: *MÚSICA, TEATRO, DANÇA, EXPOSIÇÃO, FEIRA, AUDIO VISUAL, OFICINAS*

LOCAL: *CENTRO CULTURAL DE PLATAFORMA*

DATA: *26/05 (Sábado)*

HORÁRIO: *15H às 20H*

CLASSIFICAÇÃO: *LIVRE*

REALIZAÇÃO: *MCPS – MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO SUBÚRBIO E UNEB-PPGEduc – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA*

Blog: <http://culturapopular dosuburbio.wordpress.com/>

Email: taccta@gmail.com

Facebook: [taccta@gmail.com](https://www.facebook.com/taccta@gmail.com)

Movimento de Cultura Popular do Subúrbio - MCPS

Coordenador Raimilton Carvalho - Telefone: 3398-3355

RELEASE

Jovens produzem Tendas de Arte, Cultura e Ciência no Subúrbio Ferroviário de Salvador

O TACC TÁ – Parque São Bartolomeu projeto do MCPS (Movimento de Cultura Popular do Subúrbio) e UNEB (Universidade do Estado da Bahia), através do PPGEduc (Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade.) – está realizando uma série de atividades artísticas culturais, entre elas a primeira Feira de Economia Solidária com apresentações de danças, capoeira, música, teatro de rua, malabares, palhaçaria, palestras e artesanatos com o objetivo de promover ações socioculturais no Cine Teatro de Plataforma.

As Tendas de Arte, Comunicação e Ciência do Parque São Bartolomeu – TACC têm o objetivo desmistificar o olhar da mídia para o Subúrbio e oportunizar a comunidade de Plataforma a participar de uma troca de conhecimentos e experiências únicas, podendo assim mostrar o subúrbio artístico e cultural tão rico que não é valorizado.

TACC TÁ Parque é fruto do projeto de pesquisa participativa orientado pelo Dr. Eduardo Nunes e Coordenado por Igor Sant'Anna e Herbert da Silva em parceria com o MCPS - Movimento de Cultura Popular do Subúrbio – com orientação de Raimilton Carvalho, que visa realizar processos pedagógicos com jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador para o desenvolvimento humano e cultura da paz. O projeto consiste na realização de processos educativos nas áreas de comunicação e produção cultural utilizando como suportes novas tecnologias para promoção da arte, economia solidária e sustentabilidade.

A produção do evento está sendo realizada por jovens moradores do entorno do Parque São Bartolomeu. São Produtores Culturais em processo de formação que mapeiam as atividades artísticas e econômicas do seu próprio território, contribuindo para a sua aparição no espaço público, na mídia e na própria comunidade.

A primeira TACC Tá! será no dia 26 de Maio de 2012, das 15h as 20h no Centro Cultural de Plataforma, no bairro de Plataforma

TENDA DE ARTE, CULTURA E CIÊNCIAS- TACC TÁ

15h - Áudio visual - Documentário Sobre O Parque São Bartolomeu

15h10min - Hip Hop - Sistema Nervoso Abalado

15h30min - Dança e Hip Hop - Reptoi

16h00min - Capoeira do Mestre Del e Mestre Birico

16h30min - Dança - Afro Indígena

17h00min – Vibra Poesia

17h00min – Dança - Medianeira

17h30min - Dança e Teatro

18h00min – Palhaçaria – Cia Pé na Terra

18h30min - Hip Hop - Mc Galf E Convidados

19h00min - Hip Hop - Nova Era

19h30min - Reggae - Tallowah

20h00min - Finalização Apresentação Dos Jovens Produtores

OFICINAS

15h00min às 17h00min - Oficinas a Arte Do Palhaço com Cia Pé na Terra

15h00 AS 17h00min - Contação de Estórias com Biblioteca São Bartolomeu

Programação da 1ª TACC TÁ São Bartolomeu

Mais informações:

Blog: <http://culturapopularodosuburbio.wordpress.com/>

Email: taccta@gmail.com